

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ – UEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

MATEUS PIRES MARTINS

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ATORES
SOCIAIS NA TRAVESSA JORGE AMADO, MARINGÁ/PR**

**Maringá
2021**

MATEUS PIRES MARTINS

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ATORES
SOCIAIS NA TRAVESSA JORGE AMADO, MARINGÁ/PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá – PPA/UEM, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Administração

Orientadora: Professora Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas

**Maringá
2021**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M386a Martins, Mateus Pires
Análise dos processos de territorialização dos atores sociais na travessa Jorge Amado, Maringá/PR / Mateus Pires Martins. -- Maringá, PR, 2021.
170 f.: il. color., figs., tabs., maps.

Orientadora: Profa. Dra. Priscilla Borgonhoni Chagas.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

1. Território. 2. Territorialização. 3. Espaço urbano. 4. Cidade. 5. Travessa Jorge Amado. I. Chagas, Priscilla Borgonhoni, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDD 23.ed. 304.2

MATEUS PIRES MARTINS

**ANÁLISE DOS PROCESSOS DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS NA
TRAVESSA JORGE AMADO, MARINGÁ/PR.**

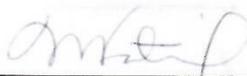
Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre em
Administração, do Programa de Pós-Graduação
em Administração, da Universidade Estadual de
Maringá, sob apreciação da seguinte banca
examinadora:

Maringá, 26 de março de 2021



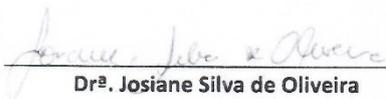
Dr^a. Priscilla Borgonhoni Chagas

(presidente)



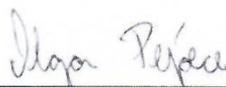
Dr^a. Leticia Dias Fantinel

(membro examinador externo – UFES)



Dr^a. Josiane Silva de Oliveira

(membro examinador PPA)



Dr^a. Olga Maria Coutinho Pépece

Coordenadora do PPA

MARINGÁ
2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conceder sabedoria para realização dos trabalhos, força para desempenhá-los e beleza para adorná-los.

Agradeço aos meus familiares e amigos - são eles que compartilham a jornada da vida comigo.

Agradeço a todos os professores que partilham conhecimento diariamente com os alunos e trabalham para a formação de um mundo mais justo e fraterno.

Agradeço à professora Priscilla Borgonhoni Chagas por toda paciência e orientação.

Agradeço às professoras Josiane Silva de Oliveira e Letícia Dias Fantinel por aceitarem compor as bancas de qualificação e de defesa desta pesquisa.

A todos e a todas, a minha eterna gratidão.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado na cidade de Maringá/PR. Para tal, foi tomado como objeto de estudo a Travessa Jorge Amado, investigando as territorializações (processos de apropriação e dominação, concretas e simbólicas) dos atores que a permeiam. Um dos atores sociais é o Mercado de Maringá. Ele criou extensões laterais na Travessa Jorge Amado após autorização da Prefeitura Municipal, em troca de revitalizações na Travessa. Embora esse entorno seja um espaço público, constata-se que parte do espaço se tornou um território do Mercado, delimitado por grades, vasos, toldos, mesas e cadeiras. Além disso, populares também territorializam parte da Travessa através de eventos e shows culturais, como por exemplo, o festival Afro-Brasileiro e a Festa Literária de Maringá. Dessa forma, diferentes atores sociais dominam e apropriam a Travessa, e por isso, este trabalho se interessou em compreender como ocorrem os processos de territorialização destes atores sociais no local. A pesquisa é qualitativa, e envolveu coleta de dados primários e secundários, além de observação direta e não-participante. A coleta de dados primários se deu por entrevistas semiestruturadas com os atores sociais que permeiam a Travessa. São eles: os frequentadores do Mercado, os transeuntes, os flanelinhas, os representantes do Município, do Mercado e dos eventos populares. Já a coleta de dados secundários envolveu pesquisas em fontes bibliográficas, documentos, artigos, reportagens, redes sociais e websites. Os dados foram interpretados através do método hermenêutico-dialético e a argumentação foi articulada pelas chaves teóricas do afeto, poder, resistência, segregação e contradição. Os resultados obtidos apontam para uma territorialização do Mercado e seus frequentadores que buscam manter o local privativo e requintado. Os frequentadores do Mercado se sentem afetados pelos jardins, pela decoração, pelos bares elegantes, caros e de alta gastronomia e se apropriam daquele espaço. Quando estão no Mercado eles se sentem à vontade, aconchegados, em um local privativo e seguro. Eles estão sempre bem arrumados e existe um status social em poder frequentar o Mercado, por isso é comum que as pessoas postem fotos nas redes sociais quando estão lá como forma de afirmação. Além disso, o local possui grades, vasos e seguranças que demarcam e controlam as fronteiras de acesso ao Mercado. O estilo e alto preço dos bares e restaurantes também seleciona quem pode estar ali. São demonstrações de poder por parte do Mercado que determinam quem pode e quem não pode frequentar o local, tornando-o um lugar privativo para seus frequentadores e resistindo às novas formas de ocupação. Por outro lado, a Travessa também é territorializada por populares. Estes a territorializam por meio de eventos culturais e buscam levar para a Travessa ações afirmativas e gratuitas. Apesar de serem transitórios, são eventos que demonstram o poder das minorias em ocupar os espaços urbanos, resistindo à ocupação elitizada do Mercado. Os eventos trazem a periferia para o centro da cidade, realizando festivais que exaltam a cultura africana e a literatura, por exemplo. Percebe-se uma segregação na Travessa, onde de um lado tem-se o território do Mercado e seus frequentadores e do outro os transeuntes e eventos populares. Desta forma, a Travessa Jorge Amado é palco de disputas, apropriada e dominada de diferentes formas pelos diversos grupos de atores sociais que a permeiam. Este trabalho contribui para o campo dos Estudos Organizacionais, pois refina, por meio de chaves teóricas, a compreensão dos processos de territorialização dos espaços citadinos, fruto das relações sociais de poder, ampliando as possibilidades de olhares sobre a organização e gestão das/nas cidades, o que pode subsidiar e contribuir às discussões desse importante campo de estudos.

Palavras-Chave: Território, Territorialização, Espaço urbano, Cidade, Travessa Jorge Amado.

ABSTRACT

This work aims to understand how the processes of territorialization of social actors occurs at Travessa Jorge Amado in the city of Maringá / PR. To this end, Travessa Jorge Amado was taken as an object of study, investigating the territorializations (processes of appropriation and domination, concrete and symbolic) of the actors that permeate it. One of the social actors is Mercado de Maringá. He created lateral extensions at Travessa Jorge Amado after authorization from the City Hall, in exchange for revitalization at Travessa. Although this environment is a public space, it appears that part of the space has become Mercado territory, bounded by railings, vases, awnings, tables and chairs. In addition, people also territorialize part of Travessa through cultural events and shows, such as the Afro-Brazilian festival and the literary festival of Maringá. In this way, different social actors dominate and appropriate Travessa, and for this reason, this work was interested in understanding how the processes of territorialization of these social actors happen in the place. The research is qualitative, and involved primary and secondary data collection, in addition to direct and non-participant observation. The collection of primary data took place through semi-structured interviews with the social actors that permeate Travessa. They are: Mercado customers, passers-by, flanelinhas, representatives of the City Hall, Mercado and popular events. The collection of secondary data involved searches in bibliographic sources, documents, articles, reports, social networks and websites. The data were interpreted through the hermeneutic-dialectic method and the argument was articulated by the theoretical keys of affection, power, resistance, segregation and contradiction. The results obtained point to a territorialization of Mercado and its customers who want to keep the place private and refined. Mercado's visitors feel affected by the gardens, the decoration, the elegant, expensive and high gastronomy bars and appropriate the space. When they are at Mercado they feel at ease, comfortable, in a private and safe place. They are always well tidy and there is a social status in being able to be at Mercado, so it is common for people to post photos on social networks when they are there as a form of affirmation. In addition, the place has grids, vases and security guards that demarcate and control the access borders to the Mercado. The style and high price of the bars and restaurants also selects who can be there. They are demonstrations of power on the part of Mercado that determine who can and who cannot attend the place, making it a private place for its customers and resisting new forms of occupation. On the other hand, Travessa is also territorialized by popular people. They territorialize it through cultural events and seek to take affirmative and free actions to Travessa. Although being transitory, they are events that demonstrate the power of minorities to occupy urban spaces, resisting the elite occupation of Mercado. The events bring the periphery to the center of the city, holding festivals that exalt African culture and literature, for example. There is a segregation in Travessa, where on the one hand there is the territory of Mercado and its customers and on the other the passers-by and popular events. In this way, Travessa Jorge Amado is the scene of disputes, appropriated and dominated in different ways by the different groups of social actors that permeate it. This work contributes to the field of Organizational Studies, as it refines, through theoretical keys, the understanding of the processes of territorialization of city spaces, the result of social power relations, expanding the possibilities of looking at the organization and management of/in cities, which can subsidize and contribute to discussions in this important field of studies.

Keywords: Territory, Territorialization, Urban space, City, Lane Jorge Amado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anteprojeto da cidade de Maringá.....	72
Figura 2 - Planta esquemática da cidade de Maringá.....	73
Figura 3 - Novo centro de Maringá em 27/03/2003.....	76
Figura 4 - Novo centro de Maringá em 19/07/2018.....	77
Figura 5 - Placa alusiva a viabilidade da Travessa Jorge Amado.....	78
Figura 6 - Travessa Jorge Amado antes da revitalização.....	78
Figura 7 - Faixada do Mercado de Maringá.....	79
Figura 8 - Projeto de revitalização do Eixo Monumental – Travessa Jorge Amado	81
Figura 9 - Travessa revitalizada.....	83
Figura 10 - Divisão da Travessa Jorge Amado.....	85
Figura 11 - Utilização lateral da Travessa Jorge Amado em 2019.....	85
Figura 12 - Utilização lateral da Travessa Jorge Amado em 2020.....	86
Figura 13 - Retirada das mesas e cadeiras da Travessa Jorge Amado.....	87
Figura 14 - Vista aérea do Mercado.....	88
Figura 15 - Cercamento da Travessa Jorge Amado.....	89
Figura 16 - Conjunto de elementos da utilização lateral da Travessa Jorge Amado.....	92
Figura 17 - Mapa do entorno da Travessa Jorge Amado e do Mercado.....	97
Figura 18 - Resposta da Prefeitura à solicitação de acesso ao documento de concessão da Travessa Jorge Amado ao Mercado de Maringá.....	125
Figura 19 - Palco do 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa.....	139
Figura 20 - Pórtico de entrada do 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa.....	140
Figura 21 - Mostra UEM na praça.....	141
Figura 22 - Divisão espacial da Travessa: Mercado e eventos populares.....	142

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de Território, Territorialidade, Territorialização.....	33
Quadro 2 - Chaves Teóricas e elementos analisados.....	64
Quadro 3 - Sujeitos da pesquisa	65
Quadro 4 - Categorias da pesquisa	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIM	Associação Comercial e Empresarial de Maringá
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEASA	Central de Abastecimento do Paraná
CMNP	Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná
COHAB	Companhia de Habitação Popular
EPCN	Econômica, Política, Cultural e Naturalista
FLIM	Festa Literária Internacional de Maringá
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPPLAM	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá
TDR	Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização
UEM	Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE	19
2.2 O ESPAÇO URBANO E SUA PRODUÇÃO	37
2.3 A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO E CAMPO DE LUTAS	46
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	59
3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	59
3.2 COLETA DE DADOS	60
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA	65
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	67
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1 UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS ESPAÇOS URBANOS DE MARINGÁ	71
4.2 ASPECTOS DE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO NA TRAVESSA JORGE AMADO	82
4.3 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES, PODER, CONTRADIÇÕES, AFETOS, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO DA TRAVESSA JORGE AMADO	99
4.3.1 AFETO	99
4.3.2 PODER E RESISTÊNCIA	114
4.3.3 SEGREGAÇÃO E CONTRADIÇÃO	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICE A	165
APÊNDICE B	166
APÊNDICE C	167
APÊNDICE D	168
APÊNDICE E	169
APÊNDICE F	170

APRESENTAÇÃO

Confesso que pensei que seria mais fácil me apresentar. Mas falar de nós mesmos nem sempre é assim tão fácil. Enquanto estou aqui escrevendo, as ideias se desvanecem e me parece que tudo que escrevo não transmite exatamente o que estou sentindo. Tomarei o devido cuidado para que os leitores conheçam, através desta apresentação, pelo menos, um pouco de mim.

Chamo-me Mateus, tenho 26 anos, nascido e residente em Maringá/Paraná, e formado em administração pela Universidade Estadual de Maringá. Sou filho da Inez e do Vladimir, mãe e pai que nunca deixaram me faltar nada. Mesmo nos momentos de dificuldade, fizeram de tudo e mais um pouco para que houvesse sempre o melhor que estivesse ao alcance. Orgulho-me muito dos dois e me emociono sempre que falo sobre eles. Tenho um irmão, o Vladimir Filho (como diz minha mãe), o qual apesar da correria da vida cotidiana e profissional impedir que tenhamos contato a todo momento, é um grande amigo e professor. Tenho muita admiração por ele e o vejo como um exemplo a ser seguido. Sou muito ligado à minha família, a Deus, e tenho neles um forte alicerce.

Lembro-me que, desde criança, quis fazer administração. Fui influenciado pelo meu Tio Ciro, sobre o qual sempre tive muita admiração. O mestrado também sempre foi um dos meus sonhos. Digo “sonho” porque sempre me pareceu muito longe e fora da realidade. Contarei rapidamente como cheguei até aqui.

Ingressei meus estudos em administração e tudo correu muito bem. Durante minha graduação minha abordagem sempre foi muito funcionalista. Acreditava em métodos prescritivos e solucionadores de problemas, como se fosse só chegar na empresa (até então essa era minha visão de organização), aplicar uma técnica e assim, viveríamos no paraíso. Até que por consequência do destino, na distribuição de orientadores para realização do trabalho de conclusão de curso, descobri que seria orientado pela professora Priscilla. Foi neste momento que as coisas começaram a mudar. Lembro-me como se fosse ontem, durante a primeira orientação, eu relatando que gostaria de estudar estratégia e ela me propondo estudar cidades e produção do espaço urbano. Naquele momento, eu não fazia ideia do que eram os Estudos Organizacionais, mas foi a partir daquele instante que passei a ampliar meu conceito de administração, de organização e, principalmente, a mudar minha visão de mundo. Depois disso, ingressei como aluno não regular no Programa de Pós-Graduação em Administração, na disciplina de Territórios da linha Estudos Organizacionais e Sociedade, e, a partir de então, foi um caminho sem volta.

Apesar de não ter tido uma vida extravagante e esbanjada, sempre vivi num mundo em que tudo parecia no seu devido lugar, no entanto, passei a encontrar nesse “meu mundo” algumas coisas que não se encaixavam, algumas contradições que no início eram sutis e foram ficando cada vez mais gritantes. Sou um frequentador do Mercado de Maringá e gosto muito da cidade em que vivo. E é por isso que escolhi este objeto de estudo. Pensar sobre a cidade de Maringá não quer dizer que me antipatizo por ela, pelo contrário, a intenção é sempre propor discussões que contribuam para seu crescimento. Eu poderia ter me proposto a estudar outros fenômenos, alguns que têm se destacado nas pesquisas dentro da temática, mas o que proclama dentro de mim, é o desejo de compreender esse “meu mundo”, suas divergências transparecidas em convergências, suas contradições reluzidas em congruências e seus conflitos disfarçados de harmonia. É o que busco fazer nas próximas páginas.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o objetivo de contribuir no campo dos Estudos Organizacionais com as discussões sobre território. Assume-se que o território é fruto da ação dos atores sociais, os quais dominam e apropriam os espaços, transformando-os em território. Território que envolve materialidade e simbolismo, sendo um produto histórico que compreende sociedade e espaço (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b; Haesbaert & Limonad, 2007).

O trabalho teve suas argumentações intermediadas por chaves teóricas, as quais se conectam aos principais conceitos discutidos e auxiliam a interligar o debate proposto e, por isso, elas aparecerão em destaque durante o texto. Considera-se aqui, que a formação dos territórios se dá a partir das relações de **poder** entre os atores sociais (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b), assim, os Estudos Organizacionais se apoderaram do conceito em seus trabalhos, no entendimento de que esse tipo de pesquisa enriquece as perspectivas de **poder**, além de que as organizações também são formadoras de territórios e por eles configuradas (Brulon & Peci, 2018; Saraiva, Carrieri & Soares, 2014).

Os estudos sobre território têm ganhado força frente às transformações espaciais que refletem as relações políticas, econômicas, simbólicas e culturais, reveladas nas tramas diárias dos indivíduos na cidade (Ferreira, 2014). Cidade que é estudada e problematizada de diferentes formas dentro da Administração e dos Estudos Organizacionais (Saraiva, 2019). Um marco importante para os Estudos Organizacionais quanto a temática cidade, foi a década de 1990, quando surgiram trabalhos importantes no Brasil, com destaque para a produção de pesquisadores vinculados à Universidade Federal da Bahia (Honorato & Saraiva, 2016).

Fischer (1996) foi uma das precursoras desse processo e os diversos trabalhos desenvolvidos pelo seu grupo de estudos abriram caminhos para que outros pesquisadores dentro dos Estudos Organizacionais também discutissem a cidade. Integrante deste mesmo grupo, Mac-Allister (2001) faz uma outra importante contribuição aos Estudos Organizacionais, ao considerar a cidade como uma organização: a organização-cidade.

Partindo da abordagem de organização-cidade, diversos estudos ampliaram o conceito nos estudos organizacionais e o reafirmaram como objeto, principalmente a partir de uma visão que focaliza a complexidade urbana e evoca a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (Coimbra & Saraiva, 2013; Saraiva & Carrieri, 2012). Eles têm o intuito de entender a vida social organizada, visando compreender os aspectos

simbólicos, sociais e históricos e como a hegemonia capitalista **afeta** a vida das pessoas (Honorato & Saraiva, 2016; Ipiranga, 2010; Viegas & Saraiva, 2015).

Recentemente, coexistem três grandes eixos nas produções acadêmicas sobre cidades dentro dos Estudos Organizacionais brasileiros (Saraiva, 2019). Um deles é o que trabalha com a perspectiva da desigualdade social e **segregação** urbana, debatendo as **contradições** sociais. Outra linha de pesquisa é a que estuda a sociabilidade, o simbolismo e a cultura, analisando as diferentes formas de se viver e se relacionar nas cidades. Por fim, o eixo que trata da territorialidade, o qual esta pesquisa se adere. Os trabalhos desse eixo buscam entender os sujeitos na cidade, as vivências nos espaços urbanos, e como nesses espaços se manifestam as diferenças, as lutas e as **resistências**, nas coexistências dos diferentes grupos sociais (Saraiva, 2019).

Entende-se que os caminhos propostos por Saraiva (2019) são interligados, e que ao discutir território, territorialização e territorialidade, também se discute a cidade em seu aspecto simbólico, já que a representação cultural também é uma forma de apropriação. Além do mais, os processos de territorialização dos espaços citadinos permitem a análise de uma cidade **segregada** e **contraditória**. E, é por isso que a cidade é um importante objeto para os Estudos Organizacionais.

A cidade em suas relações de **poder**, nas redes e identidades, nas diferenças e igualdades, pode ser entendida como um importante território de múltiplos territórios, cheia de significados inerentes aos processos socioespaciais (Saquet & Flavio, 2015). Sendo assim, “a dinâmica nas organizações é fundamentalmente territorial” (Coimbra & Saraiva, 2013, p. 35). Assume-se que ao habitar um espaço e tomar consciência disso, os atores sociais o transformam em território. O território é, desta forma, resultado das relações multidimensionais de **poder** entre os atores sociais, os quais se apropriam e dominam os espaços, concedendo-os identidade (Haesbaert, 2007a).

Inerentes às discussões de território, existem dois conceitos importantes: a territorialização e a territorialidade. Conceitua-se o processo de apropriação e dominação dos espaços transformados em territórios pela relação de **poder**, como territorialização (Haesbaert, 2007a). O autor argumenta que a territorialização objetiva concomitantemente, a fonte de recursos, a identificação dos grupos com o espaço, a disciplinarização, e o controle das redes, mercadorias e informações (Haesbaert, 2007a). Já a identificação das pessoas com o território e sua caracterização, denomina-se como territorialidade (Haesbaert, 2007a; Saquet, 2007). A

territorialidade também é componente de **poder**, e controla o território por meio da identidade, numa espécie de símbolo e significação do território (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b).

Assim, é por meio dos processos de territorialização e das territorialidades que a cidade pode garantir a continuidade cultural, quando elementos tradicionais são reinventados em novas formas de apropriação (Ipiranga, 2010). Como apontam Saraiva, Carrieri e Soares (2014) nenhum processo de territorialização é neutro. Os atores sociais ressignificam os espaços concedendo-os identidade e características de pertencimento. Portanto, para além das dimensões econômicas e políticas, as formas de **poder** intrínsecas as relações sociais, também envolvem laços subjetivos, identitários, **afetivos**, simbólicos e culturais (Alcadipani & Almeida, 2000; Fischer, 2010; Haesbaert, 1997; Mac-Allister, 2003; Pereira & Carrieri, 2005; Picheth & Chagas, 2018; Saraiva et al., 2014).

Quando um indivíduo ocupa um determinado espaço, ele desenvolve ações de dominação, em outras palavras ele transforma-o num território e exerce dominação territorial. Esses comportamentos territoriais dos atores sociais, utilizados para construir, comunicar, manter e restaurar o território, se chocam com as ações e estratégias dos outros atores, em diversas relações de **poder** (Coimbra & Saraiva, 2013; Fischer, 2010; Raffestin, 1993).

Por isso, o território precisa ser compreendido considerando os múltiplos papéis dos atores sociais, das instituições, da cultura, e de todas as outras formas organizativas que possam existir na configuração do espaço (Schneider, 2004). Assim sendo, o território é produzido por meio do espaço, mediante o exercício de **poder** sobre ele pelos diferentes indivíduos e grupos sociais (Saquet, 2015). Em vista disso, as relações sociais não são isentas, pelo contrário, elas possuem intencionalidade e, por isso, as configurações espaciais diferenciam-se conforme os grupos sociais que as dominam (Araujo, 2010, Fernandes, 2005; Fischer, 2010).

Pensando na organização da vida urbana, ela é resultado de uma coalizão de forças entre os atores sociais, onde o Estado tem a função de facilitar os processos e acordos. A administração urbana favorece os agentes privados fornecendo empréstimos, estruturas, serviços públicos e condições para que esses empreendimentos se instalem e se desenvolvam. Dessa forma, cada vez mais as cidades são reorganizadas potencializando a eficiência econômica dos lugares por intermédio das técnicas modernas de dominação, a fim de que o local se torne elemento de consumo para as pessoas, porém, na prática nem todos têm acesso financeiro para investir e consumir os produtos ali produzidos, potencializando assim, a **segregação** do espaço citadino (Harvey, 1996; Honorato & Saraiva, 2016; Sánchez (2001).

São os casos das higienizações, revitalizações, limpezas sociais e gentrificações. Processos que se dão com extrema violência e que **segregam** e excluem tudo o que não condiz com essa lógica da cidade vitrine que precisa ser vendida e consumida. Dentro desse processo **contraditório**, os rejeitados **resistem** às tentativas de controle impostas, nessa constante relação de **poder** entre os atores sociais (Botelho, 2005; Leite, 2008; Souza, 2010).

Em se tratando da cidade de Maringá, percebe-se que ela é uma altamente dividida e **segregada** (Borges & Sela, 2013). Toda sua história foi marcada pela forte presença do poder público como agente orientador do território, em grande maioria por meio de relações negociais com o setor imobiliário (Borges & Sela, 2013). Apesar da imagem de uma cidade verde e bela, esconde uma história de **contradições**, o que torna Maringá um importante lócus de estudo. Desde sua criação, a ocupação do espaço é tendenciosa e os projetos urbanos buscam a promoção imobiliária, ademais, não há participação popular nesse processo, resultando, logicamente, em desigualdade social (Andrade & Cordovil, 2008).

A Cidade, localizada na região noroeste do Paraná, foi planejada e colonizada em 1940 pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para se tornar um polo regional. O projeto transmitia uma imagem visionária e moderna (Cordovil, 2010). Desde então, reproduz a ocupação centro-periferia, na qual a qualidade urbana decresce com o distanciamento da região central (Stahlhoefer & Rodrigues, 2010). O papel do poder público no desenvolvimento urbano e a ação dos agentes promotores do espaço em Maringá também foram estudados por Borges e Sela (2013), Abe, Schmitzhaus e Chagas (2015), Reschilian e Uehara (2012) e Godoy (2009).

Nesse campo das cidades tem-se a figura dos Mercados Municipais, os quais costumam ter grande valor histórico e cultural na região onde se estabelecem. Essa singularidade para identificação de hábitos costumeiros de uma dada cidade ou região torna o Mercado Municipal um significativo objeto de estudo. Diversas foram as pesquisas nas mais variadas temáticas, podendo ser citados os estudos realizados por Silva (2007), Alves e Ribeiro (2011), Saraiva et al. (2014), Cavedon (2004), Cavedon, Fantinel, Ávila e Valadão (2010), Bitar (2014), Pintaudi (2006), dentre outros.

Com relação ao Mercado de Maringá (“Mercadão”), percebe-se peculiaridades se comparado aos mercados estudados nos trabalhos citados acima. Localizado no primeiro armazém cerealista de Maringá, o Mercado Municipal de Maringá, popularmente chamado de Mercadão, foi inaugurado em outubro de 2009 com área de aproximadamente 7.000 m² após obras de reforma e ampliação da antiga estrutura, atuando principalmente no ramo

gastronômico. É importante destacar que o empreendimento é de cunho privado, e que a utilização do termo “municipal” foi autorizada pela prefeitura (Sartor, 2010).

O Mercado está situado na região do novo centro de Maringá, localidade marcada por empreendimentos imobiliários luxuosos e com um histórico de solicitações de moradores dessa região para que não sejam realizados eventos de aglomeração de populares no local. De forma mais específica, encontra-se na Avenida Prudente de Moraes, e sua lateral direita faz divisa com a Travessa Jorge Amado. Os bares e restaurantes do Mercado criaram extensões de suas lojas na Travessa Jorge Amado e ocupam diariamente esse espaço. Essa utilização se iniciou quando o Mercado de Maringá, autorizado pela Prefeitura Municipal, revitalizou a Travessa Jorge Amado e em contrapartida foi autorizado a utilizar o local (Associação Comercial de Maringá [ACIM], 2017).

A Travessa Jorge Amado está demarcada com cercas, vasos, bancos, mesas, cadeiras, luminárias, ombrelones e toldos que delimitam o local “pertencente” ao Mercado. Também os produtos oferecidos pelo Mercado possuem preços elevados e são requintados. Além disso, a Travessa passou a ser palco de eventos de grande magnitude organizados pelo Mercado. Por exemplo, festivais de cervejas artesanais, megaestrutura para a copa do mundo de futebol masculino, decorações natalinas do projeto Maringá Encantada, e “esquentas” para festas noturnas famosas da cidade, com DJs, bandas, iluminação e decoração.

Ainda, não só os aspectos físicos estão presentes, mas também há um sentido figurativo e emblemático em frequentar o local. O ambiente é muito elegante e requintado, e percebe-se que estar ali, é sinônimo de status social. Por outro lado, a Travessa Jorge Amado também é apropriada por outros grupos. Ela é palco de eventos populares que se dão de forma contrária à lógica de utilização do Mercado. A proposta do mercado é gastronômica, com bares e restaurantes. Já a desses eventos é promover, por exemplo, a cultura afro-brasileira, a literatura e shows gratuitos.

Nesse sentido, a Travessa Jorge Amado apresenta elementos que encontram respaldo nas discussões acerca do território e dos espaços urbanos apropriados pelos agentes através dos discursos de embelezamento da cidade (Corrêa, 2004; Harvey, 1996). O que torna o território o conceito central para esta pesquisa, por abranger os processos de territorialização e as territorialidades dos atores sociais e as relações de **poder** na dinâmica urbana.

Como já mencionado, a essência do território é o **poder**. Ele é concebido por e a partir dele (Souza, 2009). E por isso, quando se estuda território, se estuda as relações espaciais, o monopólio de determinadas pessoas, o direito de algumas de usufruir de parcelas exclusivas do

espaço, o que exclui os demais, o que **segrega** o espaço na diferenciação de classes econômicas, política e social (Carlos, 2007a). Como bem afirma Fernandes (2005), o capitalismo consolida o território capitalista. Ele gera conflitos e disputas permanentes que não se limitam ao econômico, mas a todas as outras dimensões.

Haesbaert (2007a) defende que está instituída uma sociedade do espetáculo, onde as pessoas compram mais pela representação simbólica do que pela funcionalidade. Ou seja, o simbolismo territorial invade as relações sociais nas identidades e representações, utilizando-se de discursos moldados conforme interesse das classes hegemônicas para privilegiar alguns poucos (Bretas & Saraiva, 2013; Haesbaert, 2007a). Por isso, quando se estuda território, também é preciso entender: “quem domina ou influencia e como domina e influencia este espaço” (Souza, 2001, p. 78,79), “quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (Souza, 1995, p.78,79).

Esse estudo parte da premissa de que a cidade é desigual, **segregada e contraditória**, em que o espaço urbano é marcado pela luta, **resistência** e disputa de diversos agentes sociais. Parte, principalmente, da concepção de que o território, a territorialização e a territorialidade, se dão pelas relações sociais repletas de **poderes afetivos**, identitários, simbólicos, políticos, econômicos, culturais, materiais e imateriais. E que, no caso específico da cidade de Maringá, a Travessa Jorge Amado é um importante agente dentro desse processo.

Embora a Travessa Jorge Amado seja de propriedade pública, constata-se apropriações e dominações pelos atores sociais, pode-se pensar assim, naquele espaço, como um território. Por isso, interessou-se em entender as relações mantidas pelos atores sociais envolvidos na produção daquele território (frequentadores do Mercado, transeuntes, flanelinhas, vendedores ambulantes, representantes municipais, representantes do Mercado e dos eventos populares), suas **afetividades, resistências**, subjetividades, identidades, materialidades e **contradições**, respondendo a seguinte questão: **Como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado?** Dessa forma, o objetivo geral será: **Compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.**

Como objetivos específicos o trabalho buscará:

- a) Apresentar uma constituição histórica dos espaços urbanos de Maringá, com destaque para a Travessa Jorge Amado e o Mercado Municipal de Maringá;
- b) Debater os aspectos de dominação e apropriação pelos atores sociais na Travessa Jorge Amado;

c) Analisar as representações, **poder**, **contradições**, **afetos**, **segregação** e **resistências** no território da Travessa Jorge Amado;

Dentro dos Estudos Organizacionais existem pesquisas que partem da concepção da cidade como uma organização, entendida pela **contradição** e complexidade da vida social organizada (Viegas & Saraiva, 2015). O trabalho de Honorato e Saraiva (2016) ao estudar os moradores em situação de rua em suas formas de praticar a cidade, identifica como estes são tratados como invisíveis no processo de planejamento hegemônico da cidade. Coimbra e Saraiva (2013) investigam a territorialidade na organização-cidade por meio do movimento social Quarteirão Soul de Belo Horizonte, Minas Gerais. Eles concluem que a territorialidade é dinâmica e que a cidade é um espaço simbólico, para além dos limites físicos.

Além destes, outros estudos dentro dos Estudos Organizacionais também destacam os conceitos de território. A pesquisa de Misoczky, Camara, Cerqueira e Coto (2012) estuda os conflitos e a territorialização do Centro Comercial de Porto Alegre por grupos de diferente orientação sexual. Tem-se também como exemplo a pesquisa de Guarnieri, Chagas e Vieira (2018) que explora o processo de territorialização nas academias da terceira idade, e o estudo de Picheth e Chagas (2018) que analisa a territorialidade, a identidade e o pertencimento, em um grupo de apoio a gestantes e mães de Maringá-Paraná.

A presente pesquisa considera a organização-cidade como objeto de análise dentro dos Estudos Organizacionais, incluindo também as pessoas que nela habitam, suas relações sociais, os simbolismos, as interações, as relações de **poder**, a dinâmica, as **resistências**, os conflitos e a historicidade. Aspectos que estão permeados pelas territorializações nos espaços públicos, numa apropriação privada de lucros, em que nem sempre prevalece o atendimento coletivo e bem-estar social. Locais que passam a respeitar a lógica de competitividade e de mercado, que visam melhorar a visão dos investidores e dos ocupantes para com a cidade, mesmo que isso escolha alguns frequentadores em detrimento de outros (Correia, Colares & Saraiva, 2017; Duarte & Czajkowski, 2006).

A cidade é percebida nesta pesquisa como uma vitrine, que precisa manter a boa aparência, valorizada, com bonitas arquiteturas e dimensões. A preferência está em atender as classes elitizadas e os patrocinadores desses lugares (Correia et al., 2017). Quando organizações privadas patrocinam os lugares, elas manipulam os tipos de espetáculos ali oferecidos para se adequarem às suas estratégias de mercado (Wu, 2006). É como se só pudesse frequentar aquele lugar as pessoas cultas e de vida burguesa (Correia et al., 2017), cabendo aos trabalhadores

dessas localidades, os quais garantem a existência e funcionamento desses empreendimentos, “saber seu devido lugar”.

Portanto, a realização da corrente pesquisa justifica-se pela ligação da Travessa Jorge Amado, como um espaço territorializado por diferentes atores sociais, dentro da dinâmica hegemônica da cidade. A cidade de Maringá/PR é uma organização constituída de diversas organizações, uma delas o Mercado de Maringá, em outras palavras, a cidade de Maringá/PR é um grande território, constituído de diversos territórios, repletos de **poder**, **contradições**, **afetividades**, simbolismos, **resistências**, **segregações** e representações, sendo um deles, o Mercado de Maringá.

Por isso, esse estudo contribui com os Estudos Organizacionais ao questionar as antíteses e **contradições** da cidade em sua dinâmica territorial, através das territorializações e das territorialidades. Ao pensar a cidade como um território, o trabalho avança ao debater como determinado grupo se sente **afetado** e toma consciência de que ele é uma categoria distinta para se apropriar da cidade, especificamente, neste caso, se apropriar da Travessa Jorge Amado.

Outros trabalhos também tomaram os mercados municipais como objeto de análise. O estudo realizado por Saraiva et al. (2014) analisa as relações de territorialidade e identidade no ambiente organizacional do Mercado Municipal de Belo Horizonte, conjugando um ambiente de harmonia e conflitos. A etnografia de Rosato (2003) interpreta e compreende como o processo sucessório das bancas do Mercado Público de Porto Alegre está cheio de aspectos culturais e históricos. Castilhos e Cavedon (2004), identificam as especificidades administrativas do Mercado Público de Porto Alegre levando em consideração os aspectos culturais ligados à cidade. Desde suas origens, os Mercados Municipais têm sua relevância onde estão inseridos, não se pode negar que são locais repletos de representações, identidades e história e, por isso, são em sua essência, um reflexo da produção territorial, das crenças, significados, fluxos e movimentos, o que os torna um importante objeto de investigação, principalmente para os Estudos Organizacionais. Desta forma esta pesquisa é também relevante, pois aprofunda e refina o debate acerca do território, à luz de um Mercado Municipal.

A coleta de dados nesta pesquisa ocorreu por intermédio de dados primários e dados secundários, os quais serão interpretados através do método hermenêutico-dialético. O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos. Além desta introdução, o segundo capítulo é composto pelo referencial teórico que embasa as discussões propostas. O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa. O quarto capítulo é destinado ao debate e análise dos resultados. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo debate as teorias que fundamentam esta pesquisa. Articula-se os conceitos da cidade nos estudos organizacionais repleta de **contradições, resistências**, disputas, hierarquias e desigualdades e do espaço urbano entendido como (re)produtor das relações sociais. Esse espaço é apropriado e dominado por atores sociais através das relações de **poder**, formando territórios, assim, entende-se que as cidades são compostas por múltiplos territórios. Dentro dessa temática, também são apresentados os conceitos de territorialidade e territorialização.

A discussão que segue está esquematizada em chaves teóricas, que mediarão a articulação entre os temas. São elas: **afeto, poder, segregação, resistência e contradição**.

2.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIZAÇÃO E TERRITORIALIDADE

Existem diferentes significações dos conceitos de território que irão variar de acordo com a visão epistemológica, ontológica e política do pesquisador (Saquet, 2009). Para Fernandes (2009) o território tornou-se um conceito utilizado por diversas ciências, o que resultou numa diversidade de compreensões e significados do termo. Por exemplo, a Antropologia costuma atentar-se aos aspectos simbólicos, a Ciência Política nas relações de **poder** e a Economia nas bases de produção (Riceto & Silva, 2008). Além disso, no Brasil são diversas as pesquisas que escrutinam o conceito (Goulart et al, 2010; Haesbaert, 2007; Saquet, 2009). Busca-se, agora, elucidar a definição de território, pois como disseram Saraiva et al (2014), essa conceituação teórica é oportuna para que se delimite em que ponto se encontra a discussão proposta, até porque o conceito de território é amplamente debatido principalmente entre os geógrafos, e dentro dos estudos organizacionais busca-se transplantar os termos com as devidas contextualizações.

A origem da palavra território pode ter duas atribuições. Ela vem do latim *territorium* que deriva da palavra terra, significando uma dominação jurídica e política do uso da terra. Mas também tem relação com *terreo / territor* (terror/ateorrar), referindo-se à dominação, imposição, terror, medo, dos agentes hegemônicos sob os hegemonzados no privilégio de usufruir o território por intermédio da apropriação (Almeida, 2014; Ferreira, 2014; Haesbaert, 2005, 2007; Oliveira & Chagas, 2016).

Um dos autores precursores da chamada geografia moderna e pioneiro na enunciação do conceito de território foi Friedrich Ratzel (Vale, Saquet & Santos, 2005). Sua obra, do final do século XIX, está relacionada ao Estado-Nação. Para Ratzel (1990), o território está relacionado à ideia de território nacional e as fronteiras físicas do Estado. De acordo com Ferreira (2014) e Saquet (2007, 2009), a obra de Ratzel (1990) é marcada pela centralidade do território como espaço soberano do Estado, fundamentada essencialmente nos pressupostos metodológicos e filosóficos positivistas.

Como já dito, Ratzel (1990) foi um dos principais precursores dos estudos de território e sua compreensão é uma das mais tradicionais no âmbito Geografia, mesmo assim, é profundamente criticado sobretudo a partir dos anos 1970 (Ferreira, 2014). Expandindo o vínculo à natureza política que destacava o controle e solidez do Estado-Nação, houve uma renovação do pensamento geográfico, o que levou a um processo renovado e sistemático da dimensão de território.

Surgiram movimentos na Geografia que acompanharam as mudanças socioespaciais influenciadas principalmente pelo materialismo histórico e dialético, resultando em várias interpretações de análise do território. Assim, o conceito assume diferentes significados para as diferentes sociedades e grupos dominantes, passando então, a contemplar o dinamismo, as **contradições**, as relações de **poder**, as identidades, **afetividades**, as redes de circulação e comunicação (Andrade, 1998; Ferreira, 2014; Oliveira & Chagas, 2016; Picheth & Chagas, 2018; Saquet, 2007, 2010, 2013; Saquet & Briskievicz, 2009).

O conceito de território se alterou a partir das reflexões sobre as relações de **poder**, quando houve uma superação da chamada geografia clássica (Saquet, 2009, 2015). Raffestin (1993) teve muita importância nesse período, e o **poder** foi plano de fundo do seu conceito. Seu trabalho, influenciado pelas discussões de Foucault (1979), trata o território como forma de **poder** relacional. Para além da dimensão tangível e concreta, o território liga-se também a um campo de força que se projeta no espaço em diferentes escalas, seja ela a casa, o trabalho, o bairro, a cidade, a região ou o país (Raffestin, 1993). O autor se afasta do reducionismo de Ratzel (1990) onde o **poder** é atribuído unicamente ao estado, por intermédio de uma problemática relacional, na qual o **poder** sempre está presente (Ambrozio, 2013).

Para Raffestin (1993), os atores são dotados de um **poder** relacional onde suas estratégias de produção se chocam entre si, isto é, o território não é somente aquele das fronteiras guarnecidas pelo estado, num **poder** que vem de cima para baixo, mas um território

interespaical de **poder**. **Poder** disciplinar, que vem das relações microfísicas, do lado, de baixo, de cima, às margens no estado, em diferentes graus, momentos e lugares (Ambrozio, 2013).

Assim, para o autor, o território é resultado da ação interessada de um ator sintagmático que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou simbolicamente, territorializa o espaço” (Raffestin, 1993 p. 143). Por ator sintagmático, compreende-se o Estado, as organizações grandes ou pequenas, os indivíduos, todos aqueles que, em graus, momentos e lugares diversos, produzem territórios (Raffestin, 1993). O Estado produz o território através dos novos recortes, implantações e ligações, assim como as empresas, outras organizações, e até mesmo os sujeitos que constroem ou reformam suas casas. Ou seja, em alternados momentos e lugares, todos nós somos atores sintagmáticos produtores de território (Raffestin, 1993).

No entanto, apesar do significativo avanço teórico da obra de Raffestin (1993) através do afastamento da concepção Ratzeliana, existe uma limitação em seu trabalho. Influenciado pelo período e contexto histórico de sua obra, Raffestin (1993) propõe uma concepção de **poder** simétrica entre os atores (Ambrozio, 2013). Assim, em sua obra, não estão presentes aspectos de gênero, classe, características e qualidades, que permitiriam confrontamentos entre os atores em um **poder** relacional e assimétrico (Ambrozio, 2013). O que torna o conceito de ator sintagmático limitado para o estudo dos processos de territorialização na Travessa Jorge Amado pelos atores sociais que a permeiam, já que se considera aqui, a assimetria dos **poderes** entre os atores ali inseridos.

Ainda assim, as ideias de Raffestin (1993) são de grande relevância e contribuem significativamente com as pesquisas brasileiras (Oliveira & Chagas, 2016). No Brasil foram vários os fatores internos e externos que direcionaram para uma expansão e qualificação das discussões de território, principalmente nos anos de 1992 e 1993, quando estudos territoriais centrados nos conceitos de territorialidade passaram a ser discutidos na Geografia, na Economia, na Sociologia, e mais recentemente nos Estudos Organizacionais, na busca do entendimento dos processos de circulação, comunicação, identidade e **poder** (Oliveira & Chagas, 2016; Saquet, 2013). Destacam-se aqui os autores: Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet.

Haesbaert (1994) desenvolve uma concepção de território numa abordagem integradora. O autor entende o território como um híbrido entre as dimensões materiais e idealistas, envolvendo os aspectos culturais e políticos, ou seja, o território possui múltiplas dimensões. Os aspectos de dominação e apropriação como constituintes do território estão presentes na obra do autor, sejam eles os concretos ou simbólicos (Bretas & Saraiva, 2013). Para ele, as

relações de **poder** estão estabelecidas essencialmente nas relações sociais, assim, são as relações sociais que condicionam e constituem o território (Haesbaert, 1994).

Ao habitar um espaço e tomar consciência, os atores sociais o transformam em um território (Haesbaert, 2007a), logo, o território compreende tanto a identificação quanto apropriação (Andrade, 1998, Cara, 1998). É preciso entender, portanto, que essa tomada de consciência dos atores sociais está relacionada diretamente ao **afeto**. O próprio Haesbaert (1997) defende a característica **afetiva** dos territórios. Os atores sociais são **afetados** pela hegemonia capitalista (Honorato & Saraiva, 2016; Ipiranga, 2010; Viegas & Saraiva, 2015), e ao serem **afetados**, sistematizam esses **afetos** em **poder, resistência e segregação**. Em outras palavras, os atores sociais são influenciados (**afetados**) pelas (i)materialidades e conscientizam-se entre apropriar, permanecer, **resistir** ou excluir-se de determinado território.

Portanto, nesta pesquisa, os atores sociais serão aqueles que permeiam a Travessa Jorge Amado: os frequentadores do Mercado de Maringá, os comerciantes, os transeuntes, os trabalhadores do local e das redondezas, flanelinhas, os representantes do município, do Mercado de Maringá e dos eventos populares, enfim, aqueles que de alguma forma participam da produção do território da Travessa Jorge Amado. Por exemplo, os frequentadores do Mercado que são **afetados** a ponto de, ao tomarem consciência, territorializar a Travessa Jorge Amado.

A ação dos atores sociais se concretiza na cidade. Existe uma **segregação** material, repleta de significações, que é consequência dessas apropriações dos espaços citadinos. Há o bairro das mansões, o boêmio, o industrial, o proletário, os condomínios fechados, os locais com infraestrutura adequada e os espaços de **resistência** (Rolnik, 1995). Portanto, a ocupação da cidade é territorial. Medeiros (2009) argumenta que essa ocupação está relacionada a vivências significativas, que se fazem presentes nas ações de constituição e formação do movimento social. Isso quer dizer que o território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, haja vista a concomitância da realização das funções e a produção simbólica, ou seja, a construção do território é envolvida por simbolismos e relações culturais (Haesbaert, 2004a, 2007a). Cultura essa que, através das crenças e atitudes, reflete e condiciona a organização espacial e a dinâmica do território (Medeiros, 2009).

Dessa forma, Haesbaert (2004a) propõe um território que abrange quatro dimensões integradas entre si: a política, a cultural, a econômica e a naturalista. A dimensão política considera o território como espaço delimitado e controlado por um **poder**. A dimensão cultural, também chamada de simbólico-cultural, é relativa aos aspectos mais simbólicos e subjetivos

das apropriações. A dimensão econômica diz sobre o território como fonte de recurso na relação capital-trabalho. Por fim, a naturalista dos aspectos naturais e espaço físico.

Dependendo da visão epistemológica do pesquisador, alguns aspectos podem se destacar frente aos outros, contudo, isso não quer dizer que as demais dimensões não estarão presentes (Haesbaert, 2007; Picheth & Chagas, 2018; Saquet, 2005, Souza, 2009; Vale et al., 2005). É justamente para fugir dessa fragmentação, principalmente da hegemonia econômica frente às demais dimensões, que Haesbaert (2007a) explora uma perspectiva integradora entre os ideais de funcionalidade e simbolismo do território (Almeida, 2014).

O erro dos que estudam território está, segundo Haesbaert (2004a), na análise dicotômica que fazem: da sociedade e natureza, como se o território não tivesse uma base natural; da sociedade e espaço, como se uma sociedade não incorporasse um espaço; do espaço e tempo, como se o território fosse separado dos fluxos e movimentos; da materialidade e da imaterialidade, como se existisse apenas uma das dimensões; da distinção das dimensões político-econômica e simbólico-cultural.

Por exemplo, apesar da expansão da concepção unicamente espacial do território, não se pode negar a ligação dele com a natureza. Logicamente, o território está muito além de ser considerado apenas fonte de recursos, no entanto, é um erro não considerar o aspecto natural. São grandes os marcos de ligação com a terra, principalmente quando se fala de fenômenos naturais que reestruturam a vida social (Haesbaert, 2007a).

Haesbaert (2007b) além dos aspectos (político, cultural, econômico e natural) referidos em Haesbaert (2004a), faz uma divisão entre o que chama de território unifuncional e território espaço-tempo-vivido. O unifuncional é aquele ligado à lógica capitalista hegemônica, e o espaço-tempo-vivido está relacionado aos diversos e complexos processos de produção material e imaterial do cotidiano social, das vivências e das identidades. Em suma, o que Haesbaert (2007b) sugere é que existem dois tipos extremos e ideais de território, o mais funcional e o mais simbólico.

O aspecto funcional do território, numa dimensão mais concreta, é visto como domínio político e econômico, entendido como um espaço delimitado e controlado onde se exerce **poder**, relacionado em sua maioria, mas não unicamente, ao **poder** político do Estado. Já o simbólico compreende uma apropriação mais identitária do espaço vivido, entendido pelo valor de uso, pela subjetividade, pela produção social (Haesbaert, 2004a, 2007b). Consequentemente, enquanto espaço-tempo-vivido o território é múltiplo, diverso, complexo, ao contrário do território unifuncional (Haesbaert, 2005).

O autor continua que, como ideais, esses dois tipos de território nunca se expressam na totalidade, portanto, todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico. Ele é sempre funcional, no entanto, todo funcional tem uma carga simbólica, e vice-versa (Haesbaert, 2004a, 2007a). Ambos, em qualquer situação, envolvem relação de **poder**, seja ela a mais explícita de dominação, ou a mais implícita de apropriação (Haesbaert, 2005).

Como bem afirmou Haesbaert (2007b, p. 23), as “relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados”, “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (Haesbaert, 2004b, p. 95-96).

Quando trata da dimensão simbólica e cultural, o autor diz respeito aos territórios de diferença, do antagonismo entre as comunidades, da multiplicidade de territórios e da multiplicidade de identidades (Haesbaert, 2007a). Ao considerar, além da dominação/apropriação política, mas também a dominação/apropriação simbólica, Haesbaert (2004a) fortalece o debate sobre o papel da produção identitária e **afetiva** nos territórios. Sendo assim, mais uma vez confirma-se o território como elemento dinâmico, repleto de dimensões complementares, e não apenas como palco cultural (Vale et al., 2005). Visto isso, o território precisa ser entendido na multiplicidade de **poderes** relacionais nele incorporados pelos agentes sociais envolvidos (Haesbaert, 2005).

Tendo como base os objetivos da pesquisa, os conceitos preconizados por Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b) são aderentes à abordagem teórica e epistemológica deste trabalho devido sua visão integradora do território. Muitos autores erram ao cair numa dicotomia, considerando por exemplo, mais o aspecto econômico do território do que o aspecto cultural, como se o território econômico não estivesse repleto de simbolismo ou vice-versa.

E por isso, ao considerar, principalmente o trabalho de Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b), esta pesquisa terá mais ferramentas para entender os **poderes** relacionais constituintes e condicionantes da Travessa Jorge Amado, sua territorialização e territorialidades. Além de não reduzir o amplo conceito de território a uma perspectiva simplista. Como bem afirmou Haesbaert (2004a), o território é uma mistura de espacialidade, relações sociais, representações, **poder**, movimento e fluidez, logo, é primordial uma leitura integradora das relações de domínio e apropriação.

Outro autor importante nas discussões de território é Marcos Aurélio Saquet. O trabalho de Saquet (2005, 2009, 2013, 2015) considera o território como produto da apreensão da relação

matéria-ideia, por meio do movimento de mudança e permanência ocorridas no ambiente por um grupo social (Saquet, 2009, 2013), nota-se, assim, que o autor também considera a apropriação social do ambiente, construído pelas múltiplas relações (Saquet, 2009). Saquet (2005, 2009, 2015) aborda o conceito de forma histórica, relacional, processual, multidimensional, material e imaterial, em que há uma associação entre os aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza, o que o autor chamou de abordagem E-P-C-N. Desta forma, para o autor, essa combinação dos elementos influencia a apropriação territorial (Saquet, 2005).

Essa abordagem justifica-se pela possibilidade de visão ampliada da formação do território ao considerar os aspectos materiais e imateriais (Pereira, Chagas & Bankut, 2016). Para Saquet (2015) as relações materiais envolvem o planejamento e produção de mercadorias, e os aspectos imateriais envolvem a relação espaço-tempo do espaço, construído social e subjetivamente. O tratamento do autor é concomitantemente material e imaterial. Ele define o território como produto das mudanças e permanências, das forças e **poderes**, da apropriação social, ocorridas no ambiente no qual se insere um grupo social (Saquet, 2009, 2015).

Souza (1995) contribui ao afirmar que o exercício do **poder** relacional depende diretamente da organização espacial. Assim, o território relacional não está constituído apenas nas relações históricas e sociais, mas também na complexa relação entre o social e o material. Além de que, como defendeu Haesbaert (2004a), considerar apenas aspectos relacionais ou materiais, reduz a uma visão simplista de território, caindo no erro de considerar unicamente a estabilidade, delimitação, fronteiras, ou somente o movimento, o fluxo. O território é uma mistura dos dois, envolve a dimensão espacial e concreta das relações sociais e as representações sobre o espaço que o dá fluidez e movimento (Haesbaert, 2004a). Verifica-se, assim, que as relações espaciais de **poder**, também são produtoras de identidade e de alguma forma, **afeta**, **segrega**, classifica, separa, controla e distingue os indivíduos e grupos sociais (Haesbaert, 2004a).

Como afirma Raffestin (1993), toda construção da realidade é um instrumento de **poder**, e, com o tempo, passa-se a agir mais sobre a imagem da realidade do que sobre os próprios objetos. Assim, é necessário que se distinga os territórios de acordo com aqueles que o controlam, sejam indivíduos, grupos sociais, estado, empresas, organizações (Ferreira, 2014). As razões desse controle variam conforme o agente controlador, que domina uma área geográfica com o objetivo de controlar e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos (Sack, 1986).

Nesse sentido, é substancial que se contextualize historicamente o território, numa leitura integradora das relações de domínio e apropriação no, com e através do espaço (Haesbaert, 2004a, 2005). Na medida em que arguiu Haesbaert (2009), mais do que afirmar o que é território, trata-se de discutir o seu devir, suas problemáticas e questões práticas, acionadas a partir da conceituação teórica.

A contextualização histórica permite o entendimento de que os **poderes** mudam ao passar do tempo. Como exemplificação, nas sociedades tradicionais vigorava a materialidade do território como abrigo e base de recursos. Na sociedade moderna o território era conjugado pela disciplina individualizante através dos espaços e, mais recentemente, vigora o controle pela mobilidade, pelos fluxos (Haesbaert, 2005). E ainda mais, é importante entender que “os objetos do controle social através de sua territorialização variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo” (Haesbaert, 2007b, p. 22). Territorialização essa que passa a ser mais bem trabalhada nessa discussão.

Haesbaert (2007a) define a territorialização como o processo de dominação e/ou apropriação do espaço. Portanto, quando se falou aqui das apropriações e dominações dos espaços transformados em territórios, de fato, se falou de territorialização. Para Haesbaert (2005, 2007a) os processos de territorialização possuem quatro objetivos básicos que se combinam conforme o contexto: abrigo físico e fonte recursos; identificação ou simbolização dos grupos nos referenciais espaciais; controle e disciplinarização através do espaço; e construção e controle das redes, fluxos, mercadorias e informações.

Para Almeida (2014) a territorialização é um componente de **poder** através do qual o indivíduo e sociedade significam o seu espaço de convivência, físico ou social. Já Raffestin (1993), defende a territorialização como o processo de relações sociais, de perdas e reconstruções das relações. Para Saquet (2007), ela é marcada pelo movimento da (re)produção das relações sociais influenciada pelas máquinas, redes de circulação e comunicação. O autor argumenta que o processo de territorialização é historicamente determinado, produto do movimento socioespacial e das **contradições** sociais, das forças econômicas, políticas e culturais que determinam as diferentes territorialidades no tempo e no espaço.

A questão é que, assim como Haesbaert (2009), é necessário entender que a maior parte dos processos de territorialização dentro do capitalismo privilegiam a sociedade do espetáculo e do consumo, repleto de materialidades e simbolismos. O território é, portanto, um domínio politicamente estruturado e apropriado (material e simbolicamente) por grupos de interesse, que através de alianças, agem, controlam e **segregam** outros grupos sociais (Haesbaert, 2012).

É a partir das problemáticas envolvidas nos processos de territorialização que se pode compreender os dilemas e as ações em que o território é empreendido (Haesbaert, 2009). Como propõe Souza (1995) mais que as características geográficas, o que se produz, ou quais as identidades do grupo social e seu território (esses itens não deixam de ser importantes para o autor), é discutir “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? ... quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (Souza, 1995, p. 78,79).

A compreensão dos processos de territorialização permite entender quem está nos territórios e quem não está, possibilita entender a **segregação** e **contradição** cidadina, permite compreender quem apropria e domina esses espaços, e principalmente, como a dinâmica urbana “aceita” certas pessoas no espaço e retira outras. Pode-se pensar a cidade a partir deste prisma, buscando compreender como as classes hegemônicas se sentem **afetadas** e tomam consciência de que são uma categoria distinta para se apropriar dos espaços citadinos.

Essas forças geram desterritorializações, reterritorializações, ou (des)(re)torializações, processo chamado de TDR, como propôs Raffestin (1993) e Haesbaert (1997). Os agentes do território desejam coesão de identidades e práticas através da apropriação e ordenamento político, porém, existe um caráter desterritorializador dos fluxos e das redes de circulação, que ao **segregar**, abrem margem para novas formas de ocupação da cidade (Haesbaert, 2012). Assim, o agenciamento hegemônico cria imagens discursivas que legitimam esse processo territorializador dentro da cidade, num campo onde se travam as lutas, **resistências** e conflitos através das práticas sociais (Sánchez, 2001).

Essas ações intervencionistas reforçam a **segregação** da cidade em territórios, criando espaços de dominação, impostos pela constante vigilância e controle por meio dos valores e comportamentos (Carlos, 2015a), expulsando e **segregando** os demais para as periferias. Haesbaert (2007a, 2012) avança no conceito de território ao elencar o processo de desterritorialização motivados pelos processos da globalização e do capitalismo. O autor reconhece o processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR), como um processo de relações sociais, de produzir e refazer territórios, controlá-los, num movimento constante (Haesbaert, 2007a).

A desterritorialização é, portanto, a destruição de antigos territórios por meio da reapropriação do espaço em redes, e a reterritorialização, é a nova apropriação/dominação simbólica/material/ política do espaço (Oliveira & Chagas, 2016). Em outras palavras, território é o enraizamento, a desterritorialização é o rompimento ou a deslocalização, e a reterritorialização é a nova forma de ocupação do espaço (Oliveira & Chagas, 2016).

Souza (2012) trabalha a reterritorialização de uma forma multidimensional das relações de **poder**, isto é, os territórios são construídos e desconstruídos pelos indivíduos ao apropriá-los por meio do **poder**. O que pode ocorrer em uma cidade e até mesmo nas ruas, trechos de uma rua, um prédio ocupado, uma prisão, parcelas de uma arquibancada, e nas mais diversas escalas e temporalidades (Souza, 2006). Seria a escala dos oprimidos e suas táticas de **resistência** cotidiana expressas espacialmente (Souza, 2009).

O autor estuda principalmente os ativismos sociais e os movimentos sociais emancipatórios, como territórios dissidentes e expressões de práticas espaciais insurgentes (Souza, 2009). Esses movimentos de **resistência** estão pautados em práticas espaciais e ações de territorialização. Territorializações essas que são de curta duração e cheias de instabilidade, visto o confronto desproporcional com as outras forças de **poder**, por exemplo o Estado. Quando um prédio é ocupado, ou quando uma rua é bloqueada por uma organização de sem-teto, as pessoas ficam expostas ao risco de despejo e da violência (Souza, 2009).

Também intrínseca ao conceito de território, está a territorialidade. A territorialidade está ligada à identificação e **afetividade** das pessoas com o território. Ela também é componente de **poder**, envolvendo materialidade (controle físico) e imaterialidade (controle simbólico), através da identidade. A territorialidade é essencial para a existência do território, sendo uma espécie de símbolo do território como estratégia de dominação. Ela é fruto das relações políticas, econômicas, culturais, naturais, e da forma que as pessoas organizam e dão significado ao território (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b).

No território existem diversas territorialidades entre sociedade e espaço, que geram e transformam territórios (Souza, 2012). Ou seja, a cada desterritorialização e territorialização são gerados, além de novos territórios, também novas territorialidades, as quais possuem características das territorialidades anteriores (Saquet, 2009). Deste modo, a territorialidade está diretamente relacionada com as identidades dos lugares, com as relações históricas e geográficas de cada lugar (Saquet, 2009). Para o autor, a efetivação do território se dá no e com o espaço, centrados na e da territorialidade dos indivíduos, num movimento das relações sociais que geram territorialidades, desterritorialidades e reterritorialidades (Saquet, 2007).

A territorialidade é múltipla, e, portanto, os territórios também o são, o que revela a complexidade social das relações de domínio entre indivíduos, grupos, objetos e espaço (Saquet, 2010). O autor considera a territorialidade como condicionante e caracterizadora das territorializações e dos territórios. É como se a territorialidade se materializasse nos lugares, caracterizadora das territorializações e dos territórios. É como se a territorialidade se

materializasse nos lugares, refletindo os aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais, ordenando-se na desordem e complexidade das relações sociais (Saquet, 2010).

A territorialidade envolve “todos os processos espaço-temporais e territoriais inerentes a nossa vida na sociedade e na natureza” (Saquet, 2009, p.85), dessa forma, “nada se faz ou se pensa sem articular, identificar e concretizar na e com a territorialidade cotidiana (Saquet, 2010, p. 177). O autor entende que ela é fundamental para o entendimento do processo de territorialização e formação de territórios, ela significa materialidade e imaterialidade (Saquet, 2004, 2007).

A territorialidade se evidencia nas atividades diárias das interações sociais. Ela é, para o autor, a face vivida do poder (Raffestin, 1993). O que vai ao encontro da proposta de Sack (1986), que destaca o papel da territorialidade para controle de uma determinada área, de determinadas pessoas, de determinados recursos, ou seja, ela é uma estratégia para influenciar e controlar o espaço. Por isso, a territorialidade é também um componente de **poder**, é uma estratégia para manter a ordem, para manter a nossa experiência e significância do território (Sack, 1986).

Haesbaert (2005) chama a atenção para o erro de alguns pesquisadores, que ao debaterem a territorialidade, a reduzem à dimensão simbólico-cultural do território, e que em sua visão, é preciso considerá-la também como um **poder** no sentido mais simbólico (Haesbaert, 2005). O autor articula a territorialidade numa posição mais epistemológica e numa posição mais ontológica (Haesbaert, 2007a). Na visão mais epistemológica ela é uma condição teórica necessária para a existência do território. Já na mais ontológica, a territorialidade pode ser material, o que envolve o controle físico. Pode ser imaterial, envolvendo o controle simbólico através da identidade. E pode ser um espaço vivido, conjugando materialidade e imaterialidade (Haesbaert, 2007a). O autor faz essa divisão porque busca expandir a visão abstrata que reduz a análise unicamente ao caráter epistemológico (Haesbaert, 2007a).

A territorialidade é também uma dimensão imaterial, como o símbolo de um território, que é competentemente colocada como uma estratégia política e cultural. Além de uma dimensão política, a territorialidade também é constituída das relações econômicas e culturais e natureza, visto que está ligada a forma que as pessoas organizam o espaço e o dão significado (Haesbaert, 2005).

Além disso, segundo o autor, a territorialidade existe mesmo que o território não esteja materialmente proposto, e dá como exemplo a Terra Prometida dos judeus. Haesbaert (2009), dessa forma, considera que todo território possui uma territorialidade, mas que não

necessariamente, toda territorialidade possua um território numa efetivação material. Dessa forma, a territorialidade tem um sentido mais amplo que o território, já que pode ser a referência simbólica para construção de um território (Ferreira, 2014; Haesbaert, 2007b, 2009). Isso quer dizer que a discussão dos aspectos territoriais se encontra além da fronteira materializada propriamente dita (Saraiva et al, 2014).

Haesbaert (2004a) também fala da multiterritorialidade. Por multiterritorialidade se entende as múltiplas territorializações que efetivamente atuam sob os indivíduos. Ora, se os processos de territorialização (apropriação/dominação) partem do **poder** relacional dos grupos sociais e individual, não é estranho que se considere um entrecruzamento de diferentes territórios (Haesbaert, 2004a). O autor destaca que não defende uma justaposição dos territórios, já que mesmo combinados, mantêm sua individualidade, mas verdadeiramente de uma dinâmica de multiterritorialização em diferentes graus de conectividade (Haesbaert, 2005). E complementa, que como espaço dominado e apropriado, só é possível compreender o território num sentido multiescalar, multidimensional, caso contrário não se atingirá nenhuma contribuição inovadora.

Assim, o autor argumenta que o **poder** está vinculado aqueles que controlam a mobilidade e os fluxos e, por isso, vivenciam uma multiterritorialidade. E já aqueles que não detêm esse controle, sofrem com as tentativas de imobilização e contenção (Haesbaert 2004a, 2009). Contenção foi o termo usado pelo autor, justamente para mostrar a ambiguidade envolvida nas novas formas de territorialização. São por exemplo, os casos dos muros, cercas e legislações restritivas aos fluxos migratórios, que se espalham pelo mundo numa tentativa de exclusão, mas que sempre envolvem a impossibilidade total da reclusão, já que os contidos encontram vertedouros por onde possam transpassar (Haesbaert, 2009). Como argumenta o autor:

Basicamente essas barreiras físicas, paralelamente aos “campos” de contenção, estão sendo propostas e construídas visando o fluxo de pessoas, de migrantes, de refugiados, em síntese, de “criminosos” (que, alegadamente, pelo simples fato de sua “ilegalidade”, todos seriam), em nome de discursos xenófobos pautados no medo (do terrorismo, dos tráficos, dos próprios pobres, “classes perigosas”) e na insegurança frente às diversas “ameaças” ou “riscos” imputados ao Outro, ao diferente, àquele que deve permanecer “do outro lado”. Como se o “outro lado”, num mundo globalizado como o nosso, ainda pudesse ser claramente discernível, e a ilusão da fronteira murada, neste sentido, tentasse também ressuscitar, simbolicamente, o sentido do território clássico moribundo que

separava pela reclusão “nós” e os “outros”, os “normais” e os “anormais” da sociedade disciplinar (Haesbaert, 2009, p. 114-115).

É importante que o leitor perceba a **contradição** desse processo extremamente violento. Ao mesmo tempo que os atores sociais desejam conter o diferente, eles também são contidos. Quando alguns se retiram para condomínios fechados, acabam contidos em seus distritos residenciais de acesso controlado (Haesbaert, 2009). Ou seja, as territorializações que objetivam conter o outro, na verdade, contém os próprios territorializadores. E mais do que isso, o “outro” está cada vez mais presente no “nosso” território. Ele sempre encontra novos vertedouros e novos caminhos (Haesbaert, 2009). Em outras palavras, não serão as territorializações autoritárias de contenção que irão impedir os “contidos” de **resistir** e de acharem uma saída frente a essa lógica **contraditória** e violenta, mesmo quando essas práticas de **resistência** estiverem repletas de risco e insegurança (Haesbaert, 2009).

Dentro dos Estudos Organizacionais são diversos os trabalhos que exploram a abordagem territorial dentro das cidades. Por exemplo, Shimada (2015) aborda a territorialização do bairro Santa Felicidade de Maringá/PR pelos seus moradores. Os moradores do bairro em questão, através das suas práticas do cotidiano conseguiram construir práticas territoriais, porém, após obras de revitalização, precisaram reconstruir as formas de organização e significação do lugar. Percebe-se neste trabalho, as diferentes formas de **poder e resistência** entre os agentes, e como um bairro da cidade, transformado em território, é (re)territorializado visando aspectos econômicos.

A cidade também foi alvo de análise sob o olhar da multiterritorialidade e das relações de **poder** no trabalho de Bernardo e Ichikawa (2019). Além disso, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) objetivam compreender os lugares das empregadas domésticas relacionando a noção de lugar como espaço social e simbólico com a territorialidade e a identidade. Cidade e território também são estudados por Coimbra e Saraiva (2013). Os autores, ao analisarem o movimento quarteirão do soul, concluem que um mesmo espaço abrange vários lugares, através do dinamismo da territorialidade e da construção social, dessa forma, deve-se pensar a cidade para além dos seus limites físicos, considerando também os aspectos simbólicos.

Saraiva et al (2014), ao estudarem as relações entre territorialidade e identidade no mercado central de Belo Horizonte, entendem que as apropriações se evidenciam na maneira como o espaço é ocupado pelos indivíduos, pelos objetos, equipamentos e atividades, e que as identidades são dinâmicas, influenciadas pela cidade (Saraiva et al, 2014). Além do mais, a

interface entre a territorialidade e a identidade também foi analisada por Picheth e Chagas (2018). As autoras, ao compreenderem as vivências das mulheres pertencentes a um grupo de apoio à gestantes e mães, identificam a conexão entre os conceitos.

Também existem trabalhos que estudam as cidades sob o prisma do processo TDR. Santos (2019) estudou as cooperativas de reciclagem de Maringá-PR. A autora identifica movimentos de (des)(re)territorialização na saída das pessoas do lixão, na entrada dessas pessoas nas cooperativas, e na luta e **resistência** desses indivíduos por um lugar na cidade. O processo TDR também foi estudado por Piveta (2020), que busca compreender os impactos na vida dos moradores da cidade de Presidente Castelo Branco-PR após obras de duplicação da BR-376. A dissertação de Paulo (2019) objetiva compreender como ocorreu o processo TDR de famílias que ocuparam residências na cidade de Maringá-PR e que foram posteriormente alojadas em uma escola da cidade. Há também a dissertação de Oliveira (2016), que identificou o processo TDR após intervenções urbanas a partir da obra do contorno norte de Maringá-PR.

São estudos que confirmam a importância da abordagem territorial nos estudos organizacionais, principalmente naqueles que tomam a organização-cidade como objeto de estudo. Eles ajudam no debate acerca das relações de **poder**, da **segregação**, das **contradições** e das **resistências** envolvidas nos processos de (des)(re)territorialização dos espaços citadinos. Eles permitem a compreensão de que a cidade pode ser entendida como um território em diferentes escalas, onde as organizações também são territórios, repletos de **poder**, **contradições**, **afetividades**, simbolismos, **resistências**, **segregações** e representações.

Antes de encerrar as discussões desta seção, um quadro teórico é proposto. Ele contém os principais conceitos de território apresentados aqui.

Quadro 1 – Conceitos de Território, Territorialidade, Territorialização

Autor/Conceito	Território	Territorialização	Territorialidade
Raffestin (1993).	Resultado da ação interessada de atores sintagmáticos, imbricados em relações de poder, que se apropriam de um espaço, concreta e simbolicamente, e constituem um território. Assim, o território é o espaço onde se projetou energias, códigos e estratégias, de forma relacional e multidimensional.	É o que o autor chamou de “processo do território”, em outras palavras, é o processo de efetivação no espaço das relações de poder, manifestadas em redes de circulação, comunicação, atividades produtivas e relações simbólicas.	É a face vivida do poder, e evidencia-se na vida diária e nas interações sociais entre os indivíduos.
Saquet (2005, 2009, 2015).	Produto das mudanças e permanências, das forças e dos poderes, e da apropriação social ocorridas num ambiente por um grupo social. O autor propõe a abordagem E-P-C-N, a qual considera os aspectos da economia, política, cultura e natureza na apropriação territorial.	Processo de apropriação territorial através das relações materiais e imateriais, construídas histórica e socialmente numa relação espaço-tempo.	É um fenômeno social dos indivíduos nas suas efetivações diárias, relacionando-se com as identidades dos lugares. A territorialidade também é múltipla e condiciona e caracteriza os territórios.

Autor/Conceito	Território	Territorialização	Territorialidade
<p>Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b).</p>	<p>Ao habitar um espaço e conscientizar-se disso, os indivíduos o transformam em um território. Ação que advém das relações sociais e multidimensionais de poder, da apropriação/dominação e da identificação. Fatores estes que condicionam e constituem o território. Para o autor, o território abrange quatro dimensões integradas entre si: a política, a cultural, a econômica e a naturalista. Seu trabalho também indica dois tipos extremos e ideais de território, um mais funcional e o outro mais simbólico. Estes nunca se expressam em sua totalidade, ou seja, todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico, desdobrando-se ao longo de um <i>continuum</i> entre os extremos.</p>	<p>Processo de apropriação e dominação do espaço, transformando-o em território. Possui quatro objetivos básicos e interrelacionados: abrigo físico e fonte recursos; identificação ou simbolização dos grupos nos referenciais espaciais; controle e disciplinarização através do espaço; e construção e controle das redes, fluxos, mercadorias e informações.</p>	<p>Identificação das pessoas com o território. Envolve materialidade (controle físico) e imaterialidade (controle simbólico), através da identidade. O conceito não pode ser reduzido unicamente ao aspecto cultural, sendo também componente de poder. A territorialidade é condição necessária para existência do território, controlando-o por meio da identidade, sendo assim, uma espécie de símbolo do território numa estratégia de dominação. Ela é fruto das relações políticas, econômicas, culturais, naturais, e da forma que as pessoas organizam e dão significado ao território.</p>

Fonte: Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b); Raffestin (1993); Saquet (2005, 2009, 2015).

Esta pesquisa se identifica principalmente com a abordagem de Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b). O entendimento integrador do território proposto pelo autor possibilita uma melhor investigação da territorialização na Travessa Jorge Amado, já que este estudo considera para além das materialidades e delimitações das relações socioespaciais, as identidades e significados. Como defendeu Haesbaert (2004a), o território é uma mistura de materialidade e

idealidade, onde as relações espaciais de **poder**, também produzem identidade, as quais classificam, **segregam**, separam, controlam e distinguem os grupos sociais.

Assim, outro componente importante para escolha deste autor, é a maneira como ele considera a territorialidade. Haesbaert (2007a) a trabalha como componente de **poder** através da identidade. Ou seja, a territorialidade é a identificação das pessoas com o território, que envolve o controle físico, por meio da materialidade, mas também envolve o controle simbólico através da identidade e imaterialidade. A Travessa Jorge Amado é constituída de elementos físicos que estão repletos de simbolismos, significações e identificações. Desta forma, este conceito ajudará a compreender como os atores sociais organizam aquele espaço e o dão significado (Haesbaert, 2005).

O autor também considera as relações sociais estabelecidas pelas relações de **poder**, em outras palavras, que as relações sociais condicionam e constituem o território, logo, para compreensão do território, se faz necessário estudar os agentes sociais envolvidos e os **poderes** neles incorporados (Haesbaert, 1994, 2005). O que justifica a escolha do pesquisador em considerar os diferentes atores sociais que participam da constituição do território Travessa Jorge Amado.

Estudar os frequentadores do Mercado de Maringá, os transeuntes, os trabalhadores do local e das redondezas, flanelinhas, representantes dos eventos populares, do Mercado e representantes municipais, e aqueles que de alguma forma participam da produção daquele território, permite compreender quem está no território e quem não está, possibilita entender quem apropria e domina esse espaço, suas **contradições e resistências**. Além disso, a definição de território de Haesbaert (2007a), de que ao habitar um espaço e conscientizar-se disso, os indivíduos o transformam em um território, liga-se diretamente com as categorias teóricas do **afeto, poder, segregação, resistência e contradição**.

Para o autor, o território é um dos principais conceitos para responder a problemática da relação entre sociedade e espaço (Haesbaert, 2007a) e, para tal, precisa ser trabalhado com base nos sujeitos que exercem **poder** e controlam os espaços (Haesbaert, 2007b). Por isso, estudar o processo de territorialização (dominação e apropriação) envolve considerar as múltiplas manifestações de **poderes** por meio dos múltiplos atores sociais envolvidos, suas lutas, **resistências, afetividades**, consciência e **contradições** (Haesbaert, 2007b).

Como resposta às **contradições**, a **resistência**, por muitas vezes, é praticada mediante processos de territorialização. Os movimentos sociais, através de suas práticas espaciais de **resistência**, constroem identidades ao ocupar e controlar espaços, lutando contra o **poder** e a

resistência dos grupos hegemônicos (Souza, 2009, 2010). Assim, percebe-se que o exercício do **poder** se dá, não somente no espaço, mas, através do espaço e por meio do espaço (Souza, 2010). O autor argumenta quanto às revitalizações de baixo para cima, quando grupos de **resistência** territorializam espaços ociosos para concedê-los finalidades sociais legítimas. Em oposição a linguagem amplamente difundida de revitalização, gentrificação e planejamento urbano, que já se tornaram comuns no cotidiano das cidades (Souza, 2010).

A discussão deste capítulo confirma a relação dos conceitos de território e espaço. Espaço que se transforma historicamente mediante as territorializações (Saquet, 2009). Portanto, a produção do espaço urbano e a produção territorial, por meio das relações sociais em constante conflitualidade, são categorias de análise que quando utilizadas, principalmente na compreensão dos modelos de sociedade de classes e da relação entre sociedade e espaço, são indissociáveis (Fernandes, 2009; Haesbaert, 2004a; Oliveira & Chagas, 2016). No entanto, apesar da conexão, é preciso entender que são conceitos distintos e a utilização como sinônimos é resultado de certa confusão (Oliveira & Chagas, 2016; Raffestin, 1993; Saraiva et al, 2014; Saquet, 2009).

O espaço se torna substrato para surgimento do território, assim, o território se apoia e se forma a partir do espaço, mas não é o espaço (Raffestin, 1993). Saquet (2009) defende que ambos não estão separados, um está no outro, já que o espaço é essencial para que se tenha apropriação e reprodução do território. Raciocínio esse que Haesbaert (2009) comunga, ao afirmar que sem espaço não existem territórios, em especial quando se reconhece a relação espaço, tempo e território (Ferreira, 2014). Dessa forma, Saquet (2005) ressalta o conceito de território no entrelaçamento com a dinâmica da produção do espaço. O território é consequência da dinâmica socioespacial materializada nas perdas, reconstruções, ações, decisões, desejos (Saquet, 2005).

Assim, a linha de separação entre os conceitos é muito tênue. Espaço e território estão um no outro, e não podem ser trabalhados separadamente (Haesbaert, 2009; Saquet, 2009). Enquanto o espaço é essencial para existência do território, este é condição para que aquele se humanize (Medeiros, 2009). Como acertadamente enunciou Haesbaert (2009) a construção do território diferencia-se conforme a espacialidade a ele vinculada, em suas dimensões do vivido, percebido, concebido, absoluto, relativo e relacional.

Dá a imanência dos conceitos e da necessidade de estudos de território terem como referência o espaço (Oliveira & Chagas, 2016), bem como essa conexão também envolve a cidade (Geiger, 2006). A apropriação e a dominação do espaço urbano representam as

contradições e os conflitos que se materializam no espaço como um produto comerciável, já que, apropriado pelos agentes promotores do espaço urbano, torna-se alvo de especulação capitalista (Oliveira & Chagas, 2016). Destaca-se mais uma vez a interdependência dos conceitos, visto que o espaço está em constante transformação a partir dos processos de apropriação, transformação e utilização do território, por meio de forças e **poderes** que influenciam os processos de (des)(re)territorialização (Oliveira & Chagas, 2016). Por isso, no próximo tópico, aprofunda-se a discussão sobre o espaço, a qual foi brevemente debatida até então.

2.2 O ESPAÇO URBANO E SUA PRODUÇÃO

A produção do espaço constitui um elemento central da problemática do mundo contemporâneo. As discussões sobre a temática ganharam força nos últimos anos devido à dinâmica do processo de acumulação capitalista, com destaque para a justificativa das ações do Estado em direção à criação dos fundamentos da reprodução do capital, bem como do ângulo da (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos delimitados reais e concretos (Carlos, 2013).

A abordagem da Geografia em relação ao conceito de espaço sofreu grande revolução em meados de 1970. A antiga geografia tradicional que privilegiava a concepção de paisagem e região, abriu espaço nessa época para uma ótica mais social, destacando-se, o até então omitido espaço social, entendido como lócus da reprodução das relações sociais de produção da sociedade (Corrêa, 2012). O tema também foi discutido por Carlos (2013), que relata a passagem do pensamento geográfico da ideia de “organização do espaço” para “produção do espaço”.

Henri Lefebvre foi um grande filósofo e sociólogo e sua obra trouxe uma grande inovação teórica acerca do espaço na década de 1970. Para Lefebvre o que explica o mundo é a espacialidade (Carlos, 2019), e a problemática do espaço é um aspecto essencial para conhecimento da realidade urbana (Lefebvre, 2008). A concepção do espaço é a de que ele é um produto social, não um produto irrelevante, uma coisa, mas um conjunto de relações envolvendo pessoas e objetos (Lefebvre, 2000).

Carlos (2019) discute o momento em que o espaço se configura como elemento constitutivo da problemática urbana na obra de Lefebvre. A autora argumenta que ao buscar compreender a prática da modernidade, Lefebvre descobre a importância do espaço nesse

processo. A justificativa dessa descoberta é que o capitalismo a todo momento se reinventa e precisa do espaço para continuar se reproduzindo, “assim, a produção do espaço ganha centralidade para entender a dinâmica social, o sentido e a direção do processo de reprodução da sociedade por meio da cidade e do urbano” (Carlos, 2019, p. 461). Segundo Cardoso (2011) a análise da reprodução das relações sociais permite evidenciar os movimentos através dos quais o capitalismo se reproduz e reinventa as formas das suas próprias **contradições**. A autora ainda afirma que é nesse contexto que emerge a centralidade do conceito de espaço social para compreensão da dinâmica da reprodução das relações sociais capitalistas.

Para Lefebvre (2008), a reprodução da acumulação capitalista se dá para além da fábrica, numa base social que envolve a cidade. “Essa re-produção das relações não coincide mais com a reprodução dos meios de produção: ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres, e da cultura . . . ou seja, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2008, p. 47-48). Lefebvre (2008) desloca o foco do econômico para o social, sem desconsiderar o primeiro. Assim, toda a produção da vida humana subordina-se à lógica da acumulação, e o espaço, o urbano e o cotidiano passam a ser ferramentas centrais dessa (re)produção capitalista (Carlos, 2019).

Lefebvre (2001) afirma que existe uma estratégia global que programa uma cotidianidade de consumo através de um urbanismo que concentra os meios de **poder**, de informação, e persuasão por meio de uma ideologia. Condição essa que direciona “para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço” (Lefebvre, 2001, p. 33)

O autor argumenta que conforme o espaço é produzido ele interfere nessa produção, através da organização do trabalho produtivo, do transporte, do fluxo de matérias-primas e energias, e da rede de distribuição de mercadorias. Ou seja, “[...] à sua maneira produto e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor” (Lefebvre, 2000, p.7). Ou seja, o espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade (Carlos, 2007a).

Essa dialética também fica evidente no método regressivo-progressivo de Lefebvre, que tem como ponto de início e chegada da análise, não o espaço como produto, mas o processo de produção social do espaço (Cardoso, 2011). Essa perspectiva possibilita a análise espaço/temporal da produção da sociedade em cada grau de desenvolvimento da história da humanidade. O espaço urbano é um reflexo das ações do presente, mas também das ações

realizadas no passado e que deixaram marcas (Corrêa, 2004). É preciso parar de pensar no espaço dentro de uma racionalidade industrial e homogênea, para considerar um espaço urbano diferencial, em que cada espaço e momento existem dentro de um todo, cheio de **contrastes** e oposições (Lefebvre, 2003). Nesse sentido, Lefebvre (2003) indica que para conhecer o espaço é preciso uma análise crítica das ambiguidades e **contradições** do espaço urbano.

É esse mecanismo que permitiu Lefebvre compreender a importância do espaço para o desenvolvimento do capitalismo e sua mundialidade mediante as relações de dominação e controle (Carlos, 2013). Ao considerar o espaço urbano composto por tensões e virtualidades, sempre renovados num eterno processo, as alienações vividas e as **contradições** se evidenciam. (Carlos, 2019; Misoczky, Oliveira & Flores, 2019). Elas são ao mesmo tempo produtos da lógica capitalista, mas produtoras dessa mesma lógica, confirmando dessa forma, o espaço como produto e produtor das relações sociais (Carlos, 2019).

Nesse sentido, considerando o espaço urbano como problemática para análise social, pode-se pensar o espaço como mercadoria, haja visto a estrutura social capitalista e que o espaço é um reflexo das práticas sociais materializado na vida real. (Carlos, 2019) Ora, se a produção capitalista envolve toda a sociedade, a ideia de espaço como mercadoria está presente demasiadamente na vida cotidiana das pessoas, logo a utilização dos “lugares” passa a respeitar a lógica privada da propriedade e, conseqüentemente, a acumulação de capital (Carlos, 2013). Cardoso (2011) defende que o espaço é transformado em uma mercadoria, e que as relações de consumo subordinam o valor de uso gerado pela vida cotidiana, em um espaço **segregado**, fragmentado, homogeneizado, hierarquizado, alienado e fonte de alienação.

Corrêa (2004) estabelece que o espaço urbano é um espelho da sociedade, desse modo, o espaço das cidades capitalistas é **segregado**, fragmentado e repleto de desigualdades. Em outras palavras, a apropriação dos espaços da cidade, os transformam em verdadeiros territórios, que **segregam** e fragmentam a cidade. Para Haesbaert (2004b) o espaço é um híbrido espaço temporal, entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, entre materialidade e idealidade, entre movimento e estabilidade, assim compreende o território a partir das relações de **poder**, “do poder mais material das relações econômicas-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (Haesbaert, 2004b, p. 79).

O território seria assim uma construção coletiva e multidimensional (Saquet, 2003), diferenciando-se do espaço em três características principais: a) as relações multidimensionais de **poder**, seja ele econômico, político, cultural; b) os processos espaço-temporais na

construção histórica e relacional das identidades; c) os processos de (des)(re)territorialização (Saquet, 2009).

Dessa forma, Corrêa (2013) aponta que os agentes sociais promotores do espaço urbano atuam concretizando as suas necessidades e relações no ambiente socioespacial capitalista. Isto é, a produção do espaço urbano “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2013, p. 43).

Por agentes promotores do espaço urbano entende-se os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2004). O autor define a ação desses agentes como complexa, derivativa da dinâmica de acumulação de capital, da reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. Essa relação entre eles não é neutra, e reflete o interesse das classes dominantes (Corrêa, 2004).

Apesar de possíveis diferenças e conflitos entre os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, existem muitos interesses em comum, o que forma um alinhamento de forças entre eles para obtenção dos seus objetivos, que é na maioria das vezes a renda (Corrêa, 2002). Além disso, por diversas vezes um agente atua com duas ou mais funções, por exemplo, nos casos do Banco Nacional da Habitação (BNH) e da Companhia de Habitação Popular (COHAB), o Estado atua também como proprietário fundiário e promotor imobiliário (Borges & Sela, 2013) e até mesmo como agente financeiro no caso do financiamento imobiliário através da Caixa Econômica Federal (Borges, 2004).

Os proprietários dos meios de produção são os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais. Os proprietários fundiários são aqueles que atuam para obter maior renda de suas propriedades. Os promotores imobiliários são os especuladores de compra e venda de imóveis. O Estado é o principal agente regulador do espaço urbano. E, por fim, os grupos sociais excluídos, que através da favela e dos terrenos invadidos, passam a ser agentes modeladores do espaço, numa forma de **resistência** e sobrevivência, usualmente realizadas em lugares inadequados para os demais agentes da produção do espaço (Corrêa, 2004).

Dentre todos esses influenciadores, o Estado é o que detém maior **poder** para produção espacial tendo respaldo legal através dos Planos Diretores e Estatuto da Cidade, a cobrança de impostos, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura e a concessão de crédito imobiliário (Abe, Schmitzhaus & Chagas, 2015), ou seja, é a máquina pública que determina o que pode

ser feito e como se dará a expansão do espaço urbano (Coelho, 2012). Na teoria, caberia ao Estado regular a ocupação do solo urbano pensando numa cidade com serviços mais bem distribuídos e uma melhor condição de cidadania para todos (Borges, 2004), porém, tratando-se da configuração do espaço urbano, o Estado atua em favor do capital e atende aos interesses privados por intermédio das “trocas de favores”, dos financiamentos de campanhas eleitorais, vínculos pessoais e acordos corporativistas, o que envolve desde a liberação de recursos até a execução das obras (Borges & Sela, 2013). Como já propunha Rolnik (1995), as grandes obras públicas são como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário. É o caso da viabilização da Travessa Jorge Amado e sua posterior revitalização. A Travessa, após reformas e renovação, passou a ser um território do mercado.

Assim, se há uma **segregação** espacial e o Estado é o principal agente promotor do espaço urbano, conclui-se que a ação do Estado não se dá de modo neutro, baseado nos fundamentos de equilíbrio econômico, social e espacial no exercício de suas atribuições, ao contrário, suas ações são tomadas por incoerências e conflitos de interesses entre os envolvidos e costumam privilegiar os proveitos da classe dominante que detém o **poder** (Corrêa, 2004).

Leitão (1999) também estudou sobre a atuação desses agentes. Em seu trabalho, ele argumenta que o que ocorre é uma busca da valorização dos espaços urbanos através da produção e reprodução de uma dinâmica que tem o intuito de acumulação de capital através da especulação, ou seja, a terra se apresenta como uma mercadoria. Disso resulta uma **segregação** espacial. Corrêa (2002) aponta que em decorrência desse processo, há um afloramento da desigualdade social, onde os mais pobres são excluídos e **segregados** das regiões mais valorizadas e são transferidos para as áreas periféricas. Por isso, pode-se afirmar que na sociedade capitalista, os cidadãos possuem um conjunto limitado de escolhas e condições de vida para acessar o espaço urbano, visto a mediação do mercado, a existência de propriedades privadas e riqueza social. O que se intensifica com a intervenção do Estado nas áreas públicas através do redirecionamento de investimentos, construção de infraestruturas e redistribuição dos habitantes (Carlos, 2015a).

O Estado **segrega** a população na medida em que coordena o mercado de terras, imobiliário e de construção, direcionando seletivamente a divisão do espaço urbano, viabilizando obras e liberando recursos que valorizam o espaço e favorecem os detentores dos terrenos, que podem ser tanto grandes indústrias, os proprietários fundiários, bem como os promotores imobiliários (Corrêa, 2002). O autor ainda continua que seja na implantação dos serviços públicos básicos (esgoto, água, calçadas, iluminação, coleta de lixo etc.), ou até mesmo

na implantação de uma refinaria de petróleo, nas regulações de uso da terra e na elaboração de leis, essa prática de favorecimentos acontece a fim de viabilizar as práticas de acumulação e reprodução das classes sociais, visto que muitos fatores que condicionam o preço estão estritamente ligados à localização do terreno, à acessibilidade a lugares ditos privilegiados, ao acesso à infraestruturas, à privacidade e até mesmo ao tipo de relevo do terreno (Carlos, 2015a).

Essa tese é confirmada por Oliveira (2001), a qual diz que os proprietários das áreas se beneficiam diretamente com a valorização de seus imóveis aproveitando das infraestruturas implantadas estrategicamente pelo poder público lucrando com a urbanização da região em que são detentores, confirmando o ciclo de atendimento de interesse de determinados grupos sociais. Chagas, Carvalho e Marquesan (2015) descrevem que é a partir dessa prática política que decorrem os diversos problemas urbanos. Sendo de um lado, territórios ocupados por pequena parcela populacional com infraestrutura planejada dentro dos padrões legais e alto investimento público, e de outro, um território ocupado aleatoriamente, com infraestrutura básica, precária e com fortes problemas ambientais. Ao pensar o urbano da sociedade brasileira, Cardoso (2011) destaca seus limites e contradições, ao confirmar a centralidade econômica dos espaços em relação à produção e à circulação da riqueza, e o desenvolvimento tremendamente desigual ao se analisar os investimentos, segmentos e práticas.

A sociedade reproduz uma naturalização das explorações, das hierarquizações, da pobreza, o que a torna um ambiente propício para as estratégias de reprodução do capital (Ribeiro, 2015). Existe uma atuação empresarial privada na área central atraindo a população economicamente mais privilegiada, e que a atuação das imobiliárias junto ao setor público com financiamentos e regulamentações revigoram o crescimento socioeconômico desigual, a especulação imobiliária de ganho de capital na parte central e a necessidade de investimentos urbanos nas áreas periféricas (Godoy, 2009).

Misoczky e Oliveira (2018) relatam a concepção de Lefebvre (2014) quanto ao risco da homogeneização do espaço, sempre acompanhada pela fragmentação e hierarquização das classes sociais no espaço, marcada pelas gentrificações dos centros das cidades. Castells (1983) apresenta a **segregação** residencial como um processo resultante da organização espacial em áreas de homogeneidade social interna e de grande heterogeneidade social externa. Essa ideia é confirmada com a realidade do mercado imobiliário brasileiro, que exclui a população de baixa renda, convergindo historicamente forças políticas e econômicas na tomada de decisões para atender suas necessidades. Por outro lado, a classe baixa é alocada em regiões exteriores, longe da cidade, e, na maioria das vezes, sem estrutura urbana.

Discussão que se alinha ao que Haesbaert (2009, 2012) defende, quanto ao interesse dos grupos dominantes de um território em garantir a coesão das práticas e identidades. O autor defende que dentro da sociedade capitalista, quando um agente se apropria de um espaço (territorializa), ele busca promover o consumo através de alianças, para controlar o espaço e também outros grupos sociais (Haesbaert, 2012). Ação que **segrega** e escancara as **contradições** da cidade.

Harvey (1996) aponta que a organização da vida urbana é resultado de uma coalizão de forças entre os agentes, onde o Estado tem a função de agilizar e coordenar os processos, e que o empresariamento urbano se caracteriza pela parceria público-privada tendo como objetivo político muito mais o desenvolvimento econômico dos empreendimentos do que as melhorias das condições populacionais, mesmo o discurso sendo o inverso. Brenner (2015) relata o projeto em que instituições públicas empoderam agentes e organizações privadas para mercantilizar o tecido urbano e coordenar a vida na cidade.

Para atender os consumidores que possuem dinheiro e são seletivos, os negócios cada vez mais são focados em qualidade de vida, na valorização do espaço, na inovação cultural e na elevação da qualidade do meio urbano. Os estádios esportivos, centros de convenções, shoppings centers, praças de alimentação, e eventos de entretenimento são facetas dessa renovação urbana de uma cidade inovadora, excitante, segura para visitar, consumir e viver (Harvey, 1996). Argumento que é atestado pela revitalização da Travessa Jorge Amado, que passou a ser um local bonito e elegante para se frequentar.

As organizações procuram investir em empreendimentos em que o ‘ter’ a oportunidade de frequentá-los seja um fator de distinção social, privilegiando as maneiras de utilização em detrimento da forma e dos instrumentos que possibilitam seu uso (Bourdieu, 2007). Ao ceder espaços públicos para manutenção a partir de financiamentos privados, os locais adquirem uma lógica de competitividade mercadológica em que o governo objetiva aumentar o valor das cidades do ponto de vista dos investidores e dos próprios ocupantes, mesmo que isso indiretamente selecione os públicos que irão frequentá-los. (Duarte & Czajkowski Junior, 2006).

Esse empresariamento resultou na reprodução em série nas cidades de parques, bairros elitizados, centros de entretenimento, negócios, pautados no embelezamento e modernização e numa lógica de competição entre as cidades (Harvey, 1996; 2005). Há uma espécie de homogeneidade à primeira vista, porém, como diz Lefebvre (1991), o espaço não é homogêneo, mas cheio de antíteses, **contradições** e diferenças. **Contradições** essas que serão investigadas

nesta pesquisa, ao buscar compreender a territorialização dos atores sociais que permeiam a Travessa Jorge Amado.

Lefebvre (2008, p. 57) também confirma que “as contradições do espaço não advêm de sua forma racional ... elas advêm do conteúdo prático e social, especificamente do conteúdo capitalista ... o espaço da sociedade capitalista pretende ser racional, quando na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas”. Ele apenas tem a homogeneidade como objetivo para formação de uma imagem urbana (Lefebvre, 1991). Essa homogeneização é um meio de controle social para garantir a (re)produção das relações sociais (Misoczky & Oliveira, 2018). Toda essa orquestra da imagem urbana produz uma imagem social (Harvey, 1996).

A produção do espaço se materializa através da produção de objetos, produtos, mercadorias, como por exemplo: a infraestrutura viária, luz e esgoto etc., ou seja, há uma produção objetiva, no entanto, ao mesmo tempo que ocorre essa produção concreta, acontece também uma produção humana subjetiva acerca de sua consciência, desejos e necessidades (Carlos, 2013). Corrêa (2013), aponta que a produção do espaço está enraizada de materialidades, como os campos cultivados, estradas, represas, centros urbanos, ruas, bairros, áreas residenciais, comerciais e fabris, mas também firmada em estética, status, etnicidade e significado, assumindo assim uma dimensão simbólica. Assim, o processo de urbanização produz inúmeros arranjos (vias, sistemas políticos e hierárquicos etc.) que dominam as práticas diárias e ações dos indivíduos, suas percepções e aspirações (Harvey, 1996).

Materialidades e imaterialidades que aparecem nas discussões de Haesbaert (2004a) ao discutir os dois tipos ideais de território, sendo um mais funcional e o outro mais simbólico. Inclusive Haesbaert (2004a) se apoia em Lefebvre (2008) ao considerar as dominações e apropriações mais concretas e as mais simbólicas. Essa consideração do autor, inclusive, confirma a produção identitária e **afetiva** dos territórios.

Assim sendo, as lutas pelo espaço urbano são permeadas pelas políticas públicas do governo, que muitas vezes favorece a reapropriação dos espaços pela elite. Isso se dá pela criação de infraestrutura, alterações de zoneamento, reparcelamento do solo urbano, e principalmente pelas obras urbanas de “requalificação” sobretudo nas áreas centrais por intermédio das parcerias entre o setor público e o setor privado que influencia e direciona essas políticas (Carlos, 2015a). São os casos das revitalizações, limpezas sociais e gentrificações (Leite, 2008; Botelho, 2005). Violentas transformações das áreas que expulsam seus residentes e implantam um padrão hegemônico (Carlos, 2015a). Nessa perspectiva, Sánchez (2001) coloca

que cada vez mais as cidades são reorganizadas potencializando a eficiência econômica dos lugares por intermédio das técnicas modernas de dominação.

Conforme argumentou-se nesta seção, o espaço, para Lefebvre (1991), é reflexo das relações sociais, sendo assim, o espaço não é somente o físico e o natural, mas um produto social que é ao mesmo tempo produto e produtor dessa dialética. Além disso, conforme afirma Corrêa (2004) o espaço urbano é espelho da sociedade capitalista, sendo, portanto, **segregado**, **contraditório**, fragmentado e desigual, repleto de símbolos e campo de lutas e **resistências**. Serão esses os conceitos de espaço e espaço urbano que balizaram esta pesquisa. Como muito bem proposto por Piveta (2020), estudar o tema espaço dentro dos Estudos Organizacionais auxilia na compreensão do mundo organizacional, principalmente no entendimento da lógica capitalista que atravessa a produção do espaço urbano.

O debate aqui proposto, assegura o importante papel das organizações na produção do espaço urbano que, como já foi debatido, muito mais que organizado, é apropriado por determinado grupo de acordo com suas demandas e ideologias, e transformados em verdadeiros territórios. Sendo assim, o processo não é neutro, mas resultado das ações sociais e históricas que agem sobre ele, de cada organização que o compõe e administra segundo seus interesses (Lefebvre, 2008).

Como diz Carlos (2015b), no espaço urbano da cidade capitalista, uma determinada classe possui o espaço e determina a forma de ali se viver. Espaços que passam a ser verdadeiros territórios dentro da cidade, sustentados pelas relações de **poder** entre os atores sociais. Dessa maneira, o espaço representado socialmente, envolvido numa relação de **poder**, passa a não ser mais somente um espaço natural, mas um território tomado numa relação social (Raffestin, 1993).

Sendo assim, a cidade é composta por múltiplos territórios, através dos espaços citadinos que são apropriados concreta e simbolicamente pelos agentes (Haesbaert, 2009). Tudo isso **segrega** e exclui os menos afortunados para espaços distantes dos centros urbanos, restando a estes, a **resistência** em ocupar territórios alternativos (Paulo, 2019). A cidade como campo de lutas e objeto de estudo passa, assim, a ser um importante conceito para as discussões da problemática: território, espaço e sociedade.

Para entender a cidade e o urbano como um processo social, assim como um fenômeno geral, é preciso levar em consideração a indissociabilidade entre sociedade e espaço no que se refere ao processo de produção em que as relações sociais se (i)materializam na formação de territórios. Isto é, ao produzir a vida, a sociedade (re)produz os espaços (Carlos, 2007b). Por

isso, os conceitos de cidade, espaço e território precisam ser articulados e possuir compreensão mútua, deslocando, pois, o enfoque das atividades no espaço, para a análise da prática socioespacial de produção, apropriação e reprodução do espaço da cidade (Carlos, 2007b; Piveta, 2020). Deste modo, devido a essa interconexão, a próxima seção passa a melhor elencar e discutir a cidade.

2.3 A CIDADE COMO OBJETO DE ESTUDO E CAMPO DE LUTAS

A cidade é uma interação de contato e troca através da integração das atividades urbanas, sociais, culturais, de moradia, produtivas e viárias, circunscrita em determinada área geográfica (Carlos, 2007a). Lefebvre (2001, p. 56) conceitua a cidade como uma “projeção da sociedade sobre um local, isto é, não apenas sobre o lugar sensível como também sobre o plano específico, percebido e concebido pelo pensamento, que determina o urbano”. A cidade é resultado de uma obra coletiva, fruto de um trabalho articulado das pessoas, que ao contrário daquela cidade medieval protegida e vigiada por muralhas, é marcada pela velocidade de circulação, dos fluxos das mercadorias, das pessoas, do capital, num ritmo cada vez mais rápido (Rolnik, 1995). A autora coloca em seu livro, a cidade como um ímã, que com seu campo magnético “atrai, reúne e concentra os homens” (Rolnik, 1995, p. 12).

Assim, enquanto construção humana (social e histórica), a cidade é um produto social materializado em formas de ocupação, que se dá a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (Carlos, 2007a; 2015a). Ou seja, da relação entre o construído (as casas, ruas, avenidas, estradas, edificações e praças), o não construído (o natural) e o movimento das mercadorias e dos cidadãos, ocorre uma materialização de um trabalho objetivo (Carlos, 2007a). Como afirma Saquet (2006), os agentes sociais territorializam os espaços, transformando-os em territórios para viver objetiva e subjetivamente.

Percebe-se o importante papel das cidades na história quando se considera, não somente as cidades contemporâneas, mas também cidades de outros tempos e lugares, como por exemplo a Babilônia, Roma, Jerusalém, as cidades-Estados da Grécia, o movimento de ida no ano de 1500 de camponeses portugueses e espanhóis para a cidade em busca de uma vida melhor e o papel primordial das cidades na época para a crise do sistema feudal (Rolnik, 1995). Já as cidades contemporâneas passam a se formar na Europa ocidental no fim da idade média. Rolnik (1995) as chamou de cidades capitalistas, isso, porque o espaço passou a ser mercantilizado,

assim sendo, a terra urbana que antes era de ocupação comum, passou a ser vendida e comprada como se compra e vende bois, sapatos, carroças ou ouro (Rolnik, 1995).

No Brasil, o surgimento de diversas cidades foi marcante no século XX. Foi nessa época que o país mais se urbanizou. Esse fato é justificado por um período de industrialização que se deu naquele tempo, que acarretou na transição da população do setor rural para o urbano, o chamado êxodo rural (IBGE, 2020). O crescimento das cidades se dá até os dias de hoje, marcando a predominância da cidade sobre o campo. As periferias, distritos industriais, vias expressas, englobam as áreas agrícolas numa eterna urbanização (Rolnik, 1995), são os casos dos desmembramentos das antigas chácaras, propriedades agrícolas e áreas florestais que estão às margens da cidade e vão se unindo a ela através de incorporação e venda (Carlos, 2015a).

Desde então, as cidades apresentam grande diversidade, dinamismo, **contrastes** e complexidade, e oferecem serviços como transporte, escola, trabalho, lazer, moradias e hospitais que possibilitam o cumprimento das atividades e obrigações diárias dos indivíduos. A população, assim, espera das cidades uma boa qualidade dessas assistências, no entanto, essa distribuição, por parte do poder público, não se dá de forma igualitária. O espaço urbano brasileiro é **segregado**, e está repleto de periferias desprovidas de serviços essenciais, de comunidades que não possuem saneamento básico, de vias com alto congestionamento de tráfego, dentre tantos outros exemplos que podem ser citados. Vale lembrar que essa realidade não é atual, mas acompanha historicamente o cotidiano das cidades brasileiras (Oliveira, 2001).

Essa amplificação desmesurada das cidades juntamente com a auto **segregação** foi tema de debate no trabalho de Bógus e Ribeiro (2006). Os autores afirmam que desse crescimento descontrolado resulta uma cidade fragmentada, constituída de diversas cidades dentro de uma mesma área, ou melhor, cidades que passam a ser grandes territórios, constituídos de diversos territórios, envolvidos pelas relações de **poder**, simbolismos, lutas, **resistências**, **segregações** e **contradições**.

As relações sociais estão estabelecidas pelas relações de **poder**, dessa forma, elas constituem e condicionam os territórios das cidades, ou seja, os processos de territorialização dentro da sociedade capitalista, privilegia a sociedade do consumo (Haesbaert, 1994, 2009). Tudo isso é fruto do fato do mercado dominar a cidade (Rolnik, 1995). Como a autora bem defende, é difícil pensar em um espaço da cidade que não seja paramentado pelo mercado ou pela produção para o mercado. Somos rodeados pelo consumo, pelas mercadorias, nas nossas casas, expostos nas vitrines e nas publicidades. Tudo isso se faz presente nos gestos, palavras e cotidiano dos habitantes da cidade (Rolnik, 1995).

Conforme define Corrêa (2002, p. 8): “o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes”. Começam a surgir, portanto, hierarquizações de espaço: os locais da classe alta, os comerciais, o dos pobres e marginais, dentre outros, e quanto maior o domínio do espaço urbano pelo pensamento do capital, maior será a segregação do espaço e, dessa forma, maior também o fracionamento socioespacial, porque apenas os detentores da riqueza poderão pagar e usufruir dos benefícios dos locais privilegiados (Lefebvre, 2000, 2001).

O uso dos lugares da cidade é, por isso, manifestação das **contradições** entre capital e trabalho. As classes de maior renda se localizam nas melhores áreas, sejam as mais centrais ou lugares mais distantes do centro, quando neste surgem os problemas da poluição, barulho e congestionamento. As classes de menor renda habitam ou na área central abandonada ou nos terrenos periféricos desprovidos de infraestrutura, e, por isso mais baratos (Carlos, 2007a).

Para alguns nem isso é possível, sobrando apenas a favela. Sem contar os bancos públicos, as marquises, os abrigos nas pontes e viadutos, daqueles que não conseguem viver sequer de bicos, e se apegam ao comércio nos semáforos e as esmolos. Assim, é preciso entender as atividades urbanas, conhecer o contexto como um todo, na articulação entre os lugares da cidade, que se expressa na desigualdade e heterogeneidade (Carlos, 2007a).

A cidade é marcada pela divisão de classes, tendo de um lado os ricos e proprietários de bens e dinheiro e do outro os vendedores de sua força de trabalho, livres e despossuídos. Isto é, as classes mais altas se resguardam nas suas casas, num território íntimo e exclusivo, já que a rua é terra de ninguém, perigosa, numa mistura de classes, sexos, idades, funções e posições na hierarquia social, pode-se afirmar, portanto, que as muralhas ao mesmo tempo que protegem, também **afetam** e reprimem (Rolnik, 1995).

Rolnik (1995) exemplifica essa fragmentação através da desigualdade na administração urbana, onde, em determinados setores a coleta de lixo acontece por dois momentos durante um mesmo dia, em outras áreas uma vez na semana, e em outras nem é recolhido, além da falta de água, luz e esgoto que são comprovações da política discriminatória e **segregada** do poder público. A fácil identificação da fragmentação do espaço urbano é exemplificada pelos bairros de mansões, os de negócios, o boêmio, o industrial, o proletário, os condomínios fechados e a cotidiana cena de dezenas de pessoas em transportes coletivos superlotados (Rolnik, 1995).

A cidade é o principal local da reprodução da força de trabalho, já que suas características proporcionam as diferenças, além disso, a cidade é também um grande negócio para aqueles que embolsam lucros da sua produção e exploração (Maricato, 2013). Assim, o

urbanismo brasileiro não se compromete com todas as realidades sociais da cidade, mas com apenas uma parte dela, reproduzindo a desigualdade e os privilégios (Maricato, 2013).

Oliveira (2001) afirma que os benefícios do processo de urbanização foram rateados injustamente, resultado de uma atuação privilegiada para alguns setores da cidade. Tudo isso acarreta em uma série de problemas urbanos que são caracterizados por Oliveira (2001) como parte do cotidiano das cidades. Ela relata a falta de serviços urbanos essenciais nas periferias longínquas, a expansão das favelas, invasões, vilas e alagados, a retenção especulativa de terrenos, a poluição das águas, do solo e do ar, dentre outros aspectos negativos.

Resta às classes mais baixas **resistir**. O acesso à moradia se dá por meio das ocupações, já que a cidade como um negócio transforma-se em um território acessível apenas para os detentores do capital, isso acarreta na **segregação** de pessoas com menor poder aquisitivo. Processo este percebido desde a formação das cidades brasileiras e intensificado com a globalização (Harvey, 2015; Paulo, 2019).

É como se a cidade possuísse fronteiras imaginárias que demarcam o lugar de cada coisa e de cada um, numa espécie de quebra-cabeças em que cada peça detém seu lugar e se sente estranha nos demais. Essas fronteiras podem ser uma rua, uma ponte, um ponto, até mesmo algo não muito aparente, no entanto, esses muros visíveis e invisíveis são essenciais na organização do espaço urbano contemporâneo (Rolnik, 1995). Além disso, a nossa visão de mundo está associada ao lado da cerca que nos encontramos, as cidades tornam-se, portanto, fragmentos fortificados (Harvey, 2015).

A **segregação** é um produto e ao mesmo tempo produtora das **contradições** e conflitos sociais. “Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (Rolnik, 1995, p. 52). Ou seja, além de objetos, a cidade está enraizada num sistema de valores e modelos de comportamentos que formalizam as relações sociais, o que coloca a cidade num patamar dialético enquanto produto, condição e meio de um espaço social produzido historicamente.

Essa separação territorial nas cidades não é, portanto, unicamente material e delimitada em fronteiras, mas uma mistura das dimensões espaciais e representativas. Componente dos territórios, a territorialidade controla, separa e distingue os indivíduos por meio da identidade (Haesbaert, 2004a). Ao estudar os processos de territorialização na cidade, pode-se compreender quem está e quem não está em determinados territórios e como as classes hegemônicas se apropriam de determinados espaços.

Estudar a cidade envolve a análise da vida humana em sua multiplicidade (Carlos, 2007b), e entender essa dinâmica, é um caminho importante para compreensão da dinâmica da cidade (Cardoso, 2011). Existe uma ideia de planejar a cidade que vem de uma visão da cidade como algo que pode funcionar mecânica, regular e repetidamente (Rolnik, 1995). O que a autora chamou de utopia por parte daqueles que pensam que uma cidade planejada não possui males, como se o Estado pudesse controlar e esquadrihar a cidade. Portanto, esse **poder** atua na cidade capitalista controlando os habitantes, produzindo e intervindo nas **contradições**.

Essa ação intervencionista do Estado reforça as hierarquias dos lugares da cidade, criando centralidades e expulsando para a periferia antigos habitantes. Esses lugares criados são espaços de dominação e impõe, pelo **poder** da sociedade de consumo, comportamentos e valores agora sob controle e vigilância. Esses núcleos recebem pesados investimentos que estão associados a polos de lazer com bares, restaurantes, teatros, shoppings, hotéis, ligados ao consumo organizado repleto de signos. Processo esse que se dá com extrema violência (Carlos, 2015a).

Sánchez (2001) coloca que os atores que participam desse agenciamento hegemônico criam imagens discursivas dominantes de legitimação desse processo. Esses atores defendem como natural o que, efetivamente, é carregado de intencionalidade, ou seja, a construção dessas imagens é seletiva, considerando alguns aspectos e omitindo outros, atendendo sempre ao interesse daqueles que a constroem. Em seu trabalho, Sánchez (2001) faz uma leitura do campo simbólico da cidade, onde se travam as lutas, as **resistências**, os conflitos e as tentativas de construção hegemônica, uma luta que revela não só as relações de **poder**, mas atua no campo das práticas sociais. Como já se debateu neste trabalho, os processos de territorialização não são neutros, e os atores sociais atuam com intencionalidade através das relações de **poder** (Saquet, 2013; Saraiva et al., 2014).

O agenciamento do Estado em favor da normatização da cidade não atinge seu objetivo, isso porque a cidade é objeto de disputa e, até mesmo no espaço mais homogêneo, há sempre um desvio singular. Por isso, essa intervenção do Estado na cidade é **contraditória** e escancara o tratamento desigual por parte do Estado. Ela promove um modelo de normalidade e homogeneidade de cidade e cidadão, porém produz **segregação** (Rolnik, 1995). E o que é pior: após produzir, ela rejeita esse território **segregado** (Rolnik, 1995). Quando territorializam um espaço, os atores sociais objetivam coesão das identidades, porém, concomitantemente a essa prática, está a desterritorialização dos fluxos e redes, que possibilitam novas formas de ocupação (Haesbaert, 2012).

Como afirma Rolnik (1995), em favor dessa homogeneização, as favelas e as áreas de invasão não são consideradas normais, quando são a única forma de quem ali está em morar em uma cidade cara e segregada. São as **resistências** e novas formas de luta que acompanham a vida cotidiana submissa à lógica capitalista. É o eterno ciclo do capitalismo, que ao se reproduzir cria **contradições**, e por suas **contradições**, resulta em crises periódicas, suscitando na necessidade de formas renovadas de reprodução e superação. Portanto, o Estado produz imensas transformações na cidade que só aumentam as hierarquias e as desigualdades (Carlos, 2015a). E é a partir desses dilemas e problemas sociais frutos dos processos de territorialização que se pode entender as ações em que o território é empreendido (Haesbaert, 2009).

Por isso, “olhar para a vivência das cidades com a lente dos Estudos Organizacionais...se mostra urgente, ou em outras palavras, é um debate necessário” (Baltazar, 2019, p. 07). A cidade é abordada por uma pluralidade de áreas interdisciplinares. O estudo de Saraiva (2019) discorre sobre isso, e apresenta uma seleção de autores que tratam da cidade no campo das Artes, Linguística, Saúde, Ciências do Esporte, Políticas Públicas, Ciências Ambientais, Educação, Comunicação Social, Geografia, História, Ciências Sociais, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Economia.

A cidade caracteriza-se pelos diferentes aspectos que a constituem. Seja a materialidade, os aspectos físicos, as relações sociais, os significados e subjetividade, todos permitem uma análise interdisciplinar da cidade, seja a história, a geografia, a sociologia, economia, urbanismo, antropologia (Shimada, 2015), e porque não, a administração. São estudos que muitas vezes possuem uma visão mais funcional e objetiva da cidade, e acabam por fragmentar o espaço urbano. Visão essa que não pode ser descartada, visto que compõe o plano de fundo e que influencia diretamente o cotidiano das pessoas e evidencia as **contradições** da cidade (Shimada, 2015).

Na Administração isso não é diferente. A cidade demasiadamente é vista com os olhares do funcionalismo, tratando as pessoas como recursos gerenciáveis, organizáveis e controláveis, na qual o espaço é reificado ao ser entendido como campo de atuação profissional ou objeto de estudo da administração pública (Shimada, 2015; Viegas & Saraiva, 2015). Enquanto a administração pública inclina-se para a gestão da cidade, os estudos organizacionais se voltam para a gestão na cidade, reconhecendo que diversos grupos agem produzindo o urbano, num processo repleto de **poderes**, conflitos e **resistências**, no qual cada grupo experimenta a cidade conforme suas referências (Honorato & Saraiva, 2016; Saraiva, 2009, 2019; Saraiva & Carrieri,

2012; Shimada, 2015; Viegas & Saraiva, 2015). E daí a importância de a cidade ser estudada pelo prisma dos Estudos Organizacionais.

Nos Estudos Organizacionais, a cidade é debatida por diferentes olhares. Uns focalizam a gestão, outros a vida social organizada, e ainda existem aqueles que a olham com base nas imagens e representações. Há também aqueles que discutem a cidade sobre o prisma das lutas de classes, e os que focalizam o empresariamento urbano. Ou seja, dentro dos Estudos Organizacionais as discussões não são homogêneas e os diferentes olhares refletem como os fenômenos urbanos são visualizados e analisados.

Por exemplo, a partir da década de 1990, surgiram trabalhos que debatiam a cidade nos Estudos Organizacionais sob o prisma da gestão. Fischer (1996) foi uma das precursoras desse processo. A autora conceitua a cidade como uma organização social de alta complexidade, e, portanto, defende que atribuir à cidade como objeto de análise, principalmente nos estudos organizacionais, contribui para os estudos de alta relevância de organizações complexas (Fischer, 1996). A autora defende que tanto as cidades quanto as organizações são complexas, diversas e singulares. A cidade seria uma grande teia organizacional, onde ela mesma é uma organização social repleta de significados (Fischer et al, 1997).

Posteriormente, Mac-Allister (2001) faz uma importante contribuição aos estudos organizacionais, ao considerar a cidade como uma organização: a organização-cidade. Mais tarde, a autora sistematiza essa tese, definindo a organização-cidade como organização complexa composta por múltiplas organizações, sujeitos, interesses, usos e consumos (Mac-Allister, 2004). A partir de então, a cidade passa a ser compreendida como uma mega organização real e virtual, concreta e simbólica, composta por diversas organizações e micro-organizações, que por sua vez, seguem as mesmas características (Mac-Allister, 2004). Honorato e Saraiva (2016) argumentam que o trabalho de Mac-Allister (2004) aproxima organização e cidade tornando possível uma análise organizacional do contexto citadino.

Já os trabalhos de Pesavento (2007) e Mendes e Cavedon (2012) se utilizam mais das imagens e representações. Pesavento (2007) defende a cidade como objeto de reflexão, a partir das representações sociais que se reproduzem e se objetivam nas práticas sociais. A autora argumenta que a cidade é materialidade, sociabilidade e sensibilidade. Como materialidade, pois encontramos representações da cidade que são resultado da ação humana, por exemplo as vias e edificações. Como sociabilidade, porque dentro dela existem diversas formas de relações sociais, de classes, de atores, de ritos, entre pessoas e hábitos, que por intermédio de ações sociais transformam o espaço, assim, por trás da materialidade urbana, existe uma gama de

representações através da população, das ruas movimentadas, da diversidade. Como sensibilidade, dado que são em sua essência um fenômeno cultural de atribuição de valores e significados ao mundo (Pesavento, 2007).

Assim, para a autora, a cidade é um produto das imagens e discursos da materialidade e do social, ela se revela pelas emoções e pelos sentimentos de viver o urbano, das esperanças, dos desejos, dos medos, que vão moldando as práticas e visão que seus atores têm da realidade, seus significados que se realizam na e por causa da cidade (Pesavento, 2007), dessa forma, a cidade não é estática, mas fluída pelos movimentos cotidianos, e viva pelas práticas dos diferentes grupos que nela interagem no dia a dia (Mendes & Cavedon, 2012).

O conceito foi expandido com o trabalho de Saraiva (2009) que propõe uma nova perspectiva ao olhar a cidade. O autor observa em sua pesquisa que a organização-cidade é composta de aspectos estruturais, formais e simbólicos, e que se tratando do aspecto simbólico, este não é passível de gerenciamento visto suas características subjetivas. Desta forma, o autor defende que os estudos organizacionais que tomam a cidade como objeto de estudo precisam incluir nas discussões as intervenções dos sujeitos nos espaços e lugares.

Saraiva (2009) e Saraiva e Carrieri (2012) são exemplos de trabalhos que romperam com a visão funcionalista da cidade como organização e passaram a defender o olhar da cidade como uma organização constituída pelo seu povo, por sua cultura e o que é produzido através do seu simbolismo e dinamicidade. Além destes, o trabalho de Honorato e Saraiva (2016) também contribui ao campo dos estudos organizacionais ao destacar uma leitura das micro sociabilidades em práticas cotidianas. Foi desta forma que os estudos organizacionais incluíram a cidade como um objeto no campo da administração reconhecendo-a como uma organização-cidade, que têm em comum a complexidade, a diversidade, a singularidade, a **contradição** e a ambiguidade (Coimbra & Saraiva, 2013). Perspectiva a qual esta pesquisa se adere.

Assim, estudos recentes sobre o objeto cidade emergiram no campo dos Estudos Organizacionais com o intuito de entender a vida social organizada, visando compreender os aspectos simbólicos, sociais e históricos e como a hegemonia capitalista **afeta** a vida das pessoas (Honorato & Saraiva, 2016; Ipiranga, 2010; Viegas & Saraiva, 2015). Esses estudos comungam da visão de que as cidades são fragmentadas e propensas ao conflito, um polo do qual derivam aspectos não apenas materiais e geográficos, mas, também simbólicos, ideológicos e socioambientais (Saraiva & Carrieri, 2012), palco de interações e conflitos da sociedade moderna. Partindo da abordagem de organização-cidade, esses estudos ampliaram o conceito nos estudos organizacionais e o reafirmaram como objeto, principalmente a partir de

uma visão que focaliza a complexidade urbana e evoca a vida social organizada de indivíduos e grupos oprimidos em diversos âmbitos sociais (Coimbra & Saraiva, 2013; Saraiva & Carrieri, 2012; Viegas & Saraiva, 2015).

Pensar a cidade a partir dos Estudos Organizacionais abre as portas para as discussões das práticas sociais dos sujeitos, o que possibilita compreender como os discursos de gestão e gerenciamento recaem sobre a vida das pessoas em seu cotidiano e como as políticas públicas da cidade são influenciadas pela lógica hegemônica (Honorato & Saraiva, 2016). Como bem defendido por Saraiva (2019), pensar a cidade sob a ótica dos Estudos Organizacionais é utensílio para problematizar a cidade em seus aspectos materiais, mas, principalmente, nas experiências vividas.

Honorato e Saraiva (2016) destacam o papel da cidade planejada como coordenadora e mantenedora dos fluxos e obstáculos à circulação na cidade. Os autores olham a cidade enquanto dinâmica urbana interessando-se especialmente nas pequenas práticas formadoras de novos espaços a cada momento. Desta maneira, o trabalho estuda a população em situação de rua enquanto forma de praticar a cidade. Ora, se a população em situação de rua nela trafega, age e recebe influência, ela também faz parte da cidade. Ainda mais, como bem definem os autores, morar na rua representa a possibilidade de atuar em práticas cidadinas subversivas aquelas consideradas inadequadas (Honorato & Saraiva, 2016).

Essa subversão surge quando a materialidade dos espaços constrange e **afeta** as pessoas que não se ajustam aos padrões. Seja a população em situação de rua ou outras tantas populações marginalizadas, essas fissuras representam o **poder de resistência**, de ação. (Honorato & Saraiva, 2016). O questionamento que fica é: “como falar em uma “cidade para todos” quando não há espaço para quem já vive nela? Como mostrar uma cidade “bela” segundo padrões de estética definidos por uma elite quando a população que nela vive é, em si mesma, distinta desse padrão?” (Honorato & Saraiva, 2016, p. 179).

Portanto, ao pensar a cidade por essa visão mais ampla, ela pode ser entendida como uma organização em seu fluxo e transformações, ultrapassando a retórica, ao possuir ao mesmo tempo orquestração e consenso, negociação e conflitos, ou seja, admitindo-se que os aspectos estruturais e simbólicos coexistem e que esse simbolismo, por envolver muitos aspectos subjetivos, não é passível de gerenciamento. Pensar a cidade como organização é uma forma de aproximação com os fenômenos sociais complexos (Coimbra & Saraiva, 2013).

Os muitos aspectos de ordem não formal proporcionam dimensões não funcionalistas, dessa forma, mesmo que se tente mobilizar as subjetividades dos indivíduos, sempre existirá

uma dinâmica simbólica relacionada à forma que esses indivíduos percebem, interpretam e se apropriam dos significados (Saraiva & Carrieri, 2010). Assim, expande-se a visão de cidade para além daquela que a considera como um conjunto de prédios, avenidas, carros, pessoas, e passa-se a pensá-la como uma realidade plural, observada, percebida e interpretada pelas falas e silêncios, pelas lembranças e esquecimentos, por sua memória (Coimbra & Saraiva, 2013; Ipiranga, 2010).

Como espaço de interação, ela constrói e reconstrói as identidades e significados, deslocando a atenção para esses processos sociais. Assim sendo, há uma coexistência de organizações nos lugares criados pelos sujeitos organizacionais, no entanto, as organizações estabelecem os campos de inserção de cada indivíduo determinando os lugares que lhe são acessíveis, obrigatórios ou proibidos, seja formal ou psicologicamente (Coimbra & Saraiva, 2013). Por isso, compreender esses espaços por meio da sua cultura, ruas, bares e restaurantes, é uma forma de encontrar melhores maneiras de gerir a cidade (Ipiranga, 2010). A cidade como uma organização se faz complexa, cheia de significados, símbolos e signos, ora organizada, ora desorganizada, repleta de solidariedade, mas também de conflitos, lutas, **resistências** (Shimada, 2015). A autora propõe que para a cidade ser compreendida é preciso considerar os simbolismos e subjetividades que a compõem, ou seja, como os moradores vivem e significam essa vivência (Shimada, 2015).

O e-book: “Cidades e Estudos Organizacionais: um debate necessário” organizado por Saraiva e Enoque (2019) trouxe diversos reforços para as discussões acerca da temática. Nele, Saraiva (2019) explicita a importância de uma sistematização dos diversos olhares sobre a cidade como organização dentro dos Estudos Organizacionais, apresentando três caminhos para novas pesquisas. O primeiro deles é o que trata da territorialidade, o segundo o que aborda a cidade enquanto sociabilidade e, por fim, estudos que tratam da desigualdade e **segregação** social. Esta pesquisa seguirá predominantemente o caminho da territorialidade, já que se utiliza dos conceitos de território para debater a territorialização na Travessa Jorge Amado. No entanto, considera-se aqui, que os caminhos propostos por Saraiva (2019) são interligados, e que ao discutir território, territorialização e territorialidade, também se discute a cidade como sociabilidade, e principalmente, neste caso, como **segregada** e desigual.

Ainda sobre o e-book, Mac-Allister (2019) elucida a sua construção entre cidade e organização e propõe a chamada “OrganiCidade”, como organização enquanto representação e não apenas a cidade enquanto representação. Bernardo e Ichikawa (2019) abordam a multiterritorialidade e as relações de **poder** na cidade ao analisarem os grupos que praticam o

esporte do *Drift Trike*. A favela também é debatida por Brulon e Peci (2019) enquanto uma invenção, como se formassem apenas um único e singular território. Shimada e Ichikawa (2019) questionam o desenvolvimento da cidade de Maringá como uma cidade planejada para atender os interesses privados. Lima, Silva e Carrieri (2019) ao estudarem o Mercado Novo evidenciam o papel da dimensão socioespacial. Por fim, Xavier (2019) discute a produção selecionada da cultura para determinada classe social.

Recentemente, mais um livro com a temática cidades sob o prisma dos Estudos Organizacionais foi lançado. Organizado por Saraiva e Ipiranga (2020), traz discussões críticas e aprofundadas sobre as cidades através da história, das práticas sociais e da gestão. Nele, Freitas, Medeiros e Junior (2020) discutem o contexto organizacional dos restaurantes finos para problematizar a ideia de cidade global enquanto compreensão das transformações contemporâneas nas cidades de médio porte. Os autores perceberam que através da alimentação, existe uma narrativa para se inserir no mundo global, numa prática em que determinado grupo se impõe aos demais num processo político que transcende o cardápio.

A cidade também foi analisada por Correia, Santos e Carrieri (2020) que estudaram como a cidade de Belo Horizonte é representada através do Museu Brasileiro de Futebol, o que possibilita a reflexão das práticas que constroem discursos de que Belo Horizonte é uma cidade turística do futebol. Outra pesquisa que se debruçou sobre os estudos citadinos foi a de Santos e Mac-Allister (2020). Os autores buscaram entender o ciclismo utilitário em Fortaleza, e concluíram que a prática ainda é insegura e pouco atraente para novos ciclistas. Para compreender os grupos insurgentes, suas dinâmicas e características, Oliveira, Machado e Carvalho (2020), investigaram coletivos urbanos na cidade de Fortaleza e identificaram a capacidade política e social dos movimentos insurgentes como transformadores das cidades e da sociedade.

Também Fantinel (2020), compreendendo a cidade para além de uma composição entre humanos, considerando também as demais espécies, buscou entender uma produção urbana organizativa multiespécie a partir das mudanças nas práticas de organização de populações animais na cidade. Os resultados da pesquisa permitem entender transformações sociais que refletem novas formas de produzir a cidade, repensando as formas tradicionais que excluem os animais não-humanos dos processos organizativos.

Oliveira, Mendes e Lopes (2019) ampliaram as discussões sobre a cidade ao debaterem como a organização de eventos produz efeitos permanentes na cidade. As autoras estudaram a procissão do Fogaréu na cidade de Goiás/GO, evento tradicional realizado durante a Semana

Santa da Igreja Católica e que ocorre desde 1745, e refletiram como as práticas organizacionais influenciam a configuração dos espaços da cidade.

São todos estudos que debatem a cidade enquanto organização pelo viés dos Estudos Organizacionais e que essencialmente evidenciam a necessidade e importância dessa discussão dentro da Administração. Este trabalho simpatiza com esta compreensão. De que o dever dos Estudos Organizacionais é questionar processos de intervenção urbana exclusivamente pautados no funcionalismo e ganho de capital. Mesmo com o crescimento de trabalhos nos últimos anos que discutem a cidade dentro dos Estudos Organizacionais, ainda existe um grande caminho pela frente, já que a cada dia novas **contradições** e conflitos são postos no processo de (re)produção do urbano. E para contribuir com esse avanço teórico e empírico, desenvolveu-se esta pesquisa, que tem seus procedimentos metodológicos apresentados no próximo capítulo.

Antes, no entanto, algumas considerações são importantes. Ao debater aqui as teorias desta pesquisa, sistematizando os conceitos de território, territorialização e territorialidade, espaço urbano e cidades, categorias de mediação foram utilizadas. Elas balizaram as discussões e apareceram explícita ou implicitamente na argumentação. Essas categorias são as chaves teóricas da pesquisa, e por isso, antes de passar para o próximo capítulo, estão elencadas a seguir.

A primeira chave teórica é o **afeto**. A questão que se colocou é: como as pessoas são **afetadas** pelo território? O estudo pretende entender como as (i)materialidades do território influenciam os atores sociais, excluindo-os ou permanecendo-os no território. Cabe aos atores sociais, tomar consciência do mundo em que estão inseridos para entender como o território os **afeta**. Por exemplo, os frequentadores do mercado se sentem **afetados** a ponto de, ao tomarem consciência, territorializar a Travessa Jorge Amado. Essa categoria fica bem evidente na definição de território que Haesbaert (2007a) traz ao afirmar que, ao habitar um espaço e tomar consciência, as pessoas o transformam em um território.

A segunda chave teórica, que também está atrelada a todas as outras, é o **poder**. Como afirma Raffestin (1993), todas as ações dos atores sociais são marcadas pelas relações de **poder**, um poder que não vem só de cima, mas de baixo para cima, em diferentes graus e lugares. Ou seja, o **poder** é pertencente às relações sociais, e está por trás das apropriações e dominações constituintes do território (Haesbaert, 1994).

Por fim, as últimas chaves teóricas são **segregação, resistência e contradição**. A territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as **contradições** e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e **poderes** dos agentes. Essa ação **segrega** e

divide aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, **segregando** o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (Carlos, 2007a). Tem-se como exemplo os processos de higienização e revitalização, que se dão com extrema violência e **segregam** tudo o que não combina com os interesses hegemônicos (Souza, 2010).

Vale mais uma vez citar Honorato & Saraiva (2016, p. 179): “como falar em uma “cidade para todos” quando não há espaço para quem já vive nela? Como mostrar uma cidade “bela” segundo padrões de estética definidos por uma elite quando a população que nela vive é, em si mesma, distinta desse padrão?”. Dentro desse processo **contraditório**, os rejeitados **resistem** às tentativas de dominação e controle neles impostas, nessa constante relação de **poder** entre os atores sociais (Botelho, 2005; Leite, 2008; Souza, 2010). Ou seja, a **resistência** tem sentido duplo. Ela também acontece por parte dos grupos dominantes, os quais **resistem** às novas formas de ocupação para garantir a sua hegemonia.

Quando os territórios constroem as pessoas (**afetam**), “dizendo-os” que não são “adequados” para aquele local, os atores sociais através dos seus **poderes**, **resistem**, lutam. Eles criam práticas subversivas, **contraditórias** as **resistências** impostas, ocupando territórios alternativos, que são fissuras dessa homogeneização (Honorato & Saraiva, 2016; Paulo, 2019; Souza, 2010). São os casos das invasões, das favelas, dos ativismos e movimentos sociais, os quais se utilizam das territorializações para ocupar e controlar espaços como forma de **resistência** aos **poderes** hegemônicos (Rolnik, 1995; Souza, 2009, 2010). Territorializações essas que são de curta duração, cheias de instabilidade, e que acontecem nas mais diferentes escalas e temporalidades. Ainda assim, se confirmam como um importante movimento social emancipatório (Souza, 2009). São essas as chaves teóricas que intermediaram os conceitos teóricos e a operacionalização da pesquisa, para alcance do objetivo proposto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo trata das definições e procedimentos metodológicos que foram utilizados na pesquisa. São descritos o objeto de pesquisa, a delimitação da pesquisa, os sujeitos entrevistados, os instrumentos de coleta de dados e como esses foram analisados.

3.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Para o alcance do objetivo proposto, a pesquisa se deu com abordagem qualitativa. A julgar pelo propósito deste trabalho, a pesquisa melhor se enquadrou à abordagem qualitativa porque ela abrange os significados, as aspirações, os valores e as motivações das relações e dos fenômenos (Minayo, 1994), fatores que estão intimamente relacionados a possibilidade de entendimento dos processos de territorialização na Travessa Jorge Amado e da atuação dos atores sociais envolvidos nesses processos.

As pesquisas qualitativas entendem a realidade como construída pela interação dos indivíduos e seu mundo social, dessa forma, os pesquisadores que utilizam desse tipo de pesquisa, investigam o modo como as pessoas interpretam suas experiências e como elas significam o mundo (Merriam, 2002, 2009). Portanto, a utilização do método qualitativo foi oportuna para entender a territorialização na Travessa Jorge Amado, quais as subjetividades e simbolismos ali representados, os poderes, os afetos, as resistências, as contradições e as segregações. Em outras palavras, compreender as representações, o que as pessoas consomem, e porque consomem, o que fazem, com quem se encontram, como se vestem. Quem está lá e quem não está, quem se apropria dos espaços, como a dinâmica urbana empenha pessoas lá e retira outras. São questionamentos que buscam ser desvendados através da pesquisa qualitativa.

Quando se utiliza da abordagem qualitativa, para que o estudo seja validado, deve o pesquisador apresentar os procedimentos para coleta de dados e registro das informações, a estratégia de amostragem intencional dos sujeitos e locais, como organizou os dados para a análise e como desenvolveu as bases para interpretar as análises. Ou seja, a validação da pesquisa qualitativa é manifestada em todas as etapas do estudo, seja na problematização, na estruturação da pesquisa, na coleta de dados, na interpretação, na verificação, o pesquisador precisa indicar os passos do estudo para atestar a precisão e a credibilidade de seus resultados (Creswell, 2007; Kvale, 1995).

O resultado da pesquisa qualitativa é uma rica descrição, através de palavras e imagens, do que foi apreendido sobre o fenômeno. Os documentos, as notas de campo, as observações, as entrevistas e os vídeos corroboram para essa descrição. Há uma natureza descritiva na pesquisa qualitativa que permite que o mundo seja compreendido de maneira minuciosa e mais explícita, sem que nenhum detalhe escape ao escrutínio (Bogdan e Biklen, 1994; Merriam, 2009). A pesquisa qualitativa se confirma, então, mais uma vez como adequada para esta pesquisa, já que se busca aqui entender os conflitos e contradições resultantes da apropriação da Travessa Jorge Amado.

Portanto, ao buscar compreender a territorialização na Travessa Jorge Amado pelos atores que a permeiam, discutindo as contradições e conflitos frutos dessa territorialização, essa pesquisa buscou entender as relações mantidas entre os atores sociais naquele território, os significados, valores e simbolismos atribuídos, bem como a identidade, o pertencimento, as subjetividades e materialidades dos atores, em outras palavras, a territorialização.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados utilizada para o alcance dos objetivos da pesquisa foi oriunda de fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são as coletadas de forma inédita e tem o propósito de atender as necessidades da pesquisa, já as fontes secundárias são as que já foram coletadas e estão catalogadas à disposição dos interessados (Mattar, 1996).

Para contextualização e construção do problema de pesquisa e discussão das dinâmicas urbanas, bem como a constituição dos espaços urbanos de Maringá, com destaque para a Travessa Jorge Amado e para o Mercado Municipal de Maringá foram acessadas fontes secundárias. Realizou-se pesquisas em fontes bibliográficas, documentos, artigos, reportagens, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), redes sociais e websites que tratam da história da cidade de Maringá e do Mercado Municipal de Maringá.

As teses de doutorado de Rodrigues (2004) e de Silva (2015), e a dissertação de Paulo (2019) são exemplos de fontes bibliográficas acessadas. São trabalhos que problematizam a cidade de Maringá desde sua criação, em suas controvérsias e segregações. Os trabalhos auxiliam na contextualização histórica de Maringá, sempre enfatizando o lado contraditório da dinâmica urbana da cidade e na constituição dos espaços urbanos. A pesquisa também consultou mapas, projetos urbanos e imagens que comprovam a segregação urbana na cidade de Maringá,

a qual objetiva a valorização urbana e transmissão da imagem de uma cidade bonita e boa para se viver.

O site do Mercado Municipal de Maringá e da Prefeitura Municipal de Maringá também foram fontes utilizadas. Neles encontra-se a história da cidade e do Mercado. Além disso, são sites que permitem a consulta de fotos, de eventos ocorridos na Travessa Jorge Amado, os valores gastos, os participantes e as atrações oferecidas. O pesquisador também teve acesso a entrevistas concedidas em momentos passados pelos então gestores do Mercado de Maringá, as quais atestam o interesse econômico da concessão e revitalização da Travessa Jorge Amado.

Do mesmo modo, se teve acesso ao site da Associação Comercial e Industrial de Maringá, a blogs, jornais e reportagens que retratam vários fatos históricos da cidade, da criação do Mercado de Maringá, da viabilização, concessão e revitalização da Travessa Jorge Amado, entre outros, os quais foram essenciais para contextualizar e referenciar o tema, fundamentando a discussão da dinâmica urbana e constituição dos espaços urbanos de Maringá com foco no Mercado Municipal da cidade e na Travessa Jorge Amado.

O pesquisador também buscou ter acesso ao documento legal que regula a licença para utilização da Travessa Jorge Amado pelo Mercado junto à Prefeitura Municipal, mas infelizmente sem sucesso. A intenção era entender como se dá a relação entre os agentes, por exemplo, se existe algum pagamento de imposto de utilização e quais as obrigações dos termos legais. Foram diversas as visitas à Prefeitura Municipal para conseguir informações do documento. A solicitação também foi feita formalmente à Prefeitura através de protocolo, a qual recebeu resposta negativa por parte da requerida, justificada pelo argumento de que o pesquisador não tem legitimidade para obter as informações solicitadas conforme mostra a Figura 18. Ademais, foram consultados todos os decretos emitidos pela Prefeitura Municipal entre os anos de 2009 a 2012, e nada foi encontrado relativo à concessão da Travessa ao Mercado.

Para coleta dos dados primários foram realizadas visitas exploratórias no local com o intuito de se familiarizar com o objeto de estudo, além de averiguar aspectos iniciais das relações ali presentes, as quais pretendeu-se aprofundar o entendimento com essa pesquisa. Essas investigações introdutórias foram realizadas pelo autor desta pesquisa durante o primeiro trimestre do ano de 2020, em momentos variados, durante a semana e nos finais de semana. Envolveu conversas informais com frequentadores, clientes, comerciantes, funcionários, bem como observação direta e não-participante. O autor tomou nota das visitas. As visitas

precisaram ser interrompidas no início do mês de março de 2020 devido ao isolamento social e os decretos municipais emitidos pelo governo em combate à doença COVID-19.

Posteriormente, houve uma estabilidade no número de casos de COVID-19 em Maringá/PR e, por isso, já em trabalho de campo, as observações não-participantes passaram a ser realizadas a partir de agosto de 2020 e foram finalizadas em janeiro de 2021. Nos meses de novembro e dezembro de 2020, 34 entrevistas semiestruturadas foram realizadas para alcance do objetivo proposto no estudo. Esse tipo de entrevista é operacionalizado por um roteiro inicial de perguntas que são, durante a entrevista, complementadas com outras questões relativas às circunstâncias do momento. Esse roteiro é importante pois dá foco e direciona a pesquisa, mas cabe ao pesquisador instigar opiniões do entrevistado, sem limitar às perguntas previamente estruturadas, ainda mais, cabe ao entrevistador ter sensibilidade nas perguntas para que durante a resposta, o entrevistado esteja o mais à vontade possível, a fim de que os resultados realmente contribuam com a investigação (Creswell, 2007; Manzini, 1991; Triviños, 1987).

As entrevistas foram realizadas em momentos e dias diferentes e tiveram durações variadas, além disso, foram gravadas e transcritas. Elas totalizaram cinco horas e vinte e seis minutos de gravação. Quando foram transcritas, preocupou-se em fazer os ajustes gramaticais, mas nada que alterasse o valor semântico da fala dos sujeitos. Os sujeitos entrevistados foram os frequentadores do Mercado de Maringá, os flanelinhas que trabalham ali guardando os veículos, os sujeitos que transitam pelo local, por exemplo, trabalhadores que circulam pela Travessa, vendedores ambulantes, o representante da banca de jornais da Travessa Jorge Amado e pais que ali brincam com seus filhos. Também foram entrevistados representantes de eventos que aconteceram na Travessa Jorge Amado, do Mercado de Maringá e da Prefeitura Municipal de Maringá. O Quadro 3 demonstra os sujeitos entrevistados.

Como defendeu Haesbaert (2007a), ao habitar um espaço e tomar consciência, os atores sociais o transformam em um território (Haesbaert, 2007a). Atores sociais que não atuam com neutralidade, mas numa ação intencional, territorializando os espaços por intermédio das relações de poder (Haesbaert, 2007a; Raffestin, 1993; Saraiva, Carrieri & Soares, 2014). Visto isso, esta pesquisa entrevistou os atores sociais que permeiam a Travessa Jorge Amado e a territorializam. Dessa forma, não houve preocupação com um critério numérico mínimo de entrevistas, mas sim de selecionar os participantes para que o objetivo de pesquisa fosse alcançado com a devida profundidade e representatividade. Diante das características de cada grupo entrevistado, roteiros de entrevistas semiestruturadas para cada um deles foram desenvolvidos.

Além disso, as entrevistas na abordagem qualitativa podem ser usadas em conjunto com outras técnicas de análise, como a análise de documentos e observações. Desta forma, esta pesquisa utilizou além das entrevistas, a técnica de observação não-participante e de acesso a documentos (Bogdan e Biklen, 1994; Creswell, 2007; Deslandes, 1996).

Considerando o nome da Travessa, os sujeitos de pesquisa foram nomeados conforme personagens das obras de Jorge Amado. Uma delas, “Gabriela, cravo e canela”, livro célebre do autor, publicado em 1958, que se tornou sucesso mundial, possuindo diversas releituras em novelas, cinema e história em quadrinhos. Desejou-se homenagear este autor de grande relevância e importância para a literatura brasileira, em seus escritos sobre os populares, negros, pobres e de crítica social. O pesquisador escolheu aleatoriamente o nome dos personagens para os sujeitos da pesquisa. Isso se deu para garantir ainda mais o anonimato dos entrevistados.

Com as entrevistas pretendeu-se captar as percepções, desejos, simbolismos, subjetividades, materialidades, características de apropriação e dominação dos atores sociais em relação ao fenômeno estudado. Mais do que isso, buscou-se identificar aspectos das chaves teóricas propostas, as quais serviram para construção das categorias de análise. São elas: o afeto, o poder, a segregação, a resistência e a contradição.

São categorias que mediarão a discussão teórica e permitiram o alcance do objetivo proposto, por isso, elas também foram operacionalizadas nos roteiros de entrevistas. A seguir, no Quadro 2, elas estão destacadas nos conceitos teóricos e elementos analisados.

Quadro 2 – Chaves teóricas e elementos analisados

Territorialização	
Chaves teóricas	Elementos analisados
AFETO	A identificação dos atores sociais com a Travessa Jorge Amado como reflexo dos aspectos culturais, políticos, econômicos e naturais; Representações da Travessa Jorge Amado dentro da dinâmica social de Maringá;
PODER RESISTÊNCIA	Os atores sociais que permeiam a Travessa e como se relacionam entre si; A organização espacial no exercício de poder, identidade e controle; A dimensão Econômica do território, por meio da utilização da Travessa Jorge Amado; A dimensão Política do território, por meio do controle e delimitação da Travessa Jorge Amado; A dimensão Cultural do território, por meio do significado de frequentar a Travessa Jorge Amado; A dimensão Natural, por meio da disposição da natureza para atender os interesses dos atores sociais;
SEGREGAÇÃO/ CONTRADIÇÃO	As coesões e fragmentações da Travessa Jorge Amado; Eventos e programações realizadas na Travessa; Atores sociais e ocupações realizadas na Travessa nos dias da semana;

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

A quantidade de entrevistas foi balizada pelo método “ponto de saturação”. Esse método operacionaliza que as seleções de novos entrevistados devem se encerrar quando as novas respostas apenas confirmam as informações já estabelecidas, sem nada acrescentar ou alterar na interpretação do conteúdo (Bauer & Aarts, 2008). Foi garantido o anonimato e sigilo aos entrevistados, protegendo-os de qualquer prejuízo decorrente das respostas, conforme pressupostos de Fontana e Frey (2011). Para isso, foi fornecido um termo de consentimento e orientação, o qual segue nos apêndices deste trabalho, e que foi assinado pela maioria dos entrevistados. A descrição dos entrevistados consta no quadro 3, no item 3.3 deste trabalho.

Nas visitas ao local também foram examinadas a dinâmica organizacional e relacional entre os agentes sociais ali presentes, suas práticas, gestos, interações, que podem não ser

relatados nas entrevistas. Essas observações foram não participantes. Essas observações buscaram entender qual os horários de maior movimento, o que as pessoas vestem, o que elas consomem, onde se encontra cada ator social, como interação entre si, dentre outros.

Nesses casos, o observador permanece alheio ao processo que está pesquisando, sendo apenas um espectador. Isso permite que ele tome conta da complexidade do ambiente social, dos comportamentos e atitudes verbais e não-verbais (Zanelli, 2002). As entrevistas e observações sempre buscaram compreender como os atores sociais territorializam a Travessa Jorge Amado. A coleta de dados e as observações foram finalizadas no início do mês de janeiro de 2021, quando o pesquisador precisou se ater à análise dos dados obtidos.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram classificados em 5 grupos. O primeiro deles está formado pelos frequentadores do Mercado. O segundo grupo se constitui pelos transeuntes (vendedores ambulantes, trabalhadores que andam pela Travessa, catadores de material reciclável, pais com os filhos, flanelinhas) da Travessa Jorge Amado. O terceiro grupo é o dos representantes da Prefeitura Municipal. O quarto integra os representantes do Mercado de Maringá. E por fim, o quinto grupo é formado pelos representantes de eventos populares que ocorreram na Travessa Jorge Amado. No Quadro 3, a seguir, os grupos e seus representantes estão elencados.

Quadro 3 – Sujeitos da pesquisa

ENTREVISTADO		OBRA	GRUPO: FREQUENTADORES
1	Quincas Berro D'água	A morte e a morte de Quincas Berro D'água	Frequentador do Mercado
2	Dona Flor	Dona Flor e seus dois maridos	Frequentador do Mercado
3	Glorinha	Gabriela, cravo e canela	Frequentador do Mercado
4	Lívia	Mar Morto	Frequentador do Mercado
5	Vadinho	Dona Flor e seus dois maridos	Frequentador do Mercado
6	Teodoro Madureira	Dona Flor e seus dois maridos	Frequentador do Mercado
7	Nacib	Gabriela, cravo e canela	Frequentador do Mercado
8	Mara	Gabriela, cravo e canela	Frequentador do Mercado

9	Mestre Manuel	Mar Morto	Frequentador do Mercado
10	Gabriela	Gabriela, cravo e canela	Frequentador do Mercado
11	Francisco	Mar Morto	Frequentador do Mercado
ENTREVISTADO			GRUPO: TRANSEUNTES
1	Guma	Mar Morto	Flanelinha
2	Pedro Arcanjo	Tendas dos Milagres	Flanelinha
3	Rufino	Mar Morto	Pai com filhos
4	Maria Clara	Mar Morto	Pai com filhos 2
5	Professor Silva Virajá	Tendas dos Milagres	Catador de recicláveis (latas)
6	João Romão	Tendas dos Milagres	Catador de recicláveis (papelão)
7	Caboclo Raimundo	Capitães de Areia	Banca de jornais
8	Zequinha	Jubiabá	Trabalhador
9	Arminda	Jubiabá	Trabalhador 2
10	Tieta	Tieta do Agreste	Vendedor de algodão doce
11	Rosa Palmeirão	Mar Morto	Vendedor de rosas
12	Perpetua	Tieta do Agreste	Vendedor de guardanapos
ENTREVISTADO			GRUPO: PREFEITURA
1	Professor Josué	Gabriela, cravo e canela	Planejamento
2	Maria Machado	Gabriela, cravo e canela	Turismo
3	Pedrito Gordo	Tendas dos Milagres	Fiscalização
4	Julie	O País do Carnaval	Planejamento
ENTREVISTADO			GRUPO: MERCADÃO
1	Nilo Argolo	Tendas dos Milagres	Empreendimento
2	Coronel Coriolano	Gabriela, cravo e canela	Comerciante
3	Zé Fuinha	Capitães de Areia	Segurança
4	Almiro	Capitães de Areia	Segurança 2
5	Gonzales	Capitães de Areia	Prestador de Serviço
ENTREVISTADO			GRUPO: EVENTOS POPULARES
1	Pedro Bala	Capitães de Areia	Representante da FLIM
2	Antônio Balduino (Baldo)	Jubiabá	Festival Afro-Brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Os sujeitos do grupo 1 e 2 foram acessados pela técnica de conveniência, conforme acessibilidade e disponibilidade dos sujeitos durante as visitas na Travessa Jorge Amado. Desta forma, entrevistou-se presencialmente os atores sociais que atravessavam pela Travessa, vendedores ambulantes que estavam ali para vender suas mercadorias, frequentadores que estavam no local, pais e mães que brincavam com seus filhos. No caso dos grupos 3, 4 e 5 foi

feito contato prévio por parte do pesquisador e marcado local e horário para concessão da entrevista, com exceção dos dois funcionários do Mercado, que também foram acessados mediante a técnica da conveniência.

Devido às restrições impostas pelo governo para evitar a propagação do COVID-19, alguns sujeitos preferiram ser entrevistados através de entrevistas remotas. Utilizou-se o aplicativo de conversas on-line *Zoom*, o qual permite que a videoconferência seja gravada. Além disso, alguns sujeitos não quiseram ser gravados com receio de que as informações que fornecessem os prejudicasse, mesmo que tivesse sido garantido o seu anonimato. Isso se deu com 2 funcionários do Mercado, 2 flanelinhas, 3 representantes da Prefeitura Municipal e 1 transeunte vendedor ambulante. Nestes casos, o pesquisador foi autorizado a tomar notas da entrevista. Também houve casos de funcionários do Mercado e Prefeitura que não quiseram conceder entrevistas alegando que não estavam autorizados. Esta situação já é uma demonstração da representação de poder detido pelo Mercado e pela Prefeitura, e de como isso afeta a tomada de decisão dos atores sociais.

O interesse em conversar com os diferentes grupos foi para captar as diferentes percepções e interesses que têm na Travessa Jorge Amado, principalmente entender como ela é territorializada pelos diferentes grupos de atores sociais e como esses grupos formam alianças nesse processo. Assim, pode-se entender melhor as relações de poder entre os agentes, as contradições e conflitos, mediante os processos de territorialização na Travessa Jorge Amado. A seguir, apresenta-se a maneira em que os dados foram analisados.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A fase da análise dos dados é importante, pois permite a compreensão dos dados coletados, respondendo à questão da pesquisa e ampliando o conhecimento sobre o tema pesquisado. Assim, o pesquisador evita tirar conclusões primárias e superficiais, aprofundando sua análise em relação aos dados coletados (Minayo, 1994).

O método de análise que esta pesquisa utilizou foi o hermenêutico-dialético. Este método foi escolhido, pois através dele pode-se ter uma interpretação mais aproximada da realidade. Ele considera a fala dos atores sociais situada em contextos, baseando-se no encontro dos fatos surgidos na pesquisa, sendo uma alternativa ao método de análise de conteúdo, o qual é uma técnica de interpretação de pouca articulação com os contextos das mensagens veiculadas (Minayo, 2002). No método hermenêutico-dialético, a compreensão do material coletado tem

como início o interior da fala dos sujeitos, e como ponto de chegada o campo da especificidade histórica que produz a fala (Minayo, 1994, 2002).

O método hermenêutico-dialético considera as comunicações individuais, as condutas, os costumes, o contexto social dos atores, promovendo uma relação entre o concreto e o abstrato (Minayo, 2002). Ele possibilita que as análises desta pesquisa considerem não só a fala dos sujeitos, mas suas interpretações, seus contextos, suas (i)materialidades. Questões que são importantes quando se discute território, já que todo território é ao mesmo tempo funcional e simbólico (Haesbaert, 2007a), e por isso ele foi escolhido.

Esta técnica de análise dispõe que o primeiro nível de interpretação é entender a conjuntura social, econômica e política dos sujeitos pesquisados, e o segundo nível de interpretação é aproximar as comunicações individuais, as observações e as condutas (Minayo, 2002). A autora ainda defende que o produto da análise sempre é provisório e aproximado, já que nas ciências as afirmações superam as conclusões prévias e são superadas pelas futuras (Minayo, 2002).

A operacionalização deste método ocorre da seguinte forma: primeiro deve-se ordenar os dados. Esta etapa consiste em mapear todos os dados coletados. Por exemplo, transcrever as gravações das entrevistas, reler o material e organizar os dados da observação. Para tal, os dados da observação não-participante foram organizados, as entrevistas transcritas e, após leitura intensiva, na presença de um tema relevante, tudo que foi dito sobre ele foi separado em “gavetas”, assim os dados foram separados em categorias iniciais (Minayo (2002).

A segunda fase é a classificação dos dados. Deve-se ler exhaustivamente os textos, estabelecendo questionamentos para identificar o que é relevante, com base em uma fundamentação teórica, para então, classificá-los em categorias (Minayo, 2002). Assim, nesta etapa, escutou-se e leu-se repetidas vezes as entrevistas, indo além do que estava dito e escrito, buscando sempre a reflexão e o questionamento da fala dos sujeitos com base na fundamentação teórica deste trabalho. Isso permitiu que, posterior a um maior refinamento, as categorias iniciais fossem classificadas em categorias intermediárias.

Por fim, após maior lapidação, chegou-se nas categorias finais num processo unificador (Minayo, 2002). As categorias finais de análise foram as chaves teóricas do afeto, poder, resistência, segregação e contradição, as quais intermediaram a discussão proposta neste trabalho. Elas foram previamente escolhidas e, por isso, com base nos conceitos teóricos da territorialização, foram operacionalizadas nos roteiros de entrevistas semiestruturadas, o que

permitiu que as categorias finais fossem as chaves teóricas. O Quadro 4, a seguir, ilustra a classificação das categorias iniciais, intermediárias e finais.

Quadro 4 – Categorias da pesquisa

FINAIS	INTERMEDIÁRIAS	INICIAIS
AFETO	A Travessa Jorge Amado na dinâmica social de Maringá	Representações da Travessa Jorge Amado dentro da dinâmica social de Maringá
	Identificação dos atores sociais com a Travessa Jorge Amado como reflexo dos aspectos culturais, políticos, econômicos e naturais	Identificações dos atores sociais com a Travessa Jorge Amado
FINAIS	INTERMEDIÁRIAS	INICIAIS
PODER RESISTÊNCIA	Organização espacial no exercício de poder, identidade e controle	A contenção dos atores sociais na Travessa Jorge Amado
		Controle e disciplinarização na Travessa Jorge Amado
		Os atores sociais que permeiam a Travessa e como se relacionam entre si
	Dimensão Econômica, Política, Cultural e Natural	A Travessa Jorge Amado como fonte de recursos
Alianças e antagonismos dos atores sociais		
		Os elementos materiais da Travessa Jorge Amado, como os jardins, os bares, a decoração, os vasos, a cerca, as mesas e cadeiras, o espaço amplo e livre, para atender os interesses dos atores sociais
FINAIS	INTERMEDIÁRIAS	INICIAIS
SEGREGAÇÃO CONTRADIÇÃO	Atores sociais e ocupações realizadas na Travessa	Acessos e inserções dos atores sociais na Travessa Jorge Amado
	Coesões e fragmentações da Travessa Jorge Amado	Organização espacial da Travessa Jorge Amado
		Diferentes territórios da Travessa Jorge Amado
	Eventos e programações realizadas na Travessa	Utilização da Travessa Jorge Amado pelos atores sociais

Fonte: Elaborado pelo autor (2021)

Por fim, a última etapa é a análise final. Segundo Minayo (2002), esta fase consiste em articular os dados com o referencial teórico procurando responder às questões da pesquisa com base nos objetivos propostos, o que nesta pesquisa, se faz no capítulo seguinte. Desta forma, o próximo capítulo discute a análise e interpretação dos resultados para compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com a finalidade de responder o problema de pesquisa proposto, este capítulo propõe analisar os dados coletados, relacionando-os com os conceitos teóricos discutidos anteriormente. Assim, os dados primários e secundários foram analisados com base nos conceitos de território, territorialização e territorialidade, articulados com a discussão sobre a produção do espaço urbano e cidade, para discutir a territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.

Primeiro se discute uma constituição histórica dos espaços urbanos de Maringá, a seguir apresenta-se os aspectos de dominação e apropriação na Travessa Jorge Amado, e por fim, debate-se o afeto, poder, resistência, segregação e contradição dentro dos processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.

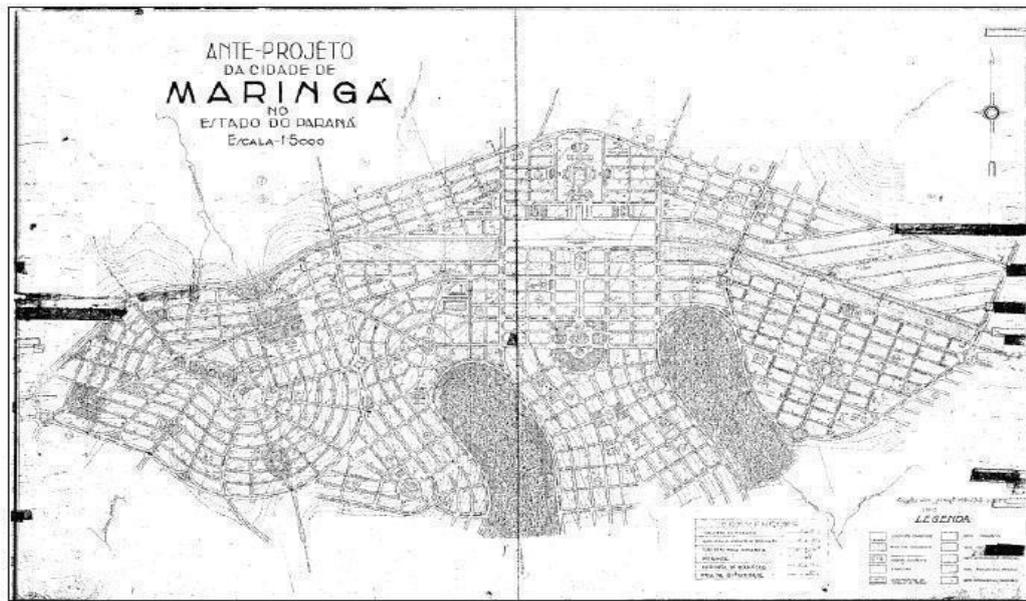
4.1 UMA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DOS ESPAÇOS URBANOS DE MARINGÁ

Localizada no noroeste do Paraná, a cidade de Maringá foi planejada e colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em meados da década de 1940. A intenção da CMNP era colonizar a região através da construção de um eixo rodoferroviário que permitisse o escoamento rápido da produção de café, e com pólos urbanos regionais a cada 100 quilômetros no decorrer do eixo, sendo eles Umuarama/PR, Cianorte/PR, Londrina/PR e Maringá/PR, municípios em que à época possuíam a economia cafeeira como carro-chefe de desenvolvimento no período (Silva, 2015; Stahlhoefer & Rodrigues, 2010).

A fundação de Maringá aconteceu no dia 10 de maio de 1947 como distrito de Mandaguari/PR, e foi elevada à município em 14 de novembro de 1951 (Oliveira & Chagas, 2016). Desde então, se configura uma produção da cidade protagonizada pelo capital imobiliário, que aprofunda a segregação socioespacial numa estratégia de valorização, muito influenciada pelo direcionamento dos investimentos (Silva, 2015).

O desenvolvimento da cidade foi baseado em um plano urbanístico planejado pelo engenheiro Jorge Macedo Vieira, projeto que estava repleto de representações simbólicas, e se caracterizava pelas largas avenidas e canteiros centrais que destacavam o paisagismo (Andrade & Cordovil, 2008). A Figura 1 retrata o anteprojeto de Maringá na década de 1940.

Figura 1. Anteprojeto da cidade de Maringá

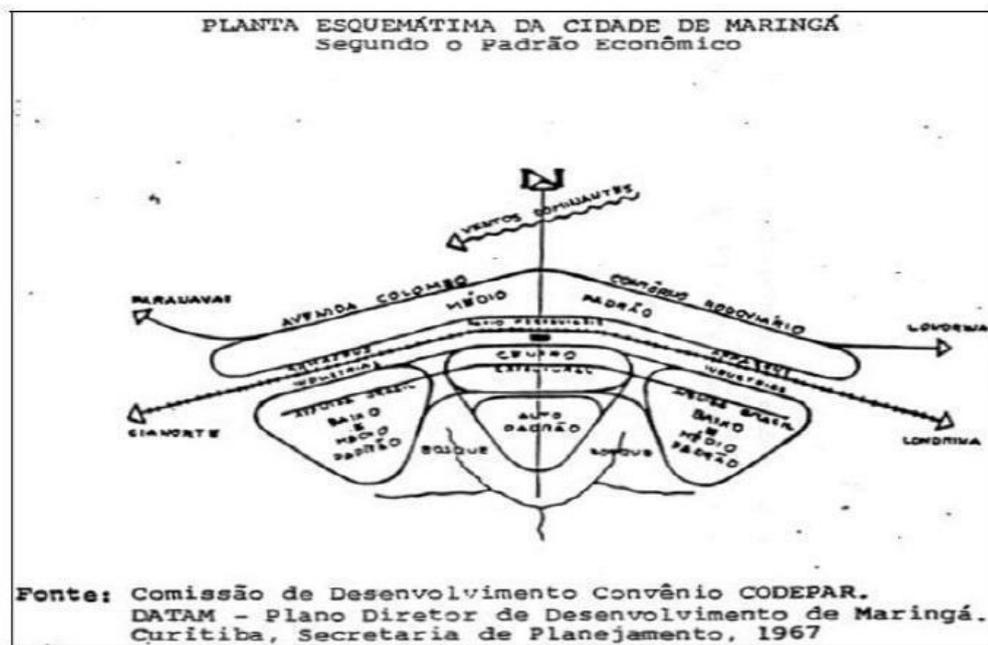


Fonte: Rodrigues, A. L. (2004). *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil.

O projeto também determinava o zoneamento das áreas classificadas pelos diferentes usos e classes sociais. Existiam as áreas comerciais, as áreas industriais, e as áreas residenciais divididas em elite, popular e operária. A área mais valorizada estava próxima do centro cívico, de dois parques e foi planejada para abrigar toda a estrutura necessária (escola, parque infantil, hospital, áreas de esporte, igreja, cemitério), as duas últimas estavam em regiões mais afastadas e não constava no projeto maiores estruturas (Cordovil, 2010; Paulo, 2019; Rodrigues, 2004; Silva, 2015).

Toda essa hierarquização permitia a CMNP a comercializar os lotes com preços muito mais elevados devido a separação resultante do zoneamento estabelecido. Por exemplo, a zona central era a que mais se valorizava, como ainda acontece até hoje (Rodrigues, 2004; Silva, 2015). Além disso, os lotes seriam vendidos para as pessoas que passavam por um processo de triagem, as quais normalmente eram selecionadas por serem indicadas pelos corretores da companhia responsável pela ocupação (Prefeitura Municipal de Maringá, 2019). A Figura 2 exemplifica isso, ao apresentar a planta esquemática de ocupação da cidade de Maringá de acordo com o padrão econômico.

Figura 2. Planta esquemática da cidade de Maringá



Fonte: Rodrigues, A. L. (2004). *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil.

Assim, desde sua gênese, Maringá já se configura como uma cidade que não é para todos (Rodrigues, 2004). Todo o processo de criação marca a segregação socioespacial e como as relações de poder entre agentes sociais estão materializadas na produção daquele território, já que somente os mais poderosos e selecionados poderiam estar ali. Por tomarem consciência de sua distinção social, visto a condição econômica, territorializaram as áreas da cidade num profundo processo separatista e contraditório. Esse foi só o começo da história, que se repetiu no decorrer dos anos.

Com toda sua estrutura moderna e boa repercussão nacional da nova cidade que nascia, Maringá atraía cada vez mais habitantes e foi se tornando um polo regional, no entanto, os loteamentos que surgiam eram embasados no planejamento inicial da cidade, reproduzindo a segregação e hierarquização do espaço (Andrade & Cordovil, 2008). Como detinha o monopólio das terras, mesmo após as primeiras eleições na cidade, a CMNP direcionou a expansão da cidade através de influência nos governos legislativo, municipal e estadual (Silva, 2015).

O alto crescimento populacional da década de 1960 intensificou a transferência da população de baixa renda até mesmo para perímetros além dos pré-determinados no plano

inicial da cidade, principalmente para a região norte. Nesse período ocorreu uma proliferação de novos loteamentos, no entanto, ainda existiam espaços vazios do projeto inicial da cidade. O problema era que possuíam um valor muito elevado e, portanto, intensificavam a segregação urbana (Andrade & Cordovil, 2008).

A instalação na década de 1970 da Universidade Estadual de Maringá intensifica esse deslocamento urbano para as regiões além do projeto urbano. Isso permitiu também, por exemplo, o surgimento do Jardim Alvorada e da Avenida Morangueira que lhe dá acesso. Em 1979, o Plano de Diretrizes Viárias possibilitou a criação de 54 novos loteamentos em Maringá/PR (Oliveira & Chagas, 2016). De acordo com Cordovil (2010) o plano inicial contemplava uma estimativa de 200 mil habitantes após 50 anos de fundação, porém aos 49 anos já havia 270 mil pessoas morando na cidade.

O Estado também teve papel importante nesse processo de segregação. Em última instância era ele que aprovava as políticas urbanas, endossando toda essa expansão contraditória. O problema é que em toda sua história, Maringá teve/têm representantes públicos que também estavam/estão envolvidos com o ramo imobiliário (Rodrigues, 2004).

O alto escalão da CMNP, sabendo e direcionando o crescimento da cidade, era beneficiado pela compra antecipada e facilitada das terras que futuramente receberiam os investimentos (Silva, 2015). Além disso, as associações de classe também são importantes agentes na produção territorial de Maringá. A ACIM, criada em 1953, até hoje tem papel fundamental na organização socioespacial de Maringá, participando e integrando a administração municipal e legislativa (Silva, 2015).

A atuação desses agentes baseia-se no “conceito” de que Maringá é uma cidade bonita, arborizada, com alta qualidade de vida e que é uma cidade sem favelas, no entanto, esse discurso esconde um processo de remoções que alocava as camadas mais pobres para além do município. Como aponta Rodrigues (2004), o processo de remoções é legitimado em nome da beleza da cidade, já que alguns elementos não podem fazer parte de uma paisagem tão encantadora. A autora atesta isso ao relatar a prática da Prefeitura Municipal de dar passagens de ônibus de volta aos mais pobres que chegavam na cidade, pois não eram bem-vindos.

Essa ação de desfavelamento de Maringá, faz com que a população de baixa renda não consiga se alocar na cidade devido aos altos custos de vida, as quais se alocam nas cidades vizinhas que apresentam valor de solo mais barato (Silva, 2015). Em sua tese, a autora confirma o grande contraste social existente entre Maringá e as cidades vizinhas, Sarandi/PR e Paiçandu/PR, as quais se tornaram periferias da primeira. De um lado, Maringá como centro

regional dotado de qualidades urbanas e do outro as demais, com baixos índices socioeconômicos (Rodrigues, 2004; Silva, 2015).

Houve também o exemplo mais recente do bairro Santa Felicidade, onde as famílias que ali residiam foram removidas e destinadas a locais mais afastados, ação justificada pela Prefeitura Municipal, pela revitalização do local, já que a área era “precária” e “insegura” e estava envolta de grandes empreendimentos e condomínios de luxo (Paulo, 2019; Shimada, 2015). Oliveira e Chagas (2016) também analisam o processo separatista e contraditório de Maringá ao estudarem a obra rodoviária do Contorno Norte. A construção de grande magnitude, que foi feita às pressas e sem maiores estudos, refletiu diretamente no cotidiano dos moradores locais, diminuindo a qualidade de vida, dificultando o acesso aos serviços e vias, além da poluição do ar e sonora, que acarretaram em reterritorializações dos habitantes.

O estudo de Oliveira e Chagas (2016) evidencia a produção do espaço urbano maringaense como instrumento da estratégia de acumulação capitalista a fim de viabilizar grandes obras, sempre influenciada pelos agentes promotores do espaço urbano que se beneficiam desse processo. Ocorre sempre um discurso disfarçado de benefício coletivo, mas o que ocorre é o contrário, e os beneficiados sempre são as classes hegemônicas da cidade. Com o crescimento populacional a prefeitura efetiva planos de readequação da infraestrutura, novos projetos urbanísticos, e essas ações resultam em valorização imobiliária.

Maringá é uma cidade altamente dividida e segregada (Borges & Sela, 2013). Toda sua história foi marcada pela forte presença do poder público como agente orientador do território. Entretanto, essa força em grande maioria das vezes atuou por meio de relações negociais com o setor imobiliário (Borges & Sela, 2013). Assim, partimos do pressuposto de que a história de Maringá é repleta de contradições, especialmente em função da atuação do mercado imobiliário exercendo práticas de segregação e diferenciação, excluindo as pessoas de menores rendimentos para as periferias desde os primeiros anos da cidade. Até mesmo os lotes mais afastados não podiam ser comprados pelos mais pobres e os faziam se deslocar para as cidades vizinhas (Araujo, 2010; Paulo, 2019; Rodrigues, 2004).

Num contexto mais recente, um dos projetos de reestruturação urbana envolveu a criação do Novo Centro de Maringá. Localizado no antigo complexo ferroviário da região central, o projeto chamado de Ágora, objetivava a eliminação da barreira física que a linha férrea ocasionava no deslocamento do centro para a região norte. Idealizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para abranger edifícios residenciais, comerciais, com amplos espaços de circulação, o projeto foi amplamente divulgado pela mídia (Silva, 2015). A intenção era tornar

Maringá uma cidade competitiva e atrativa aos investimentos através das parcerias público-privadas. Após reformulações do projeto de reestruturação da área central, a região recebeu zoneamento de uso e ocupação elitizados, recebendo forte especulação imobiliária (Silva, 2015).

Por fim, nada do que foi projetado saiu do papel e o projeto *Ágora* não foi concretizado. A justificativa dada foi a urgência na resolução do problema de tráfego na área central e a falta de recursos financeiros. No entanto, a forte especulação e valorização imobiliária que a região sofreu, as várias divulgações pela mídia, e a promessa de que o lugar seria transformado, fez com que o novo centro de Maringá tivesse um dos solos mais caros da cidade. Assim, os lotes foram vendidos, possibilitando recursos para rebaixamento da linha férrea e abertura das avenidas (Paulo, 2019; Rodrigues, 2004; Silva, 2015).

Atualmente a região ainda é uma das mais valorizadas do município, com prédios luxuosos e de alto padrão. Repetiu-se a lógica separatista e elitista que compõe a cidade desde sua criação, por meio de uma forte especulação imobiliária que acompanha o desejo de “vender” Maringá como uma cidade bonita e elegante. Percebe-se através das Figuras 3 e 4 como a região do Novo Centro de Maringá mudou, e é justamente dentro desse complexo que se localiza a Travessa Jorge Amado e o Mercado de Maringá (Paulo, 2019; Rodrigues, 2004; Silva, 2015).

Figura 3. Novo Centro de Maringá em 27/03/2003



Fonte: Maringá, PR. (13 maio 2020). *Google Earth*. Google. (Elaborado pelo autor).

Figura 4. Novo Centro de Maringá em 19/07/2018



Fonte: Maringá, PR. (13 maio 2020). *Google Earth*. Google. (Elaborado pelo autor).

A Travessa Jorge Amado se encontra no espaço que abrigava antigamente a estação ferroviária de Maringá. Ela foi viabilizada no ano de 2004 através de uma parceria entre a Santa Alice Loteadora, a Prefeitura de Maringá e a Cerealista Tamandaré, sendo um exemplo explícito de parceria entre os agentes sociais para a configuração do espaço da cidade. A Figura 5 retrata a placa alusiva à parceria para sua execução. A Travessa Jorge Amado conecta os bairros Novo Centro e Zona 07, através da intersecção da Avenida João Paulino Vieira Filho localizada no Novo Centro e da Avenida Prudente de Moraes localizada na Zona 07. A seguir, a Figura 6 apresenta a Travessa no período em que foi concebida. Pode-se perceber o barracão ao fundo, onde atualmente é o Mercado Municipal.

Figura 5. Placa alusiva à viabilidade da Travessa Jorge Amado



Fonte: Acervo do autor (2020).

Figura 6. Travessa Jorge Amado antes da revitalização



Fonte: Maringá Histórica (2019, maio 10). *Antes do Mercado*. [youtube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=0O_aN3-gUnM

Por sua vez, o Mercado de Maringá também está situado na região do Novo Centro de Maringá, na Avenida Prudente de Moraes, e sua lateral direita faz divisa com a Travessa Jorge Amado. No final de 2008 a Cerealista encerrou suas atividades e adequou as estruturas dos seus barracões para comportar o Mercado de Maringá (Maringá Histórica, 2019). Assim, localizado

no primeiro armazém cerealista da cidade, o Mercado Municipal de Maringá, popularmente chamado de Mercadão, preserva a história do barracão construído em 1958 pela Cerealista Tamandaré para estocar e comercializar produtos secos e molhados (Mercado Municipal de Maringá, 2020).

Inaugurado em outubro de 2009, com área de aproximadamente 7.000 m², após obras de reforma e ampliação da antiga estrutura, atualmente conta com 26 lojas, que são em sua maioria do ramo gastronômico, sendo um ponto de encontro e lazer na cidade (Mercado Municipal de Maringá, 2020). Também existem no local vendas de frutas típicas e exóticas, vinhos nacionais e importados, cervejas das mais variadas localidades, temperos, queijos, carnes, peixes, doces e chocolates (Prefeitura Municipal de Maringá, 2019). Mesmo sendo um empreendimento privado, a Prefeitura autorizou que fosse utilizado o termo “municipal” no nome da organização (Sartor, 2010). O Mercadão também faz parte do Guia Turístico de Maringá edição de 2020, o qual, realizado com apoio da Prefeitura Municipal, contempla os principais pontos turísticos da cidade. A Figura 7 apresenta a fachada do Mercadão de Maringá.

Figura 7. Fachada do Mercadão de Maringá



Fonte: Acervo do autor (2020).

A região onde se encontra a Travessa Jorge Amado e o Mercado Municipal faz parte do chamado Eixo Monumental de Maringá. O Eixo Monumental mede 1.8 km de extensão e abrange uma área central de 169 mil m², que contempla os principais edifícios de interesse público da cidade. Em 2019, a Prefeitura Municipal anunciou a revitalização desse espaço na

justificativa da gestão de tráfego, melhores condições ambientais, sociais e revitalização econômica. A previsão é que se invista R\$ 50 milhões em toda a obra (GMC On-line, 2019; Prefeitura Municipal de Maringá, 2019).

A então representante do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá [IPPLAM], defendeu a revitalização do Eixo Monumental como um processo que resgatará o desenvolvimento da cidade de Maringá, confirmando-a como uma cidade planejada e de qualidade de vida (Gazeta do Povo, 2020). O projeto arquitetônico para revitalização do Eixo Monumental foi escolhido por meio de um concurso no ano de 2018. A empresa vencedora recebeu um valor de R\$ 1,15 milhão (Gazeta do Povo, 2020).

Consta no projeto, com o objetivo de valorizar o espaço urbano, a retirada de mais de 400 vagas de automóveis do trecho, inclusive as que hoje circundam o Terminal Urbano, ao lado da Travessa Jorge Amado, e que são, em sua maioria, utilizadas por populares para estacionar seus veículos durante o período de trabalho (CBN, 2020; MaringáPost, 2018).

A empresa vencedora do concurso argumenta que as transformações urbanas propostas darão vida ao centro da cidade. Em seu site, o projeto é apresentado da seguinte forma:

O projeto... é um processo de reestruturação do Eixo Monumental de Maringá que recupera a vida urbana e a unicidade da área central da cidade. Atua como um impulso que possibilita a criação de uma identidade e promove oportunidades distintas de interação e *apropriação do espaço público* [itálicos nossos], potencializando a articulação do território da cidade ao configurar um panorama de desenvolvimento, inclusão e conservação, por meio de proposições e estratégias capazes de potencializar o existente e ao mesmo tempo preservar a memória local (Natureza Urbana, 2020).

Verifica-se que o espaço central de Maringá constantemente é alvo de ações revitalizadoras. O projeto Ágora e a revitalização do Eixo Monumental são exemplos de como o espaço urbano de Maringá é produzido para transmitir uma imagem competitiva. Conforme aponta Silva (2007), espaços compartilhados pela população são tidos como “ociosos”, “antigos” ou “abandonados”, e por isso, são transformados na justificativa de se tornarem produtivos. A área central de Maringá é apresentada como sem vida, como se as pessoas que por lá circulam não fizessem parte da dinâmica organizacional da cidade. Além disso, é evidente a proposta de apropriação do espaço urbano, em outras palavras, territorialização, já que o termo consta até mesmo na apresentação do projeto.

A seção do projeto que trata sobre a revitalização da Travessa Jorge Amado estabelece 5.882,4 m² de área revitalizada, incluindo bancos, canteiros, calçada, ciclovia, anfiteatro ao ar

livre e quiosques (Prefeitura Municipal de Maringá, 2019). O trecho é definido da seguinte forma:

Compreendem o Novo Centro e a Travessa Jorge Amado, caracterizando uma área de maior densidade residencial . . . esses trechos ressaltam *o caráter do Eixo de espaço público como uma extensão do espaço privado* [itálicos nossos], conformando *espaços de estar e lazer ao ar livre que atendam aos diversos públicos da região* [itálicos nossos]. Ainda, a possibilidade de que o espaço abrigue *um futuro equipamento cultural o caracteriza como um espaço livre para ocorrência de ocupações e eventos itinerantes* [itálicos nossos]. As *atividades existentes do mercado são fortalecidas e potencializadas com a criação de espaços que englobam seus usos* [itálicos nossos] (Prefeitura Municipal de Maringá, 2019).

Percebe-se que este trecho do Eixo é considerado como um prolongamento de atividades privadas, assim, consideram o Mercado no projeto com a ciência da potencialização e fortalecimento das atividades do mercado através das obras no local. Porém, o projeto também destaca a possibilidade do espaço ser utilizado como espaço de lazer que atenda os diversos públicos da região e para realização de eventos culturais itinerantes. O que mostra os diferentes interesses na Travessa, e confirma a sua territorialização por diversos atores sociais. Ainda, a Figura 8, a qual apresenta imagens de partes do projeto arquitetônico de revitalização do Eixo Monumental, também aponta como parte da Travessa Jorge Amado já é considerada para fins de utilização do Mercado de Maringá, com mesas e quiosques, mas também para realização de eventos itinerantes com a implantação de um anfiteatro ao ar livre.

Figura 8. Projeto de revitalização do Eixo Monumental – Travessa Jorge Amado



Fonte: Prefeitura Municipal de Maringá (2019).

A revitalização do Eixo Monumental é mais um exemplo, dentre tantos outros presentes na constituição dos espaços urbanos de Maringá, da lógica da cidade de que as coisas precisam

ser bonitas, renovadas e desenvolvidas. Porém, o projeto ainda é muito recente e ainda não saiu do papel, o que impossibilita uma avaliação mais aprofundada dos resultados de sua execução. Ainda assim, comprova-se mais uma vez que essas ações se dão na área central, e que pouco se discute em relação a atividades nas periferias. A discussão permite entender também que, desde sua criação, Maringá é planejada para transmitir uma imagem moderna, verde, revitalizada, boa para se viver, a qual potencializa a especulação imobiliária e favorece alguns em detrimento de outros.

Além disso, quando o projeto do novo Eixo Monumental considera parte da Travessa Jorge Amado destinada ao Mercado e, ainda mais, afirma que as obras favoreceriam as atividades do mercado, sendo o espaço público uma extensão do privado, confirma-se aspectos de apropriação e dominação dos espaços públicos, que através de parcerias entre os atores sociais, são controlados para promover o consumo, importando muito mais o desenvolvimento econômico dos empreendimentos do que as melhorias das condições populacionais (Haesbaert, 2012; Harvey, 1996). Ainda assim, a revitalização do eixo fornecerá estrutura para realização dos eventos populares, o que também atesta a apropriação e dominação dos diversos atores na Travessa. Por isso, para entender a territorialização daquele espaço, na próxima seção aprofunda-se as discussões quanto aos aspectos de dominação e apropriação na Travessa Jorge Amado.

4.2 ASPECTOS DE DOMINAÇÃO E APROPRIAÇÃO NA TRAVESSA JORGE AMADO

A Travessa Jorge Amado, por vezes, é palco de eventos culturais de relevância. Ela recebia todas as quartas-feiras a tradicional Feira da Seresta e do Artesanato que fomentava a música, a gastronomia e o artesanato, e destinava toda a renda arrecadada com a gastronomia para entidades assistenciais (Maringá.com, 2007). Também acolheu a 5º Festa Literária Internacional de Maringá (FLIM), ocorrida em novembro de 2018 e que recebeu diversos poetas e artistas famosos e conceituados, contendo como assunto principal o tema “resistências”, onde foram discutidos temas pertinentes às minorias. Também recebeu o 10º Festival Afro-Brasileiro de Maringá (Mercado Municipal de Maringá, 2018), a chamada “Ciência na Praça” onde alunos de pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) repassaram informações sobre os projetos científicos desenvolvidos por eles, e até mesmo encontro de carros antigos e motociclistas (O Diário, 2015; 2018). Essas utilizações são momentâneas, já que acontecem na situação de ocorrência desses eventos e encontros.

Por outro lado, há uma utilização permanente da Travessa pelo Mercado de Maringá. Isso porque os bares e restaurantes laterais do empreendimento criaram extensões de suas lojas na via, ocupando diariamente esse espaço. Quando foi inaugurado, no Mercado existia apenas um deque na pequena área cedida pela prefeitura (Sartor, 2010), e as lojas vendiam em sua maioria produtos artesanais, frutas e verduras, flores e carnes (Record News, 2015).

A partir de junho de 2011, sob um novo comando diretivo, os então gestores do Mercado Municipal decidiram reposicionar o conceito do negócio com foco na gastronomia. Para tal, propuseram a revitalização da Travessa Jorge Amado, projeto que foi aprovado pela Prefeitura Municipal, e dessa forma, o Mercado iniciou o plantio de mudas, a instalação de irrigação automática, luminárias, bancos, mesas, ombrelones, vasos e lixeiras. Em contrapartida, a Prefeitura cedeu parte do espaço para que os bares e restaurantes o utilizassem (Associação comercial de Maringá [ACIM], 2017). A Figura 9 mostra a praça revitalizada.

Figura 9. Travessa revitalizada



Fonte: Acervo do autor (2020).

Abaixo relato da diretora da época do Mercado Municipal:

Se de um lado estava o calçadão abandonado em meio a paredões, porque os estabelecimentos do entorno voltaram suas fachadas para as avenidas, por outro lado precisávamos de uma área externa para complementar nossa proposta gastronômica. Ter uma área externa era unir o útil ao agradável [...] tivemos retorno financeiro pelo aumento do fluxo e do tempo de permanência no Mercado, mas mais do que isso é a aprovação da comunidade. Pessoas vêm aqui ler e brincar com os filhos, virou um ponto de lazer [...] nosso objetivo não é apenas estético, mas funcional para oferecer um espaço gastronômico de alta qualidade e eficiência (ACIM, 2017).

Assim, conforme apresentado por Harvey (1996), cada vez mais as empresas investem na valorização do espaço e na elevação da qualidade do espaço para atrair os consumidores seletivos e com dinheiro. Fica claro na própria fala da empresária que a utilização da área externa gerou grandes benefícios, essencialmente financeiros ao empreendimento, comprovando, portanto, ser esse mais um caso de atuação do Estado em benefício das empresas particulares, ou seja, conforme proposto por Carlos (2013), o espaço público passa a respeitar a lógica privada da propriedade a fim de reprodução de capital e geração de lucro. Como foi o caso da Travessa Jorge Amado e do Mercado Municipal.

Na Travessa Jorge Amado existem cinco jardins centrais que a cortam de um lado até o outro com passagens para travessia de pedestres a cada aproximadamente 5 metros. Ao lado deles, existem bancos de madeiras voltados ao Mercado. Percebe-se muito verde, coqueiros, plantas e um paisagismo decorativo agregado com luzes de enfeite. O jardim é cuidado e mantido pelo próprio Mercado e as funcionárias do empreendimento o regam com frequência. Com o jardim, é como se a Travessa estivesse dividida em dois lados. De um lado é toda tomada pela parte externa do Mercado, e do outro “apenas” a Travessa. Chama-se aqui para fins didáticos e até mesmo para marcar essa divisão de “lado do mercado” e “do outro lado”. A Figura 10 apresenta a divisão da Travessa em dois lados. De um lado percebe-se o “outro lado” desocupado, e ao fundo o “lado do mercado” repleto de elementos decorativos.

Figura 10. Divisão da Travessa Jorge Amado



Fonte: Acervo do autor (2021).

Falando sobre o “lado do Mercado”, observa-se que vasos foram dispostos a fim de criar uma demarcação do local pertencente ao Mercado, transformando-o em um verdadeiro território. Com o passar dos anos, o Mercado foi avançando com as mesas e vasos, aumentando a área do seu território e apropriando praticamente toda a lateral da Travessa Jorge Amado. As Figuras 11 e 12 representam esse avanço.

Figura 11. Utilização lateral da Travessa Jorge Amado em 2019



Fonte: Acervo do autor (2019).

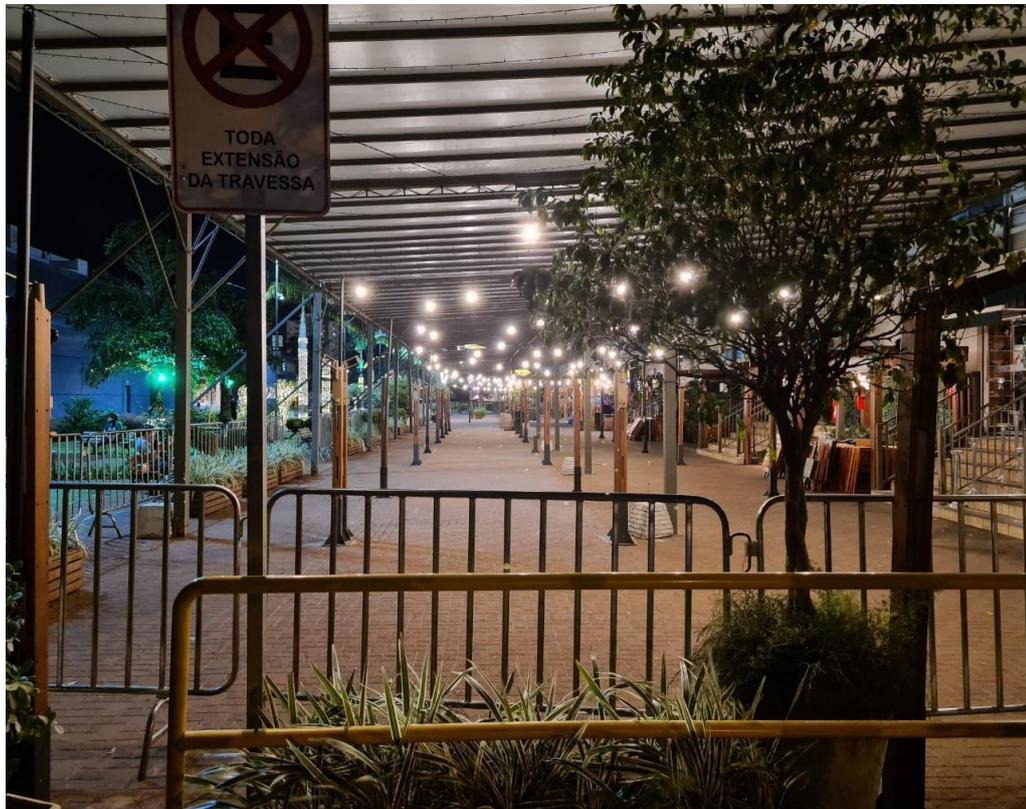
Figura 12. Utilização lateral da Travessa Jorge Amado em 2020



Fonte: Acervo do autor (2020).

Para conter o avanço da COVID-19, a Prefeitura emitiu um decreto em dezembro de 2020 proibindo a colocação de mesas e cadeiras nas áreas externas de todos os restaurantes e bares da cidade. Essa regra permanece vigente. Em visita à Travessa Jorge Amado, constatou-se que o Mercado retirou as mesas e cadeiras em respeito a ordem emitida, no entanto, ainda assim, permaneceram a cerca, o toldo e os vasos. Ou seja, a estrutura do Mercado permanece fixa, e mesmo sem poder utilizar a parte lateral, há um impedimento quanto ao acesso das pessoas naquele espaço, já que os aspectos materiais ainda estão ali delimitando as fronteiras do território. Além do mais, mesmo quando não há clientes, o Mercado mantém a imponência e poder por meio da representação dos aspectos físicos. A Figura 13 representa esta situação.

Figura 13. Retirada das mesas e cadeiras da Travessa Jorge Amado



Fonte: Acervo do autor (2021).

Durante as observações não-participantes, no primeiro momento, o que mais chamou a atenção do pesquisador foi a presença de cercas e vasos que delimitam o “território do Mercado”. As mesas estão dispostas na área externa com enfeites luminosos e uma espécie de guarda-sol. Também há uma cobertura em toldo na área externa. É tudo muito “chique” e isso de certa forma já marca o “território”, mas a presença dos vasos certamente foi o que mais marcou no início da pesquisa, já que eles formam, juntamente com a cerca, uma espécie de controle fronteiro. A Figura 14 traz uma vista aérea dessa demarcação. Nela verifica-se as mesas e os toldos dispostos na Travessa. As imagens datam de novembro e dezembro do ano de 2019.

Figura 14. Vista aérea do Mercado



Fonte: Maringá, PR. (13 maio 2020). *Google Earth. Google.*

O toldo é sustentado por barras de ferro que estão na diagonal com o chão e invadem o jardim, o que impede a passagem de pessoas entre a grade e o jardim. Praticamente existe passagem para apenas uma ou duas pessoas por vez. Percebe-se que quando trabalhadores locais precisam passar pela Travessa, seja por exemplo, para ir até o terminal rodoviário, eles o fazem do “outro lado”.

Nos jardins da Travessa Jorge Amado o Mercado colocou algumas placas com mensagens de preservação. Uma delas diz: “Espaço público não é espaço sem dono. Ele é seu. Ele é nosso”. Apesar de a todo momento, o espaço delimitado por cercas parecia pertencer ao Mercado. Outra placa diz: “A mudança começa com você. Não danifique nosso espaço”. Ora, o termo “nosso espaço” já transmite a mensagem de que aquele espaço tem dono. A indagação que fica é quem são os atores que esse “nosso” abrange.

Fica evidente aqui a dimensão política do território defendida por Haesbaert (2004a), a qual considera o espaço delimitado e controlado por um poder. Os atores sociais que condizem com esse domínio politicamente estruturado e apropriado (material e simbolicamente) são bem-vindos, e aos demais, cabe as táticas de resistência às imposições sofridas (Haesbaert, 2012). Também se percebe a dimensão natural proposta por Haesbaert (2004a), utilizada neste caso como forma de poder, já que os vasos e jardins são muito elegantes e demarcam os domínios do Mercado.

A disposição das cercas a fim de unificar e controlar a entrada das pessoas, restringe o fluxo de pessoas naquele lado da Travessa. A cerca é um componente material que controla a

entrada das pessoas, e com ela, o Mercadão pode constranger ainda mais aqueles que não são bem-vindos. Ação que separa os espaços e que confirma a segregação na constituição dos espaços de Maringá. A Figura 15 traz o cercamento realizado na Travessa, as barras de ferro que sustentam o toldo e uma das placas enunciativas.

Figura 15. Cercamento da Travessa Jorge Amado



Fonte: Acervo do autor (2020).

Eventos comerciais de grande magnitude são realizados pelo Mercadão na Travessa, dentre os que mais chamaram a atenção no ano de 2018, foi um festival de cervejas artesanais trazido para Maringá e, principalmente, a megaestrutura montada para receber o público durante a copa do mundo de futebol masculino de 2018. O Mercadão ofereceu telões de LED, cobertura, objetos decorativos, áreas de jogos e recreação. O evento contou com o investimento dos lojistas, além de um patrocínio de uma grande empresa fabricante de cervejas. Ao todo foram gastos R\$100 mil reais. O objetivo era atender 80 mil pessoas durante o período (Mercado Municipal de Maringá, 2018).

Além disso, durante o período natalino, a Associação de Lojistas do Mercadão de Maringá investiu um pouco mais de R\$100 mil em decoração em participação ao projeto Maringá Encantada da administração municipal. A Travessa Jorge Amado contou com uma Vitória Régia de 16 m² feita com cordão luminoso de LED branco e verde, além de uma árvore

de Natal de LED com 10 metros de altura. A então presidente da Associação dos Lojistas do Mercado de Maringá, afirma que a preocupação em enfeitar a parte externa do Mercado é em apresentar o espaço aos turistas, para incentivá-los a se deslocarem de outras cidades para aproveitar o clima natalino de Maringá. Ela afirma em sua fala: “queremos oferecer mais uma opção, mais um ambiente que encante e convide as famílias a entrarem no espírito de Natal. Quanto mais fizermos neste momento, mais visibilidade traremos a Maringá” (Mercado Municipal de Maringá, 2018). Através desses eventos, percebe-se a dimensão econômica da Travessa Jorge Amado, territorializada pelo Mercado, como fonte de recursos (Haesbaert, 2004a).

Seguranças ficam dispostos nas entradas e aberturas das cercas, controlando o acesso das pessoas ao Mercado e monitorando e protegendo o local. Um deles também circula entre as mesas dos restaurantes. Por diversas vezes, durante as observações, foi constatado o impedimento de andarilhos e vendedores ambulantes de entrarem na área externa do Mercado. Eles são impedidos de passar para além da grade, mas ainda assim, buscam interagir com os clientes que estão “dentro da cerca” para vender seus produtos e solicitar suas gorjetas, mesmo que na maioria das vezes sejam ignorados e/ou interrompidos pelos seguranças.

Assim como argumenta Haesbaert (2004a, 2009), há um controle no território dos fluxos e mobilidades por parte daqueles que o dominam. Logo, os que não detém esse controle sofrem com as tentativas de imobilização e contenção. É o caso dos vendedores ambulantes e andarilhos que são impedidos de adentrar no território do Mercado. O interesse dos que detém o poder, é a exclusão dos diferentes, mas que sempre envolve a impossibilidade de total reclusão (Haesbaert, 2009). Por exemplo, os ambulantes, ainda que por instantes, conseguem encontrar vertedouros para vender seus produtos, mesmo que isso seja feito do lado de fora da cerca.

Essa prática separatista para conter os diferentes, as classes perigosas, as ameaças e os riscos, através de seguranças, cercas e limitações (i)materiais, acaba contendo as próprias pessoas que estão do lado de dentro da cerca. Assim, as territorializações que objetivam conter o outro, na verdade, contém os próprios territorializadores (Haesbaert, 2009).

Há um padrão visual nos estabelecimentos da parte externa do Mercado e são vários os elementos que formam um conjunto e contribuem para essa padronização decorativa. Ao todo são sete bares/restaurantes na parte externa, sendo quatro deles do mesmo proprietário. Eles são requintados e de alto padrão gastronômico. Existem luzes decorativas penduradas no toldo e decks e luzes para decoração natalina. Os garçons estão sempre uniformizados, arrumados e são de fácil identificação. Eles interagem entre si com conversas mais informais,

apesar de contidas. Já com os clientes, também interagem numa relação de simpatia, mas com formalidades, por exemplo, pedindo licença e com raras brincadeiras ao estilo boteco. Eles usam, em sua maioria, camiseta polo do estabelecimento, avental, também padronizado, da cintura para baixo, e alguns usam luvas. Cada restaurante possui uma cor diferente para camiseta dos garçons. Também existem promotores que organizam a utilização das mesas pelos frequentadores.

A música possui som ambiente e é predominantemente eletrônica. As cadeiras e mesas dos bares são em grande maioria de madeira e iguais. Existem suportes para vinhos que ficam ao lado das mesas e carrinhos estrategicamente posicionados para armazenar utensílios dos garçons, como copos, pratos, talheres e cardápios.

Os cardápios são patrocinados por revendas de carros luxuosos e importados, como Jaguar, Jeep e BMW. No estacionamento dos clientes, a maioria dos carros são de luxo e existe um carregador para veículos elétricos. O Mercado também está sempre limpo e com boa aparência. Um funcionário passa a todo momento limpando a área externa recolhendo sujeiras, papéis e afins, que possam estar no chão. Nota-se a ausência de pichações nos muros laterais e existe uma placa relacionada a isso.

Os estabelecimentos costumam servir pratos aprimorados e requintados. Um dos cardápios traz a seguinte frase sobre um restaurante: “Descolado, vanguardista, ousado, incomum e requintado...elevou o patamar dos bares e restaurantes dentro do Mercado e estabeleceu...critérios mais rigorosos para a gastronomia maringaense” (Cardápio, Diário de campo, 2020). Em suma, são bares que não vendem petiscos baratos, como amendoim. O preço médio dos pratos individuais gira em torno de R\$70,00, podendo passar de R\$100,00, e as entradas custam em média R\$30,00. As bebidas consumidas costumam ser vinho, gin, drinks, e cervejas long neck. Os drinks custam em média de R\$35,00, e o vinho mais barato custa R\$85,00.

Quanto aos frequentadores do Mercado, eles estão predominantemente muito bem arrumados e seus estilos parecem combinar com a decoração do Mercado. São muitos os acessórios como brincos, anéis, relógios, óculos escuros e bolsas. As mulheres estão sempre maquiadas, com as unhas pintadas, vestidos, pulseiras, colares e saltos. Já os homens usam calça jeans, camisa e sapato. Parece que estão indo para uma festa. Também existem as exceções. Alguns clientes chegam menos arrumados, com shorts, camiseta, raramente de chinelo, mas são a minoria.

Os frequentadores se portam com certa elegância. Não falam baixo, mas não gritam. Mantém uma certa maneira de agir, com o celular, e com boa postura. Verifica-se que sempre estão tirando fotos. Parecem estar preocupados com a imagem que estão transmitindo, querendo impressionar e combinar com o local. São predominantemente brancos e percebe-se a presença de pouquíssimos negros.

O perfil do público da área externa também varia conforme os dias. De segunda a quinta o Mercado é menos movimentado, visitado mais por famílias que costumam ir ao local almoçar e jantar. Nos finais de semana o número de pessoas aumenta consideravelmente. Nas sextas-feiras, sábados à noite e nos domingos, o Mercado é frequentado mais por casais, amigos e famílias. Já nos sábados à tarde, o público é predominantemente de jovens, numa espécie de ponto de encontro, point e azaração. A Figura 16 retrata a utilização da Travessa Jorge Amado pelo Mercado e o conjunto dos elementos.

Figura 16. Conjunto de elementos da utilização lateral da Travessa Jorge Amado



Fonte: Acervo do autor (2020).

Esse conjunto de elementos que envolve a decoração, os jardins, o estilo e preço dos restaurantes, o perfil dos clientes, dos garçons, as mesas, os vasos, enfim, todo o aglomerado de aspectos físicos do Mercado, contribuem para formação de uma identidade e representação. Representação que também é uma forma de territorialização. Como defendeu Haesbaert

(2004a), as relações espaciais de poder produzem identidade, e por meio dela, classificam, separam, controlam e distinguem os grupos sociais. Dessa forma, sendo a identidade um componente de poder, o Mercado está constituído de elementos físicos repletos de simbolismos, significações e identificações, ou seja, os vasos, as luzes, a cerca e a decoração ajudam a compreender como os atores sociais organizam e significam aquele espaço (Haesbaert, 2005, 2007a).

Todos esses elementos (i)materiais identitários são formas de exercício de poder, e fazem parte da territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado, controlando quem pode e quem não pode estar ali. Esse processo de territorialização objetiva: abrigo físico e fonte de recursos; identificação ou simbolização dos grupos nos referenciais espaciais; controle e disciplinarização através do espaço; e construção e controle das redes, fluxos, mercadorias e informações (Haesbaert, 2005, 2007a). Ora, a Travessa é utilizada pelo Mercado como fonte de recursos; há uma identificação dos frequentadores com os aspectos materiais; existe uma disciplinarização através do espaço por meio da música, estilos, decoração, perfil e preço dos bares e restaurantes e da maneira de se portar e se arrumar para poder estar ali; e um controle das mercadorias que podem ser vendidas ali, já que todos os restaurantes são elitizados, o que acaba selecionando quem tem condições financeiras de frequentar o local.

Afetados pelo discurso de que Maringá precisa ser uma cidade linda para se viver, a Travessa Jorge Amado, tida como ociosa, é territorializada por agentes que a concede novas características. Agentes que através de alianças, agem e controlam os espaços e outros grupos sociais, privilegiando a sociedade do espetáculo e do consumo (Haesbaert, 2007a, 2012). Apesar de desejarem coesão de identidades através das apropriações e ordenamento político, essas ações geram novas formas de ocupação e reforçam a segregação da cidade em territórios (Carlos, 2015a; Haesbaert, 2012). A revitalização da Travessa e sua territorialização pelo Mercado, traz consigo, além dos aspectos materiais (vasos, cadeiras, mesas, luzes, jardins), muita representação simbólica que reflete o comportamento da cidade maringaense.

Porém, esse desejo de coesão de identidades e práticas por parte dos grupos dominantes resultam em ações contraditórias que segregam os espaços urbanos e os atores sociais, o que abre margem para novas formas de ocupação nos espaços da cidade (Haesbaert, 2009, 2012). Para responder a essa segregação, os segregados resistem às forças impostas através de processos de territorialização. Eles ocupam espaços para construir suas identidades, lutando contra a resistência dos grupos hegemônicos (Souza, 2009, 2010). No caso da Travessa Jorge Amado, isso se dá “do outro lado”.

No ano de 2018, a Travessa Jorge Amado recebeu a FLIM. O tema do evento foi resistências, e discutiu temas como negros, mulheres, índios, LGBT e refugiados. Um palco foi montado na Travessa para realização de shows artísticos e musicais, como por exemplo do cantor Arnaldo Antunes e de um tributo à cantora Clara Nunes que cantava sobre um Brasil de resistência (Maringapost, 2018). Simultaneamente a FLIM, também ocorreu o Festival Afro-brasileiro e a Semana do Hip-hop. O Festival Afro trouxe exposições de instrumentos, ritmos e manifestações Afro-brasileiras, o Axé com Terreiro de Tambor de Mina, oficinas, apresentações artísticas e shows. Todos que remetiam à cultura Afro-brasileira.

No ano de 2019 ocorreu o 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa Jorge Amado. O evento contou com oficinas, shows, danças, artesanato, dentre outras atividades que exaltavam a origem africana e o Dia Nacional da Consciência Negra. Foi um espaço de manifestação religiosa e cultural na luta contra o racismo e o preconceito. Esse evento de tamanha importância aconteceu do “outro lado”. No ano de 2020 a FLIM e o Festival Afro-brasileiro precisaram ocorrer de forma online devido à pandemia.

A Travessa Jorge Amado também recebe a mostra “UEM na praça”. O evento reúne estudantes e professores da universidade para compartilhar com a comunidade um pouco da produção científica e projetos que a UEM desenvolve. Assim como os outros eventos culturais, aconteceu do “outro lado”. Havia também um ônibus estacionado na Travessa. Ele era todo pintado e adaptável e formava uma espécie de palco. Ali artistas se apresentaram para o público. Aquele ônibus contrastava com a decoração toda natalina e imponente que se encontrava logo ao lado.

Essa decoração natalina referia-se ao projeto “Maringá Encantada” que vem se tornando tradição na cidade de Maringá. Envolve uma série de decorações natalinas e eventos para as comemorações de fim de ano. A Travessa Jorge Amado sempre recebe parte das decorações. As decorações foram todas dispostas do “lado do Mercado”. Em conversa exploratória com uma funcionária de um dos estabelecimentos, ela comentou que embora seja um projeto da Prefeitura Municipal, ela tem conhecimento que o Mercado também tem participação na medida em que parte das decorações instaladas são pagas pelo mercado.

Os eventos populares marcam uma diferente forma de apropriação e dominação da Travessa Jorge Amado. Eles são gratuitos, populares, trazem temáticas sociais à discussão e, apesar de itinerantes, confirmam as disputas entre os atores sociais, de poder e resistência, nas diferentes construções de identidades e manifestações. Reconhece-se assim, que diferentes grupos atuam produzindo o espaço urbano através da (re)produção das relações sociais, num

processo repleto de poderes, conflitos e resistências (Honorato & Saraiva, 2016; Saraiva, 2009, 2019; Saraiva & Carrieri, 2012; Shimada, 2015; Viegas & Saraiva, 2015).

Ademais, a visão de mundo dos atores sociais está associada ao lado da cerca que ocupam na qual cada grupo experimenta a cidade conforme suas referências (Harvey, 2015; Honorato & Saraiva, 2016; Saraiva, 2009, 2019; Saraiva & Carrieri, 2012; Shimada, 2015; Viegas & Saraiva, 2015). Cada ocupação, cada organização, cada territorialização estabelece os campos de inserção de cada ator social nos lugares, determinando os territórios que lhe são acessíveis, obrigatórios ou proibidos, seja formal ou psicologicamente (Coimbra & Saraiva, 2013).

Confirma-se uma fragmentação da Travessa Jorge Amado. De um lado o Mercado numa proposta gastronômica e elitizada, fixo, cercado e delimitado. Do outro, os eventos populares, gratuitos e temporários. Assim, há uma fragmentação material nos espaços da cidade, repleta de significações, que é consequência dessas apropriações dos espaços urbanos. Tem-se o bairro das mansões, o boêmio, o industrial, o proletário, os condomínios fechados, os locais com infraestrutura adequada e os espaços de resistência (Rolnik, 1995). Portanto, a ocupação da cidade é territorial, o que se confirma na Travessa Jorge Amado.

As diferentes ocupações na Travessa também são percebidas de outras formas. Quando os eventos não estão acontecendo, o “outro lado” fica praticamente vazio, como um território de convivência e de fluxos. Ele é utilizado predominantemente por pessoas para transitar da Avenida Prudente de Moraes até a Avenida João Paulino Vieira Filho, ou ao contrário. Devido à proximidade com o terminal urbano, são muitos os trabalhadores que passam por ali, e inclusive foi difícil entrevistá-los, pois estavam sempre com pressa para poder pegar o ônibus. Confirma-se o território não apenas como estabilidade e delimitação, mas também como fluxo, fluidez e movimento (Haesbaert, 2004a).

Diferentemente dos frequentadores do Mercado, as pessoas que caminham pelo outro lado da Travessa costumam estar vestidas com uniformes do trabalho, com shorts, chinelo, bonés, com mochilas e sacolas. Também estão presentes pais e mães brincando com os filhos, pessoas caminhando com animais de estimação e ciclistas. Há uma diferença aparente no estilo das pessoas que ocupam os dois lados da Travessa. Além disso, enquanto o fluxo de pessoas no Mercado é maior durante os finais de semana, no outro lado da Travessa, o fluxo é mais intenso nos dias de semana e nos horários de saída e entrada do trabalho.

Portanto, fruto dessa segregação, percebe-se as diferentes formas que os atores sociais territorializam a Travessa Jorge Amado. A cidade está enraizada num sistema de valores e

modelos de comportamentos que formalizam as relações sociais, o que coloca a cidade num patamar dialético, contraditório, segregado, enquanto produto, condição e meio de um espaço social produzido historicamente (Rolnik, 1995). “Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto” (Rolnik, 1995, p. 52).

Outros atores sociais importantes na dinâmica de utilização da Travessa Jorge Amado são os flanelinhas que ficam posicionados na Avenida Prudente de Moraes e guardam os veículos dos frequentadores do Mercado. Eles estão presentes em todos os finais de semana e observou-se que os clientes, em grande maioria, contribuem com gorjetas. Além disso, os flanelinhas têm acesso ao Mercado para utilização de banheiro, por exemplo.

A segregação e contradição é percebida também no entorno da Travessa Jorge Amado. O trajeto até o campo de pesquisa normalmente foi feito a pé. Foram raras as vezes em que a locomoção até a Travessa foi feita através de automóvel. A intenção de caminhar foi observar com maior exatidão o ambiente que cercava a Travessa Jorge Amado. A região do Novo Centro está tomada por prédios de fachadas imponentes. Um contraste que se destaca é a presença do terminal rodoviário urbano e também de uma quadra liberada pela prefeitura para estacionamento de veículos. Além disso, a presença do Estádio Regional Willie Davids e da tradicional Feira do Produtor nas proximidades diferenciam-se das aparências do Mercado e do Novo Centro de Maringá. Com a implantação do projeto de revitalização do Eixo Monumental, a região ficará ainda mais homogeneizada aos padrões de beleza e modernidade, processo que, por si só, já é contraditório e segregativo.

Ao passar pelo trecho do terminal e estacionamento depara-se com pessoas que parecem ser trabalhadores e com carros populares no estacionamento, mas conforme se aproxima do Mercado, a paisagem muda. Os carros estacionados passam a ser luxuosos e os arranha-céus novamente aparecem. No entanto, também existem várias motos estacionadas ali, que durante as observações constatou-se ser dos funcionários do Mercado. Percebe-se assim que o entorno do Mercado é repleto de contradições. A Figura 17 apresenta o mapa da Travessa Jorge Amado, do Mercado de Maringá, e seu entorno.

materialidade do Mercado, afeta as pessoas. O aspecto imponente e elegante da decoração é uma forma dos que estão ali de demonstrar poder e demarcação territorial. No entanto, os “constrangidos” também possuem práticas espaciais e ações de territorialização, resistindo a todo esse processo (Souza, 2009).

O território, portanto, é entendido pela multiplicidade de poderes relacionais nele inseridos pelos diferentes agentes sociais (Haesbaert, 2005). Nesse sentido, o espaço urbano é segregado, fragmentado e repleto de desigualdades. Ele é um espelho da sociedade, um produto social, que ao mesmo tempo que é produzido, também influencia essa produção (Corrêa, 2004, Lefebvre, 2000). Nesse sentido, pode-se afirmar que o Mercado Municipal de Maringá apresenta elementos que encontram respaldo nos argumentos apresentados por Harvey (1996), onde o autor relata que o governo fornece condições para empreendimentos que procuram lugares para investir ou se instalar.

Corrêa (2004), já dizia que a atuação do Estado é no sentido de viabilizar as práticas de acumulação. Apesar do discurso de embelezamento da cidade, revitalização e atração turística, que aliás é predominante na cidade de Maringá, verifica-se que o Estado tem como objetivo muito mais o desenvolvimento econômico dos empreendimentos do que de reais melhorias sociais (Harvey, 1996). Percebe-se uma apropriação e dominação do Mercado Municipal na Travessa Jorge Amado, o que a transforma num território. Porém, a Travessa Jorge Amado também é território de eventos populares, que buscam manifestar ali uma identidade diferente e contrária da do Mercado. Por isso, compreender as relações sociais mantidas ali, suas subjetividades e materialidades, identidades e simbolismos, é uma forma de entender a dinâmica deste fenômeno social.

Com a discussão dos processos de territorialização, pode-se compreender as problemáticas da relação sociedade e espaço (Haesbaert, 2007a, 2009). É preciso considerar, conforme Haesbaert (2004a, 2007a), os sujeitos que exercem poder e controle nos espaços, indo além da dominação material, abrangendo também a dimensão simbólica, na multiplicidade de poderes relacionais incorporados nos agentes sociais envolvidos, nas suas lutas, resistências e afetividades.

A Travessa Jorge Amado está constituída de elementos físicos repletos de significados que também são agentes controladores, e ao estudá-los, possibilita-se entender como e porque as pessoas significam e organizam aquele território, como as pessoas se sentem afetadas pelas (i)materialidades a ponto de territorializar os espaços citadinos. Esses questionamentos serão discutidos na próxima seção, a qual direciona a discussão das chaves teóricas deste trabalho.

Dessa forma, a seguir, debate-se o afeto, o poder, a resistência, a segregação e a contradição dentro dos processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.

4.3 ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES, PODER, CONTRADIÇÕES, AFETOS, SEGREGAÇÃO E RESISTÊNCIAS NO TERRITÓRIO DA TRAVESSA JORGE AMADO

A discussão que se segue é uma argumentação articulada pelas chaves teóricas do afeto, poder, segregação, resistência e contradição. Toda a discussão é intermediada por essas chaves teóricas que se conectam aos conceitos teóricos deste trabalho e permitem uma análise acerca dos processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado de Maringá/PR.

4.3.1 AFETO

Quando os atores sociais habitam um espaço e tomam consciência, eles o transformam em um território (Haesbaert, 2007a). Assim, os atores sociais tomam consciência do mundo em que estão inseridos para territorializar os espaços, o que envolve identificação e apropriação (Andrade, 1998, Cara, 1998, Haesbaert, 2007a). Em outras palavras, a visão de mundo dos atores sociais está associada ao lado da cerca que se encontram, onde cada grupo experimenta a cidade conforme suas referências, e por isso, as (i)materialidades afetam os atores sociais de diferentes formas, excluindo-os ou permanecendo-os no território (Harvey, 2015; Honorato & Saraiva, 2016; Saraiva, 2009, 2019; Saraiva & Carrieri, 2012; Shimada, 2015; Viegas & Saraiva, 2015).

No processo de territorialização são estabelecidos campos de inserção de cada ator social, determinando os territórios que lhe são acessíveis, obrigatórios ou proibidos, através das fronteiras visíveis e invisíveis (Coimbra & Saraiva, 2013). Segundo Haesbaert (2004a, 2005, 2007a, 2007b), a identidade é um componente de poder que envolve tanto aspectos materiais como imateriais, já que controla física e simbolicamente os atores sociais através dos afetos. Por isso, buscou-se entender como as pessoas se identificam com aquele território e os significados de estar ali. Ou seja, como cada grupo de atores sociais se sente afetado. Os frequentadores do mercadão se sentem afetados a ponto de, ao tomarem consciência, territorializar a Travessa Jorge Amado.

Inicia-se essa discussão relacionando a cidade de Maringá com o Mercadão. Como já se apresentou aqui, há uma espécie de “pacto coletivo” em Maringá por parte dos agentes imobiliários e do poder público para transmitir aparência positiva, de cidade bonita, arborizada,

boa para se viver, e isso de certa forma se reflete no Mercado. Por exemplo, Gabriela gosta de Maringá porque é uma cidade que não tem muita pobreza: “Eu sou uma pessoa muito visual, então a cidade é bonita, a cidade é organizada, querendo ou não, infelizmente é que isso existe no mundo, mas você não vê muita pobreza (Gabriela, frequentadora do Mercado). Vadinho também gosta de Maringá, para ele a cidade é organizada e segura:

Uma cidade organizada, uma cidade bonita, uma cidade que tem acessibilidade, uma cidade segura, uma cidade bem arborizada, que não é muito grande mas tem boas opções de restaurantes para você sair, de vida noturna, de parques, passeios, ela é uma cidade hoje que tem uma qualidade de vida (Vadinho, frequentador do Mercado).

Os frequentadores também argumentaram nas entrevistas que essa lógica de Maringá faz o estilo do Mercado. Um lugar padrão, bem arrumado e que combina com a cidade. Nacib acredita que o Mercado “tem que seguir a ideia de planejamento do município para não destoar...não pode ser um jardim cheio de tiririca. Tem que ser um negócio legal, condizente com o público que vai atender” (Nacib, frequentador do Mercado). A frequentadora Lívia acha que “por isso o Mercado deu tão certo aqui. Foi uma tentativa que fizeram e agradou todo mundo, porque vem ao encontro com toda a rotina da cidade. Pessoal gosta disso, dessa liberdade, dessa flexibilidade” (Lívia, frequentadora do Mercado).

São respostas que permitem a compreensão de uma relação entre Maringá e o Mercado. Como defende Saquet (2009), a territorialidade está diretamente relacionada com as identidades dos lugares e com as relações históricas e geográficas de cada lugar. Por isso, toda a história de Maringá reflete como os frequentadores do Mercado se identificam com a cidade e também com o Mercado.

Diferente das respostas dadas pelos frequentadores, as respostas fornecidas pelos representantes dos eventos populares transmitem outra forma de afeto com a cidade. Para Baldo há uma preocupação em promover uma cidade bonita no centro, o que não acontece nas periferias:

Tem que ter shows e concertos na periferia também. Mas ao mesmo tempo trazer para o centro. Tem momentos na cidade que tem que vir para o centro, que todo mundo tem que vir para o centro. Em outros momentos você leva para a periferia também, para fazer as duas coisas...porque a rua do bairro não tem gente varrendo todos os dias? Porque No fundo de vale não está aparada a grama? Não está bonito? Não tem flores? Então essas coisas na cidade têm que ser de maneira

igual, porque todo mundo paga imposto, todo mundo é cidadão (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

Pedro Bala acredita que Maringá é “uma cidade formada pelo consumo, para gastar, andar com roupa bonita...que é uma cidade feita pela elite para elite” (Pedro Bala, FLIM). Ele relata que em Maringá assuntos como a pobreza não são tratados e divulgados abertamente, e quando questionado se isso seria uma estratégia para transmitir uma imagem de uma cidade bonita e boa para se viver ele respondeu:

Eu tenho certeza disso... A história de Maringá é construída a partir dessa ideia de eldorado...para atrair pessoas para cá, a Companhia Melhoramentos anunciou no Brasil todo, venham para o eldorado.... Só que se desenvolve [a cidade] para um grupo x, o grupo y marginalizado não recebe essas benesses e o poder público também não alcança esse público, e aí é um problema (Pedro Bala, FLIM).

Pedro Bala também se posicionou quanto ao projeto da Prefeitura Municipal de revitalização do Eixo Monumental. Para ele o projeto parece interessante, mas “a questão é, novamente, e a periferia? Vamos fazer isso aqui [revitalizar o eixo]? Vamos, claro, mas e a periferia?” (Pedro Bala, FLIM).

Como defende Haesbaert (2007a) os territórios são de diferença, de antagonismo entre as comunidades, em uma multiplicidade de identidades. As ocupações territoriais dos espaços da cidade, por isso, estão relacionadas às vivências sociais (Medeiros, 2009). Assim, a percepção dos atores sociais é diferente em relação a cidade de Maringá, o que auxilia na compreensão de como esses diferentes grupos se identificam com a Travessa Jorge Amado.

Com relação aos afetos dos frequentadores do Mercado com a Travessa, eles se sentem seguros, à vontade e em casa naquele ambiente. Existe uma série de fatores que contribuem para isso, os quais passam a ser detalhados agora. Lembrando sempre que essa representação, essa afetividade, essa identificação, já são formas de territorialização e demonstração de poder.

Para muitos, a área externa e aberta remete a praia e ao verão, o que ajuda com que se sintam tranquilos e à vontade. Gonzales, prestador de serviços para o Mercado, acredita que a área externa “dá aquela impressão que parece que o mar é logo ao lado...essa questão do ar livre...tem essa questão que eles colocaram os restaurantes na parte externa, e tem um ‘quezinho’ com a natureza, tem a jardinagem...te dá um ar de estou em casa” (Gonzales, Mercado).

Para Livia, a área externa “traz esse clima agradável...até lembrando um pouco dessa área de piscina, de praia, que não é o caso ali, mas é essa a sensação. O paisagismo que mudou com o tempo [na Travessa] foi fundamental para trazer esse clima. (Livia, frequentadora do Mercado). Dona Flor gosta de ficar sempre na parte externa do Mercado, para ela, como é um lugar é aberto, ela fica mais tranquila e à vontade: “é aberto, por ter a parte ali de fora, tanto que eu nem fico lá dentro, eu gosto mais da parte de fora, a gente fica mais à vontade, é um lugar aberto, pode ficar mais tranquilo” (Dona Flor, frequentadora do Mercado).

Evidencia-se a dimensão natural do território, disposta para atender as demandas dos atores sociais. Além da dimensão política e econômica e cultural, o território também está atrelado à natureza, na forma que os atores organizam o espaço e dão significado (Haesbaert, 2005). Para Nacib, “essa mescla de cidade grande com jardim no meio, onde você pode ter aquele momento de lazer... acho que te remete à natureza. Acho não, tenho certeza” (Nacib, frequentador do Mercado). A dimensão natural se concretiza como uma expressão de poder material e simbólico.

No Mercado, a dimensão natural está muito conectada à decoração do local, a qual também é um motivo dos frequentadores se sentirem em casa. Ou seja, a materialidade se enche de simbolismo, como um instrumento de poder e, com o tempo, passa-se a agir mais sobre a imagem da realidade do que sobre os próprios objetos (Raffestin, 1993).

Teodoro Madureira contou na entrevista que quando olha para o Mercado o considera imponente. Glorinha também gosta dos aspectos decorativos. Ela conta que o que mais chama sua atenção é o jardim: “Quando está frio eu gosto bastante dos foguinhos que eles colocam para aquecer...acho que o visual é bem bonito, ... e com as luzes está bem legal” (Glorinha, frequentadora do Mercado).

Mara gosta de todo o conjunto decorativo. Ela conta que “o ambiente em geral me chama muito a atenção. É muito bonito o lugar, então todo o conjunto da obra é muito atraente e harmônico” (Mara, frequentadora do Mercado). Vadinho conta que a parte externa é um lugar muito legal “porque mesmo com o sol tem aquele ombrelone que traz uma sombra, um ambiente agradável...traz um conforto bom [sic]”.

Não necessariamente os frequentadores acham a estrutura dos barracões do Mercado bonita, mas, mesmo assim, acreditam que através da decoração que o Mercado faz, acaba tornando o lugar agradável. É o caso de Gabriela: “mesmo não sendo bonita, eles tiraram e tiveram uma visão para montar aquilo lá. Você acaba colocando um ombrelone, um negócio que fica um pouco diferente. Quando você vai no inverno eles colocam aquelas salamandras,

que esquentam, então te dá um ar mais de luxuoso” (Gabriela, frequentadora do Mercado). Tudo isso, segundo Livia e Gonzales, contribui para que a parte externa do Mercado tenha um ar de casa. “As pessoas com certeza se sentem mais à vontade. Acredito que o ambiente influencia totalmente para você se sentir bem em estar ali” (Livia, frequentadora do Mercado).

Eu acho legal isso que eles fazem, como a parte do jardim, a parte externa, acho que isso favorece e dá esse ar de casa...essa sensação de conforto e de estar à vontade. É uma extensão meio de casa, e como eles colocam muito essa parte da decoração que te deixa à vontade (Gonzales, Mercado).

Essa proposta de decoração é intencional por parte do Mercado. Nilo Argolo conta que:

É uma estratégia. Nós temos aqui uma equipe de marketing que cuida do nosso marketing, e ao mesmo tempo os lojistas têm um cuidado especial em tematizar o nosso ambiente. Para sempre estar criando mudanças...a gente gasta, a gente tem uma verba para isso. Você vê a nossa praça de frente, que é uma praça pública, mas nós decoramos ela inteira. Foi tudo recurso nosso. Então não é recurso da prefeitura na nossa praça, é recurso nosso na praça da Prefeitura. É diferente. O Mercado que cuida. Por exemplo, a gente às vezes por problemas de vandalismo, pessoas más intencionadas vão lá e arrancam uma planta nossa, a gente repõe essa planta com recurso nosso...então a gente acaba cuidando da área e a gente acaba gostando daqui (Nilo Argolo, Mercado).

Assim, há uma proposta do Mercado em deixar o ambiente daquela forma, o que, em conjunto com os clientes, acabam territorializando a travessa por meio das (i)materialidades do território, num lugar bonito, aconchegante. Isso se estende para além do Mercado e dos seus frequentadores. Os trabalhadores que ali transitam também gostam da decoração. Caboclo Raimundo gosta muito do jardim que é bem cuidado. “[Traz] bastante alegria, de estar trabalhando aqui perto, do lado desse jardim...é difícil o dia que não tem pessoas fotografando” (Caboclo Raimundo, Transeunte). Arminda também contou que “sempre tem gente passando na área de jardim tirando fotos”. Ao estar ali ela sente “tranquilidade, você vê que é um lugar tranquilo” (Arminda, transeunte).

Além de gostarem de estar no Mercado por se sentirem na praia, em um ambiente aberto, bonito e decorado, os frequentadores também se identificam com a Travessa porque encontram pessoas bonitas ali. Francisco acredita que no Mercado “normalmente o pessoal é bem arrumado, uma galera bonita que frequenta e a gente acaba preferindo ficar lá” (Francisco, frequentador do Mercado). Opinião que segue o cliente Mestre Manuel, o qual acha “o povo e o lugar bonitos, bem arrumadinhos, comida boa, limpa, de qualidade” (Mestre Manuel, frequentador do Mercado).

Para Quincas Berro D'água, no Mercado, o “povo é mais pacífico. Um povo mais educado, um povo que não fica te incomodando, um pessoal que tem mais respeito...um pessoal civilizado” (Quincas Berro D'água, frequentador do Mercado). Gabriela gosta de estar ali, pois se sente de igual para igual: “você acaba vendo gente mais bonita, isso parece ser tão frio, mas é, você acaba vendo gente mais bonita...eu falo das pessoas bonitas porque você se sente no ambiente...meio que de igual para igual” (Gabriela, frequentadora do Mercado).

São relatos que demonstram como a produção socioespacial da Travessa afeta os que ali estão. Através das relações espaciais de poder, se produz uma identidade que classifica, separa, controla e distingue os grupos sociais (Haesbaert, 2004a), assim, na Travessa, os que estão no Mercado se consideram confortáveis e tranquilos. Essa afetividade também foi justificada pelo fato de o Mercado ser um lugar seguro e privativo para os frequentadores.

Zé Fuinha e Almiro contam que a área externa do Mercado é um lugar privativo, e que a cerca ajuda a separar o lugar e mantê-lo seguro e privado, deixando-o mais reservado. Pedrito Gordo argumenta que mesmo o espaço sendo público, o fato de o mercado utilizar a cerca, o torna bom para o público que frequenta, já que fica seguro e privativo. Francisco conta que “me sinto seguro. Ali a gente, pelo menos, eu nunca fiquei sabendo de nada, e das vezes que vou, foi bem tranquilo” (Francisco, frequentador). Vadinho conta que nunca viu nenhum assalto ou algo que colocasse a sua vida em risco. Quando questionado quanto à presença de andarilhos e ambulantes ele conta que “tem bastante segurança, então eles não chegam perto” (Vadinho, frequentador do Mercado).

Essa presença de seguranças e cercas ajuda o Mercado a controlar as fronteiras do seu território e manter a separação dos que estão do “lado de dentro” e dos que estão do “lado de fora”. Ou seja, as grades ajudam a separar os “iguais” dos “diferentes”, por isso, a identificação das pessoas com o território, também é componente de poder, e envolve materialidade (cercas, seguranças), e imaterialidades (estar entre os iguais). Esse símbolo do território é utilizado como estratégia de dominação, fruto das relações políticas, econômicas, culturais e naturais (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b).

A presença dos seguranças no local é justificada pelo Mercado por dois motivos:

Nós temos seguranças hoje, basicamente, por dois motivos. Primeiro que onde você vende bebida alcoólica você tem que ter um cuidado especial com o outro, porque, evidentemente, você não pode achar que todos vão ter um bom comportamento. Então a gente precisa ter uma segurança mais especial. Segundo porque também nós temos um público [classe] ‘A’ que vem aqui, e quer sentar lá fora, quer se sentir lá fora, mas ao mesmo tempo ele quer também ter a coisa

de não vir uma avalanche de um roubo, de um arrastão, de alguma coisa...então são fatores em que a gente tem vários trabalhos a parte para conseguir um resultado. Porque, na verdade a gente quer passar isso mesmo [imagem de segurança] (Nilo Argolo, Mercadoão).

São ações percebidas pelos que estão ali. Gonzales conta que:

Não tem como deixar de ver que lá tem segurança. Que você se sente, que você está num lugar elite, num lugar legal, mas que você está beleza, que você está seguro, que você está na rua, você está à vontade, mas você está seguro. Você está ao ar livre e seguro. Eu acho que isso conta bastante para o lugar (Gonzales, Mercadoão).

Gabriela conta que por ser muito emotiva, prefere estar em locais que não perceba a distinção de classes sociais:

[Eu sou] uma pessoa muito coração mole. Então assim, se eu estou em um lugar que as vezes chega um ambulante, que vira e mexe isso acontece, vendendo flores, vendendo bolo de pote, que seja, me sinto mal. Eu me sinto muito mal. Já teve vezes de eu quase começar a chorar na mesa...eu fico pensando muitas vezes na diferença, de tipos de classe, de que um tem e outro tem pouco...ali, querendo ou não, parece que você está no mesmo meio...você acaba não vendo essa diferença, então você acaba sendo um cego. Se sentindo bem pela ignorância. E isso acaba te motivando a ir lá, do que às vezes ir em um lugar que você sabe que isso pode acontecer...[ali] você não sente isso. Você está ali, está na mesma onda que todo mundo...você está surfando a mesma onda (Gabriela, frequentadora Mercadoão).

Os frequentadores do Mercadoão gostam de estar ali, pois estão entre os iguais, seguros e não são incomodados pelos diferentes. Como defende Haesbaert (2009) nos casos dos muros, cercas e legislações restritivas aos fluxos migratórios, que se espalham pelo mundo numa tentativa de exclusão. Por ser um lugar requintado, os bares oferecem produtos com preços mais elevados, o que atende as demandas de públicos com maior potencial econômico. Nesse sentido, as barreiras físicas de contenção são postas para controlar os “criminosos”, os pobres, os de “classes perigosas”, as “ameaças” (Haesbaert, 2009). Quando o Mercadoão de Maringá e seus frequentadores territorializam a Travessa eles desejam conter o outro, e manter suas identidades, o que se reflete nas afetividades presentes ali, como se sentir em casa, seguro, à vontade, tranquilos, libertos e aconchegados.

São ações de territorialização que permitem que os que estão do lado de dentro das grades se sintam representados, entre os iguais, sem ser incomodados. Eles estão ao ar livre, consumindo seus produtos, com preços, roupas e estilos, com os quais se identificam. O que

diz muito sobre a identificação, o motivo e os sentimentos de estarem ali. O Mercado se torna um ponto de encontro gostoso para reunir e encontrar os amigos. Ou seja, a classe que ali frequenta se identifica com o mercado, com os preços praticados, com as vestimentas, decoração e segurança. Isso mostra quem domina e pode ocupar aquele espaço territorializado, através dos significados das materialidades como forma de representação e apropriação.

Dona Flor diz: “eu me sinto confortável. Eu me sinto bem confortável assim, como se eu estivesse num lugar que eu fosse bem-vinda” (Dona Flora, frequentadora do Mercado). O sentimento de Glorinha e de Francisco é de aconchego. Teodoro Madureira se sente “bem acolhido. Ambiente bom, gostoso, tanto fora quanto dentro...qualidade de comida, um preço justo e variedade muito boa” (Teodoro Madureira, frequentador do Mercado). Lívia conta que “me sinto à vontade. É um local que eu gosto de estar...me sinto à vontade, me sinto em casa...posso ter essa liberdade, é um ambiente agradável para frequentar e para estar durante o dia...essa liberdade de poder ficar ali (Lívia, frequentadora Mercado).

Francisco conta que o sentimento é de:

Sensação boa, seguro, aconchegado...se sente tranquilo, não se preocupa com mais nada estando ali...se você estiver em um boteco o ambiente não é muito tranquilo, [é] meio bagunçado, e você não sabe o que pode acontecer...e lá [no Mercado] você está tranquilo. Não tem bêbado caindo no chão. A galera tem um nível de educação um pouco maior, aparentemente (Francisco, frequentador Mercado).

Estando no Mercado, Mestre Manuel se sente tranquilo e Mara se sente feliz. Para ela, o fato de estar com pessoas que gosta e comendo uma boa comida, traz felicidade. O sentimento de Vadinho é “uma sensação de mais liberdade. Não é um local fechado e você consegue ver o dia. Me sinto à vontade, me sinto em casa” (Vadinho, frequentador). Nilo Argolo defende que “essa diversidade traz para o Mercado em que o cara se sente em casa. Porque é como você estar em casa mesmo. Em casa você está bem à vontade. Então isso é uma coisa que aconteceu no empreendimento” (Nilo Argolo, Mercado).

São relatos que mostram a afetividade dos atores sociais com a Travessa Jorge Amado e que confirmam quais sentimentos o levam a territorializar aquele espaço. Esse sentimento de afetividade e identificação torna o Mercado um lugar gostoso para reunir os amigos. Isso faz com que esses atores territorializem a Travessa para promover esses encontros.

Como afirmam Teodoro Madureira, Vadinho e Mara. O Mercado “é um lugar gostoso para se ficar...é um ambiente bem gostoso, lugar agradável” (Teodoro Madureira, Frequentador

Mercadão). “Meus amigos geralmente estão lá também, então é um ponto de encontro...é um lugar que você chega e encontra bastante pessoas conhecidas” (Vadinho, frequentador Mercadão). “Um ambiente muito descontraído de estar. A gente encontra uma galera, é um ponto de encontro. Você convida alguns amigos para ir jantar e acaba encontrando outros...virou uma referência da cidade.” (Mara, frequentadora do Mercadão).

Todo esse conjunto de ações, desde a decoração, cercas e seguranças por parte do Mercadão, até a identificação dos frequentadores com os aspectos (i)materiais, resultam na territorialização destes atores sociais na Travessa Jorge Amado. Através do espaço, as relações de poder realizam funções e produzem significados. Essas relações territorializantes desdobram-se num continuum entre dominação política-econômica, e cultural-simbólica (Haesbaert, 2004b).

Existe uma estratégia material do Mercadão ao territorializar a Travessa, em cercar o espaço, em decorar, em colocar seguranças, em praticar preços elevados. Materialismo que gera uma afetividade com o local nos frequentadores. Assim, essa materialidade representa segurança, aconchego e igualdade. Esse conjunto de (i)materialidades faz com que esses atores se apropriem e dominem a Travessa Jorge Amado como seu território. Em outras palavras, a territorializem. Essa territorialização faz com que o acesso à parte externa do Mercadão na Travessa Jorge Amado seja controlado. Através das cercas, decoração, seguranças, estilos e preços praticados, acaba havendo uma seleção de quem tem acesso àquele território.

Resultante dessa territorialização do Mercadão e seus frequentadores na Travessa Jorge Amado, ocorre uma conjugação de identidades praticadas pelos atores sociais (Picheth & Chagas, 2018). Para muitos que ali estão frequentar o Mercadão se tornou símbolo de status social. Se tornou uma forma de mostrar que pode estar ali, que pode consumir os produtos que são oferecidos, que faz parte de determinada classe social, que têm acesso ao Mercadão. Assim, como produto dessa territorialização, a territorialidade exerce controle por meio da identidade (Haesbaert, 2007; Picheth & Chagas, 2018). Como forma de afirmação e transmissão de uma imagem positiva, muitos frequentadores, quando estão no Mercadão, estão sempre bem arrumados, tiram fotos e publicam em suas redes sociais.

Para Teodoro Madureira:

O Mercadão criou meio que um status...é um pouco mais elitizado, então, atualmente significa um padrão de vida mais elevado. Mas mesmo que a pessoa, por exemplo, não queira aparentar esse status, se ela está me dizendo que está no Mercadão, ela está aparentando” (Teodoro Madureira, frequentador).

Francisco argumenta que há um padrão entre os frequentadores. “É bem padrão. Cara mais da alta sociedade. Não que todo mundo que frequente seja, mas a impressão que dá, é que todo mundo que vai lá pelo menos quer ser... frequentar significa status, vai lá para falar que está lá (Francisco, frequentador Mercado). Pedrito Gordo acredita que o Mercado é lugar de classe alta, e que frequentar o Mercado é sinônimo de status social. Para ele as pessoas vão ali não pelo que vende, mas por estar no Mercado.

Para Pedro Bala, o Mercado é um lugar onde as pessoas vão se tem dinheiro, e por isso, esse status social e acolhimento dos frequentadores com o Mercado tem relação com a proposta do lugar e a classe dos frequentadores.

Tem essa questão da higienização...aqui você só vem se você tem dinheiro. Aqui a gente quer gente tal. Eu sinto que o Mercado é um desses espaços de modo geral. Porque honestamente falando, o que o Mercado vende que os outros espaços não vendem?...então para você ir lá, tem a questão de status...você se sente bem porque alguma coisa diz respeito a você...Tem um acolhimento ali. E talvez para as pessoas dessa classe, o acolhimento faça sentido ali...ganho bem, estou bem, estou num lugar que as pessoas me veem, e sabem que eu ganho bem (Pedro Bala, FLIM).

Baldo acredita que “tenha o status dela estar ali, tem para ela se sentir segura, não querer se misturar” (Baldo, Afro-brasileiro). Ele relata a falta de interação entre os públicos do Mercado e dos eventos populares. Percebe-se assim, como os diferentes grupos se sentem afetados pelo território. Glorinha conta que “para muitas pessoas é um ambiente de status. Estar aqui para querer aparecer” (Glorinha, frequentadora Mercado). Pensamento que acompanha a opinião de Dona Flora. Para ela estar no Mercado “virou um pouco de status: estou no Mercado” (Dona Flor, frequentadora Mercado).

Nacib acredita que fruto desse status de frequentar o Mercado, não necessariamente quem está lá é uma pessoa com dinheiro. Ele conta ironicamente que “não só o pessoal da grana, tem quem vai lá para se pagar. Que não tem nada, mas vai lá para se bancar de eu tenho...ir no Mercado é status. Sou High Society estou no Mercado. Você não está no Mercado, você é bosta, vai morrer passando fome” (Nacib, frequentador Mercado).

Os que têm a oportunidade de frequentar o Mercado de Maringá, possuem uma distinção social por poderem estar ali. Na entrevista com a frequentadora Gabriela, ela narrou o dia que estava no Mercado e, quando percebeu a presença de uma de suas funcionárias, se sentiu envergonhada por estar transparecendo a imagem de frequentadora do Mercado para

ela. Gabriela argumenta que mesmo a pessoa não querendo transparecer essa imagem de status, “quando você está lá, você quer transmitir [essa imagem]” (Gabriela, frequentadora Mercadoão).

Outro dia eu estava lá [no Mercadoão] ...eu fui com minhas amigas. Eu estava lá com elas, todas bem vestidas. Eu estava lá sentada e eu vi uma funcionária minha com o marido...eu não estava com preconceito nenhum, só que eu fiquei com vergonha...de eu estar lá, mostrando nu e cru quem eu era. Que era a menina ‘cocotinha’, ali bebendo, gastando e que se dane, no meio do mercadoão. Foi num sábado na hora do almoço. Eu fiquei pensando, tomara que ela não tenha me visto. Eu não queria que ela me visse naquela, sendo aquela pessoa (Gabriela, frequentadora Mercadoão).

Criou-se, portanto, uma imagem e um significado de estar e poder estar no Mercadoão. Ao territorializar um espaço, os atores sociais buscam coesão de identidades (Haesbaert, 2012). Os atores sociais significam os espaços concedendo-os identidade e características de pertencimento, através das formas de poder intrínsecas as relações sociais, que envolvem laços subjetivos, identitários, afetivos (Alcadipani & Almeida, 2000; Fischer, 2010; Haesbaert, 1997; Mac-Allister, 2003; Pereira & Carrieri, 2005; Picheth & Chagas, 2018; Saraiva et al., 2014).

Existe um status social em frequentar o Mercadoão, o qual é muito fruto da proposta que se tem ali de lugar arrumado, caro, bonito. E que no caso da frequentadora Gabriela, por mais que ela goste de estar ali e tenha acesso, ela não quer transparecer isso. Essa questão de status social em poder estar ali, afeta os frequentadores, fazendo-os estarem sempre arrumados e postando fotos, o que resulta num estilo padrão entre os clientes. É o que acredita Vadinho.

As pessoas vão muito arrumadas, então isso acaba criando meio que um modelo. Não que você precise, porque é um bar como qualquer outro, mas como as pessoas vão muito arrumadas, as pessoas buscam seguir esse padrão para não ficar fora do padrão do ambiente (Vadinho, frequentador Mercadoão).

Para Gonzales, esse padrão na maneira de se vestir é um reflexo da imagem que muitas das pessoas querem transparecer. “Não vou falar que é a maioria não, mas vão sim [arrumadas]. Uma boa parte delas vão sim. Porque tem a questão da imagem, vão filmar, vai ter gente filmando, postando foto, então a galera vai sim” (Gonzales, Mercadoão).

Mara conta que: “chegou no Mercadoão, a galera posta ‘stories’ para falar que está lá...a galera quer estar bonita para aparecer...estou gastando” (Mara frequentadora Mercadoão). Teodoro Madureira diz que as pessoas “vão lá, postam fotos tomando drinks, porque é uma relação de status. Para mostrar que está no Mercadoão, que não tem miséria” (Teodoro

Madureira, frequentador Mercado). Mestre Manuel acredita que os frequentadores “tiram fotos e postam para mostrar que está lá” (Mestre Manuel, frequentador Mercado). Livia segue a mesma linha de raciocínio. “É um local que a gente percebe, pelos outros amigos, pelas redes sociais que a gente acompanha, que é um local que as pessoas costumam postar fotos sim. Geralmente é um local que valoriza...traz um status” (Livia, frequentadora Mercado).

Pedro Bala conta do dia em que ao ser convidado para ir com amigos no Mercado, uma de suas amigas, que estava em casa desarrumada, para poder ir ao Mercado foi se arrumar, e ao chegar no Mercado passou a tirar e postar fotos. Para ele, se arrumar é quase um ritual para poder ser aceito naquele território.

Eu lembro que a gente estava na casa dela, e ela super desarrumada, dia a dia né? E umas amigas chamaram ela para ir ao mercado...ela se arrumou...e aí foi dia de foto no instagram, marcação no facebook que estava no Mercado...o seu dia a dia você não quer compartilhar...agora se você vai ao Mercado, você vai arrumado, você publica que está lá, você tira foto e marca o Mercado, você pega seu melhor ângulo e marca que está lá...uma necessidade de afirmação, de falar eu posso estar aqui. Olha a minha vida é boa, eu estou aqui. E naturalmente você pensa, que pessoa bonita, que pessoa saudável, arrumada. Como outras pessoas naquele ambiente estão fazendo isso, arrumadas, postando, marcando o Mercado, você não pode ser um zé mané que vai lá, você tem que se arrumar, postar e marcar o Mercado, então você cria toda uma cultura...é quase como se tivesse um ritual para você ser aceita, é como se tivesse uma iniciação para você estar presente (Pedro Bala, FLIM).

Ou seja, existe uma preocupação em seguir a identidade do local, em que as pessoas estão sempre arrumadas e querendo transmitir uma boa imagem. Como na fala de Nacib: “Você vai lá parecendo um mendigo? Se você não for arrumado lá, você é o patinho feio” (Nacib, frequentador Mercado), e na fala de Livia: “Tem um certo padrão...é um local que você tem uma preocupação. É um local que as pessoas costumam se arrumar um pouco sim” (Livia, frequentadora Mercado). Gabriela, mesmo acreditando ser um lugar para estar mais à vontade, acaba se arrumando para não destoar.

Eu acho que é um lugar para ir mais de boa. Mesmo ele sendo bonito, eu acho que seria um lugar para ir vestido mais de boa. Mas, desde quando começou esses restaurantes, começou a ter essa pegada de se arrumar e ir no Mercado. Ai você sempre vai na onda. Você não vai ser a única lá vestida feia que acabou de sair do treino da academia, ou de calça de ginástica. Então sempre coloca um salto, que eu não sou do salto, mas eu coloco salto. Ou uma roupa mais arrumada. Arrumo o cabelo, faço uma maquiagem (Gabriela, frequentadora Mercado).

Essa necessidade que se criou de precisar ir arrumado, acaba selecionando os frequentadores. O afeto acontece quando a pessoa deixa de ir no Mercado porque não tem roupa conforme o padrão, ou quando ela se ajusta ao padrão para poder fazer parte daquele grupo. Mara conta quanto às vestimentas:

Seleciona muito. Às vezes a galera fala que não tem roupa para ir no Mercado. Porque é algo que as pessoas vão tão bem arrumadas para mostrar algo, que é algo que acaba inibindo alguém que tem muita vontade de conhecer o local, e acha que não pode...A galera que liga mais para status, que pensa o que as outras pessoas vão pensar, quem acha que não consegue estar lá, acaba inibindo essas pessoas (Mara, frequentadora Mercado).

Dessa forma, por mais que não existam formalidades que impeçam as pessoas de frequentarem aquele território, existem códigos (i)materiais que constroem alguns, por exemplo através da cerca, dos seguranças, dos produtos vendidos, das vestimentas e do significado de estar no local. Deste modo, a identidade, ao gerar esses afetos nos indivíduos, exerce um controle, seja ele o mais explícito de dominação, ou o mais implícito de apropriação (Haesbaert, 2005).

Por exemplo, Pedro Bala acredita que o Mercado é um local elitizado, e que mesmo nas poucas vezes que ele foi ao Mercado não tenha tido sentimentos ruins, por ser muito gourmet, não faz seu estilo.

É um espaço de elite, feito para elite. É um espaço gourmetizado. Eu gosto muito de boteco...boteco de cerveja barata, mas cerveja boa...não tive sentimentos tão ruins [quando foi ao Mercado], mas não faz muito meu tipo. Eu gosto de conversar, ficar de boa. Aí conversa com o garçom, conversa com não sei quem. E o Mercado tem todo esse negócio de você ir ao Mercado, você tem que ir bem arrumado, você tem que estar bonito. Às vezes eu só estou de boa. Coloco um chinelo, uma calça...vou tomar uma cerveja e fico de boa. Me parece que lá não (Pedro Bala, FLIM).

Assim, nem todos se identificam com aquele território e, por isso, quando se estuda os processos de territorialização, é preciso considerar as múltiplas manifestações de poder relacionais entre os atores sociais, envolvidos nas lutas, resistências e afetividades (Haesbaert, 2007a, 2007b). Desta forma, ao estudar os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado, deve-se considerar não somente os frequentadores e o Mercado, mas os demais atores sociais que ali se encontram e que também territorializam aquele espaço.

São atores que se chocam entre si, através dos poderes relacionais nas suas estratégias de produção (Raffestin, 1993). Existem múltiplas manifestações de poder através dos múltiplos atores sociais envolvidos nas territorializações (Haesbaert, 2007b), e, portanto, Haesbaert (2007a) fala da multiplicidade de territórios e da multiplicidade de identidades (Haesbaert, 2007a). O que, na Travessa Jorge Amado não é diferente. Para além da territorialização do Mercado e frequentadores, há também uma apropriação e dominação dos populares através dos eventos. Deste modo, apesar de realizados em determinadas épocas do ano e não serem de instalação permanente, são eventos que territorializam a Travessa e trazem um perfil mais popular para o espaço, ao contrário do Mercado. Assim, a Travessa passa a ser palco de múltiplas territorializações, numa disputa entre os atores sociais, por meio dos diferentes interesses e das múltiplas afetividades.

Para Pedro Bala, a territorialização dos populares na Travessa Jorge Amado é importante, na medida em que proporciona eventos gratuitos para as periferias no centro, mostrando-as que também é possível que estejam ali:

Existem coisas que as pessoas não têm dinheiro para fazer. Sabe esse negócio de ir ao cinema, de ir ao shopping? Isso é uma coisa de classe média alta na cidade...então, esses tipos de atividades culturais em espaços públicos são mais do que necessárias. E eu vou além, eu acho que tem que ocupar espaços como do Mercado...eu acho importante esse tipo de embate. É bom que as pessoas ocupem esses espaços...é possível ver ações culturais públicas e gratuitas no centro. Então vamos brigar para não só ocupar esse espaço [Travessa Jorge Amado], mas também levar isso para outras regiões. É um território em disputa (Pedro Bala, FLIM).

Baldo acredita que os eventos populares ajudam a misturar os públicos. Para ele, são ações que fazem com que as pessoas ocupem e usem aquele espaço:

No caso nosso, o festival afro, a semana do hip-hop, podem acontecer ali [na Travessa]. A FLIM já acontece do lado...são coisas assim que trazem e que misturam os públicos. Os shows mesmo que o município têm feito, a virada cultural...são ações que vão fazendo com que o público comece a vir para ali, a estar naquele espaço. A usar e a ocupar o espaço realmente (Baldo, Afro-brasileiro).

Os frequentadores dos eventos populares também se identificam com “seu lado” da Travessa. Quando os eventos acontecem, eles contam que se sentem à vontade, pois não há nada que possa inibi-los, como seguranças, por exemplo. Baldo conta que não tem nenhum

impedimento, e é só as pessoas chegarem e sentarem ali para participar. Ele defende a Travessa Jorge Amado como um espaço acolhedor, e que por isso deve ser utilizado para esse tipo de ação. Ele relata a vivência em um dos shows populares que aconteceu na Travessa:

As pessoas sentavam na grama para assistir ao show. Ficavam muito à vontade...[era] popular...as pessoas que iam lá para fazer o show que a gente fazia. Elas chegavam e se acomodavam, ocupavam o espaço realmente e se sentiam em casa. Não tinha aquela questão. As pessoas chegavam, faziam as rodas, sentavam ali, traziam suas cervejas, seus refrigerantes, suas cadeiras, sentavam e assistiram aos shows. Então, não tinha essa, não tinha nenhum impedimento. Não tinha nenhum segurança. Ninguém que fosse inibir...chegava e ficava à vontade. Eu já estive lá enquanto organizador e enquanto usuário. Para assistir ao show, levei minha cadeirinha, minha família, sentei lá e assisti. É um espaço acolhedor nesse sentido, que deve ser realmente usado, que deve ser incentivado ações...é um espaço bom que deve ser realmente incentivado o uso ali (Baldo, Afro-brasileiro).

Através das falas dos atores sociais, identifica-se os diferentes afetos na Travessa Jorge Amado por parte de cada grupo. Enquanto os frequentadores do Mercado se sentem à vontade no Mercado por estarem seguros devido a presença de seguranças e por estarem em um ambiente de acesso privativo, nos eventos populares, se sentir à vontade está relacionado ao fato de não haver impedimento e seguranças. Além disso, no Mercado existe um padrão de vestimentas, formas de se portar e agir, que são resultados das representações dos aspectos materiais, repletos de decoração e luzes. Ao passo que nos eventos populares, as pessoas se sentem bem estando ali, sentadas na grama, com suas famílias, assistindo a um show. Ou seja, a Travessa Jorge Amado passa a ser palco de territorializações distintas. Territorializações que estão relacionadas às vivências dos indivíduos, suas produções materiais e simbólicas (Haesbaert, 2004a, 2007; Medeiros, 2009). Por isso, a Travessa é territorializada de formas distintas pelos diferentes atores sociais. O simbolismo por meio das crenças e atitudes, reflete e condiciona a organização espacial e a dinâmica do território (Medeiros, 2009).

Isso resulta em territórios diferentes, antagônicos, múltiplos (Haesbaert, 2007a). Existe uma segregação material, repleta de significações, que é consequência dessas apropriações dos espaços citadinos (Rolnik, 1995). Por isso, estudar os processos de territorialização (dominação e apropriação) envolve considerar as múltiplas manifestações de poderes por meio dos múltiplos atores envolvidos, suas lutas, resistências, afetividades, consciência e contradições (Haesbaert, 2007b). Assim, os processos de territorialização são condicionados pelas relações sociais, as quais estão estabelecidas pelas relações de poder (Haesbaert, 1994). Por isso,

discutido os afetos dos atores sociais na Travessa, passa-se a discutir sobre os poderes e resistências que constituem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado.

4.3.2 PODER E RESISTÊNCIA

A territorialização é o processo de dominação e apropriação dos atores sociais no espaço. Deste modo, estudar os processos de territorialização envolve considerar os múltiplos poderes por meio dos múltiplos atores sociais envolvidos nas disputas e resistências (Haesbaert, 2007a). O território precisa ser entendido pela multiplicidade de poderes relacionais nele incorporados, por meio dos processos de territorialização dos atores sociais (Haesbaert, 2005).

Portanto, são as relações entre os atores que condicionam e constituem o território por meio das relações de poder (Haesbaert, 2005). Esse exercício de poder entre os atores se dá no espaço, através do espaço e por meio do espaço. Constituindo um campo de lutas resultante dos poderes espaciais, que garantem o exercício provisório e instável do poder territorial (Ambrozio, 2013, Raffestin, 1993, Souza, 2010).

A Travessa Jorge Amado é um campo de disputas entre os diferentes atores sociais, os quais exercem seus poderes socioespaciais, para territorializá-la de diferentes formas. O modo como a Travessa está organizada, as suas fronteiras explícitas e implícitas, como as pessoas estão vestidas, o que consomem, quais seus comportamentos, suas funções, inter-relações, e quais os interesses naquele território, são formas de identificar as estratégias e o exercício de poder entre os atores sociais.

No caso do Mercado, há um exercício de poder por meio de aspectos materiais e imateriais para garantir o domínio e a apropriação sobre aquele espaço. Existem ali fronteiras, não necessariamente materiais, mas também representativas e identitárias, que buscam determinar quem pode e quem não pode estar ali.

Como desenvolveu Haesbaert (1994), o território é um híbrido entre as dimensões materiais e ideais, desta forma, os vasos, os preços dos produtos, a decoração do espaço, a grade e todo o aglomerado de elementos materiais que o Mercado dispõe para dominar a Travessa, também são formas de apropriação simbólica através da identificação dos atores sociais com esses aspectos materiais. São aspectos materiais que refletem a imagem que o Mercado deseja transmitir, de local elegante, arrumado, frequentado por pessoas de maior poder aquisitivo.

Nessa medida, os atores sociais que não se identificam com esses aspectos (i)materiais passam a não frequentar o Mercado.

Zé Fuinha contou que em certo dia uma travesti estava sentada nos bancos da Travessa e sua presença passou a incomodar os clientes que estavam no Mercado. Segundo relatou, ela estava apenas sentada no local, sem qualquer interação com os clientes. Para resolver a situação, os seguranças chamaram a polícia para retirar a travesti dali, e quando a polícia chegou, a Travesti já havia saído. Esse é um exemplo explícito de exercício de poder por parte do Mercado, num movimento de impedir que diferentes estejam na Travessa para garantir o domínio sobre aquele espaço.

Em um dia que estava no Mercado, Gonzales relatou que aconteceu uma parada gay na Travessa e seus arredores e que, mesmo que não houvesse nada escrito, existia uma linha invisível, numa divisão e proximidade entre os públicos. Ele conta que o Mercado forneceu pulseiras para seus frequentadores a fim dos seguranças visualizarem quem eram os frequentadores e controlarem o consumo. Gonzales já participou da parada gay e frequentou o Mercado, e achou interessante ter uma visão antagônica de estar dos dois lados.

Não chega a ser quem não pode, mas eles colocam um jeito de um código, tipo assim, você vai entrar se você for consumir. Não é para o pessoal não entrar. O que eu achei legal é que virou...[uma] questão quase capital, de você estar do outro lado da rua e estar tendo uma parada gay, aqueles carros, e ali a playboyzada, olhando assim. A gente entrou, sentou, e daqui a pouco as bichas [sic] faziam questão de entrar, entravam e tomavam um chopp. Estavam seminuas, para causar...[acho] interessante enquanto choque de culturas, porque tem essa diferença...Eu fui nas duas situações. Uma vez eu fui perto do caminhão para olhar, caminhamos juntos...e na outra situação...eu fui no Mercado e estava tendo, então eu estava dos dois lados, eu falei...é muito louco, interessante isso. Divisão e proximidade, uma linha muito fina, que você fala aqui é proibido, e não é. Se você é uma pessoa que está ali normal, ou até que não esteja, não é pelo fato de ser ou não gay. Pode entrar e consumir o chopp, não existe nada escrito, é uma linha invisível que a galera cria, que constrange quem se deixa ser constrangido...No fundo não tem a palavra público, mas é público, está aberto, não tem o porquê você não poder entrar...teve uns dias que eles [Mercado] fizeram pulseiras, mas eles fazem só um código para tentar segurar um pouco, o segurança visualizar, uma questão de consumo (Gonzales, Mercado).

Dessa forma, a Travessa pode ser compreendida não apenas como um espaço com fronteiras claramente definidas, mas como um espaço com múltiplos territórios que revelam relações marcadas pelo poder. Conforme relata Gonzales, mesmo que não tenha nada escrito, existe uma fronteira representativa que acaba constrangendo alguns e dizendo-os que são

proibidos de entrar, mesmo que não sejam. Neste exemplo, o Mercado por meio de pulseiras de identificação, tentou controlar o acesso ao seu espaço e conter os demais, no entanto, mesmo assim, os participantes da Parada Gay achavam caminhos para adentrar ao Mercado e gerar essa mistura de estilos, numa espécie de choque entre os poderes relacionais dos atores sociais em suas estratégias de produção do território (Raffestin, 1993).

Um outro exemplo de poder relacional na territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado foi quando houve um movimento por parte do Mercado para que a FLIM não fosse realizada ali. Pedro Bala diz que:

O que é diferente e não gera necessariamente dinheiro para aquele local, as pessoas excluem, a periferia nada mais é do que isso. Não existe uma política pública de fomento, ou uma ação que fale vamos ocupar esse espaço, isso é público, venham todos, venham...vamos fazer alguma coisa aqui. Isso vem acontecendo, ou aconteceu com o festival afro...e com a própria FLIM... 'ah' a gente não quer show aqui, e daí tiraram...volta naquela estação...aquela mistura de empresário com poder público. Pô, quem manda no negócio? Quem deveria supostamente ter a palavra final? O poder público. Isso aqui é um espaço público. A gente vai colocar pessoas aqui e são dois, três dias, vocês aguentam isso...Pessoas ligadas ao Mercado falaram isso, e a FLIM achou por bem fazer o evento na própria estrutura. Não que tenha sido ruim, foi muito legal, deu gente do mesmo jeito, foi muito legal, mas pensando nessa simbologia, na possibilidade de ocupar um espaço público, faz toda a diferença (Pedro Bala, FLIM).

A Travessa passa a ser um território controlado e delimitado por um poder político e econômico, num espaço onde se exerce o domínio. Domínio que vai para além de uma materialidade, envolvendo também uma apropriação identitária e subjetiva. Esses poderes, dentro das relações sociais, são conflituosos, heterogêneos, variáveis e intencionais (Haesbaert, 2004a, 2007b; Saquet, 2013).

Quando o Mercado deseja impedir o acesso de outros agentes, sejam eles da FLIM ou da Parada Gay, está interessado em manter seu domínio não somente físico sobre a Travessa, mas, também identitário quanto aos públicos que querem que estejam ali. Ele deseja uma coesão de identidades e práticas por meio de um ordenamento político (Haesbaert, 2012).

Através dos seguranças o Mercado controla quem pode e quem não pode estar na Travessa, reprimindo aquilo que consideram negativo e perigoso. São os casos, por exemplo, da travesti e da FLIM. A travesti foge dos padrões do Mercado, logo, não pode estar ali. Os clientes não querem ter contato com os diferentes, já que isso gera estranhamento. Ou seja, é

todo esse conjunto de coisas que, através do poder de resistência, desejam impedir diferentes formas de territorialização na Travessa.

São códigos de bloqueio, como o preço dos produtos, as grades, pulseiras para clientes, as roupas, a classe social, o estilo das pessoas, a decoração, que formam as linhas invisíveis de divisão e proximidade. Na seção anterior foram apresentados o afeto e a identificação dos frequentadores do Mercado com o empreendimento pelo fato de estarem entre os iguais e seguros. Nesse sentido, o Mercado exerce seu poder para garantir a continuidade de seu domínio sobre a Travessa. Por exemplo, impedindo os vendedores ambulantes de entrarem no Mercado para comercializar seus produtos.

Nas observações, o pesquisador constatou, por diversas vezes, os seguranças proibindo os vendedores ambulantes de acessarem o espaço interno às grades. Grade que também delimita os espaços acessíveis e cria uma fronteira do lado de dentro e do lado de fora. Perpétua foi uma das barradas pelos seguranças. Ela buscava vender seus guardanapos, mas os seguranças a impediram de entrar. Ela contou que durante a semana ela até consegue entrar devido ao menor número de seguranças, mas que aos finais de semana, é muito difícil. Disse que os seguranças alegaram que por eles deixariam entrar, mas que o dono do Mercado não os permite. Perpétua acha ruim não ter acesso ao Mercado, pois caso tivesse, venderia bem mais.

Tieta, vendedora de algodão doce, se sente chateada com tudo isso, pois segundo ela, só está fazendo seu trabalho.

Os seguranças não deixam vender em volta das mesas não. Não deixa mesmo...teve uma ocasião que eu tinha perguntado para a família se queria comprar algodão, até que o encarregado dos garçons me falou que eu não poderia vender nada ali. Ficou achando ruim comigo e falou que era para eu sair de perto da mesa. O pessoal que quiser comprar, eles têm que sair de volta da mesa, ficar ali...comprar em cima da cerca de ferro ou do lado de fora...Eu fico me sentindo muito chateada, muito magoada. Eu estou fazendo meu trabalho, e além da pessoa não me ajudar, fica atrasando muito meu lado (Tieta, Vendedora ambulante).

O Mercado através das grades e seguranças impede a entrada de ambulantes a fim de manter seus clientes tranquilos, à vontade e sem serem incomodados. Mesmo sendo um espaço público, se confirma um domínio e apropriação do Mercado em parte da Travessa. Rosa Palmeirão é vendedora de rosas e também não tem acesso para além da cerca. Mesmo achando ruim não poder entrar, ela usa suas táticas para interagir com os clientes e vender seus produtos. Ela conta que:

Aqui é ruim porque eu não posso entrar aqui dentro, mas mesmo assim ninguém me maltrata. Se eu falar que maltrata, não. Eu já tenho meus clientes, eu passo cantando...eu uso a tática. Eu já vendi oito rosas só nessa passada. Eu passo cantando...eu venho cantando ‘rosa vermelha, rosa amarela’, sempre mantendo um metro da grade...porque tem a grade de proteção aqui no local...e saio cantando...minha estratégia de venda é essa. Pena que não posso adentrar dentro do local, só que a gente tem que respeitar...Não sei se é para manter os clientes um pouco mais à vontade, justamente para não aparecer vendedores, porque se não, num certo ponto o Mercado tem razão, porque se não começa a virar uma zorra, porque aí vai um vender rosa, outro oferecer paçoca, outro oferecer chiclete, e assim vai indo, e acaba incomodando um pouco os clientes. Eu acho que colocaram a cerca por causa disso (Rosa Palmeirão, vendedora de rosas).

Conforme aponta o frequentador Francisco, “todos os lugares que a gente vai, a gente vê isso [vendedores ambulantes], e aqui a gente não vê” (Francisco, frequentador Mercado). Ou seja, esse impedimento faz sentido com a lógica de identificação dos clientes com o local. Eles estão seguros, a vontade e entre os iguais. Esse processo de territorialização do Mercado de Maringá na Travessa Jorge Amado, em que o Mercado Municipal exerce poder sobre o espaço, acaba selecionando os frequentadores.

A presença de seguranças por si só já é uma forma de transmitir uma imagem de controle. A questão é que essa presença dos seguranças possui diferentes significados para os diferentes públicos. Ao passo que os frequentadores se sentem seguros, os ambulantes se sentem inibidos. São estratégias que o Mercado utiliza para, não só mostrar domínio, mas para atender as demandas do seu público, que gosta da presença de seguranças: “Lá tem segurança...você...sente que está num lugar elite, num lugar legal, mas que você está beleza, você está seguro, você está na rua, você está a vontade, mas você está seguro, você está ao ar livre e seguro” (Gonzales, Mercado).

Mesmo que não haja nada escrito, existem fronteiras materiais, por exemplo as grades e os seguranças, repletas de imaterialidades, num simbolismo representativo de que alguns não podem estar ali. Portanto, a identidade e a representação também são formas de exercício de poder, numa ação de territorialização. E por isso, os significados e identidades dos atores sociais na Travessa Jorge Amado, se refletem em como organizam aquele espaço e se sentem afetados por ele (Haesbaert, 2005).

O poder está atrelado àqueles que controlam as mobilidades e fluxos do território (Haesbaert, 2009). No caso do Mercado, ele controla, em parte da Travessa, a entrada e saída de pessoas como forma de resistência a diferentes formas de ocupação. Como defendeu Haesbaert (2009), as territorializações, através de muros e cercas restritivas, buscam excluir os

diferentes devido a insegurança frente às ameaças imputadas no outro, naquele que deve permanecer do outro lado, numa diferença entre nós e outros. No entanto, os contidos resistem a essas dominações e sempre encontram caminhos alternativos onde possam transpassar.

Mesmo que o Mercado tente impedir os ambulantes de comercializar seus produtos, os vendedores acabam encontrando vertedouros. Seja cantando ao lado da cerca, seja interagindo com os clientes do lado de fora, os ambulantes atingem seu objetivo. Desta forma, mesmo com as tentativas de impedimento, os outros estão cada vez mais presentes no território do Mercado. Eles resistem às territorializações autoritárias de contenção e encontram saídas frente a esse embate (Haesbaert, 2009).

Mesmo que essas saídas estejam repletas de riscos e inseguranças, devido ao confronto desproporcional, os ambulantes territorializam a Travessa numa ação curta e instável, correndo o risco de a qualquer momento serem bloqueados pelos seguranças. São os territórios dissidentes e as práticas espaciais insurgentes que surgem como resistência aos poderes dos grupos hegemônicos por meio de processos de territorialização. Essas práticas espaciais constroem novas identidades ao ocupar e controlar os espaços, mesmo que sejam expostos ao risco de despejo e violência (Haesbaert, 2009; Souza, 2009; 2010).

Ainda, além da contenção não conseguir excluir totalmente os contidos, ela acaba por conter os próprios territorializados. Ao mesmo tempo que a cerca busca impedir que não frequentadores estejam no Mercado, ela também bloqueia e circunda os frequentadores dentro daquele espaço. Desta forma, quando os atores sociais desejam conter o diferente, eles também são contidos em seus distritos de acesso controlado (Haesbaert, 2009).

Apesar de todos esses códigos, o Mercado defende o seu ambiente como democrático, que pode receber todos os públicos, nas diferentes idades e estilos:

[o Mercado] é um local democrático. Nosso espaço é muito democrático, em que nós recebemos muita gente de um monte de estilo, muita gente de opções variadas em todos os sentidos, e aqui a gente não tem preconceito. Então um local sem preconceito já é um local que as pessoas acabam gostando bastante, porque você não chega aqui de shorts e bermuda e o cara te olha torto. Você não chega aqui de terno e gravata, como eu tenho muitos advogados e juízes que frequentam aqui, que vem às vezes com o traje do final da tarde do trabalho, e ninguém está achando aquele cara mais metido ou menos metido por isso. Então eu acho que o Mercado de Maringá conseguiu e consegue trazer essa democracia para cá, essa democracia de gostos e de interesses, e faz do local...bastante simpático (Nilo Argolo, Mercado).

Diferentemente da percepção do Mercado, os representantes dos eventos populares acreditam haver um público seletivo que frequenta o Mercado Municipal, e para eles, a democratização da Travessa Jorge Amado, está atrelada a realização dos eventos públicos.

Tem um público seletivo que frequenta o Mercado, e quando você leva para lá o Festival Afro-brasileiro, outros eventos populares, você começa a levar para lá parte da população que não é usuária do Mercado. Você começa a democratizar esse espaço. Porque ali é público. A Travessa é pública. No entanto, mesmo tendo as atividades lá, a gente percebe que não há uma interação dos públicos. Pessoal que vai lá frequentar [o Mercado] fica lá, e não frequenta os eventos que a gente faz ali. Cada um na sua, não tem uma mescla, [ficam] até olhando de maneira assim, mas é um processo. Tem que acontecer sempre para que eles passem a se acostumar com isso, nessa convivência realmente. Acho que é permitir com que a população, principalmente a população da periferia, tenha acesso...Tem que trazer esse pessoal para ocupar os espaços que têm no centro da cidade. Ocupar para usufruir do que tem ali (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

As falas de Nilo Argolo e de Baldo atestam as relações de poder e resistência entre os atores nos diferentes interesses e percepções sobre a Travessa. Enquanto o Mercado defende que todos podem estar ali, a percepção dos eventos públicos é que a democratização da Travessa só vai acontecer se os eventos populares passarem a territorializar aquele espaço trazendo a periferia para o centro. Pedro Bala defende que:

A questão é ocupar espaços, mostrar para as pessoas que é um espaço possível...disputar narrativas, espaços de poder, e pressionar o poder público para fazer eventos e divulgar os espaços....eu sempre acho estranho, estranhíssimo, porque tem o Mercado e aquela ocupação de mesas e cadeiras no espaço público, e tem uma parte do lado que é vazia...porque isso não é aproveitado com mais frequência? Porque não pode ter?...porque os hippies da rua não se organizam e fazem uma coisa lá?...não, é sempre um espaço vazio (Pedro Bala, FLIM).

Parte da Travessa Jorge Amado é territorializada pelo Mercado num domínio e apropriação constantes e fixos, porém, a realização de eventos populares do outro lado traz novas formas de territorialização como resistência à territorialização realizada pelo Mercado. Os representantes defendem a realização desses eventos como uma ocupação afirmativa em que os diferentes podem sim estar ali. Isto é, o exercício do poder se dá, não somente no espaço, mas através do espaço e por meio do espaço (Souza, 2010). Os grupos de resistência territorializam espaços ociosos para concedê-los novas finalidades, em oposição a linguagem amplamente difundida de revitalização, gentrificação e planejamento urbano, que já se tornaram

comuns no cotidiano das cidades (Souza, 2010). A realização de eventos possibilita que os populares territorializem o outro lado da Travessa e exerçam um poder contrário ao do Mercado, resistindo aquela única ocupação.

Como já discutido na seção anterior, existe um certo padrão nas pessoas que frequentam o Mercado. Os clientes estão na maioria das vezes bem arrumados já que não querem ser diferentes das pessoas que ali estão. Também costumam tirar e publicar fotos para mostrar que podem estar no local, já que há um status social em frequentar o Mercado de Maringá. Tudo isso, junto com os demais elementos, como o preço dos produtos, a decoração e os seguranças, acaba acolhendo essas pessoas ali. Esse perfil de pessoas e vestimentas é uma demonstração de poder por meio da identidade. Os agentes do território objetivam a coesão das práticas através de um controle físico e simbólico da identidade (Haesbaert, 2004a, 2005, 2007a, 2007b, 2012). No Mercado, esse exercício de poder identitário é ir bonito, arrumado, postar fotos.

Conforme os dias e horários, há uma mudança de público na área externa do Mercado. De segunda a quinta e nos finais de semana à noite, o Mercado é tradicionalmente frequentado mais por casais e famílias, já no sábado à tarde o local se tornou um lugar de encontros para um público mais jovem. Francisco acredita que: “de dia de semana...é um público mais velho que vai mais pelos restaurantes. No final de semana eu reparei que o pessoal vai mais para a azaração... Galera mais jovem, vai lá para desfrutar uma boa bebida, uma boa música” (Francisco, frequentador Mercado). Nilo Argolo diz que:

A gente tem um público que é bastante distinto a nível de idade. Tem desde o moleque meio novo que já frequenta nosso ambiente, até pessoas um pouco mais de idade. Então...tem uma distância, uma amplitude de idade, etária, bastante grande. Tem muito essa questão dos horários e dos públicos. A gente nota muito essa diversificação, principalmente nos dias. Por exemplo, nós temos um público do *happy hour*, que é um público mais jovial, depois um público mais à noite para o jantar, a gente tem muito um público de casal, numa faixa etária um pouco mais alta, nós temos um público do sábado à tarde, que é eminentemente jovem até todos meio desgarrados, vem muito namorado com a namorada, mas é muito essa parte de azaração no sábado à tarde. Já no sábado à noite a gente muda também, mais casais (Nilo Argolo, Mercado).

Mesmo com essa variação de públicos, o perfil das pessoas permanece o mesmo. Muda-se a faixa etária, mas os frequentadores continuam seguindo o padrão identitário do local, se arrumando e postando fotos. Toda construção da realidade é um instrumento de poder e as razões desse controle variam conforme o agente controlador, que domina uma área geográfica

com o objetivo de controlar e influenciar pessoas, fenômenos e relacionamentos, assim, com o tempo, passa-se a agir mais sobre a imagem da realidade do que sobre os próprios objetos (Raffestin, 1993; Sack, 1986). No entanto, existe uma ação segregacionista nesse processo de territorialização que abre margem para novas formas de ocupação dos espaços (Haesbaert, 2012).

Um exemplo disso é a quase ausência de pessoas negras no Mercado e a pouca ocorrência de eventos populares na Travessa como afirmação da cultura afrodescendente. Dessa forma, há uma diferença nos públicos e identidades nos dois lados da Travessa, o que resulta em diferentes formas de territorialização. Baldo, representante do Festival Afro-brasileiro, defende que a população das periferias não frequenta o Mercado porque é um lugar caro e selecionado para determinado público:

A população negra, afrodescendente de Maringá é 27% e está diluída nas regiões mais afastadas da cidade. Então ela não vai vir para o Mercado. Ela vai no bar, comprar frutas, no seu bairro mesmo...Sair de casa para vir ali [no Mercado] ...ela tem que ter essas condições, se não, não compensa financeiramente para ela. Não é para a população toda, entendeu? Tem um público seletivo. E de alguma maneira o Mercado acaba sendo isso. Porque não se pensa quando você trabalha a questão do comércio... não se pensa em fazer algo para que o povo tenha...não quer que as pessoas consumam. Ele restringe o consumo...eu produzo determinado equipamento, mas eu tenho um público restrito para que ele consuma. Eu não quero ganhar pela quantidade, mas pelo preço, então eu vou vender mais caro, para um grupo x de pessoas consumir, o resto não precisa consumir meu produto. Eu não tenho essa necessidade de que os outros consumam e se tornem consumidores, que se danem. Eu tenho esse grupo que faz isso, [então] na minha loja não precisa entrar, entendeu? Aí, sim, vem a questão da discriminação. Por exemplo, determinada loja já aconteceu casos de pessoas conhecidas negras e falar que a gente não faz, uma loja de joias, por exemplo, a pessoa negra chegou, a pessoa veio falar que ali não vendia bijuteria. Mas, sabe, a pessoa não tem o cuidado, nem o esmero de lidar com o cliente. Porque quando você vai montar uma empresa, em vez de fidelizar seu cliente, conseguir um maior número de clientes, você simplesmente 'chota' esse cliente, você não quer esse cliente, tem determinado cliente preferencial. Só que esse povo é tão imaturo porque por mais difícil que seja, a população afrodescendente está se capitalizando, está se tornando consumidora...a população vai consumir, e você perde esse cliente, você simplesmente afasta ele porque ele não quer (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

A realização dos eventos populares, desta forma, se torna importante para esse público. De um lado está a ocupação do Mercado, mas, do outro lado, a Travessa é ocupada por essas manifestações populares que acolhem esse outro perfil de pessoas. São territorializações que

demonstram o poder desse grupo frente à ocupação unitária do Mercado, numa relação de resistência entre as duas partes.

O Festival Afro-brasileiro possibilita a demonstração da cultura africana, a qual é a manifestação identitária deste grupo de atores sociais. Da mesma forma que os frequentadores do Mercado estão entre os iguais, nos festivais, os frequentadores também estão. Ou seja, o acolhimento está atrelado à identificação do grupo nos referenciais espaciais, e o Festival Afro-brasileiro é uma forma de trazer seu público para a Travessa, num processo de territorialização diferente do que se dá pelo Mercado. O Festival Afro-brasileiro foi de grande importância para seus frequentadores, porque foi uma oportunidade de afirmação e manifestação da cultura afro num ambiente tomado pelo Mercado que contradiz essa lógica. Baldo conta que:

O pessoal tem que estar lá sim. Até a gente dizia que o festival era como se fosse que a gente estava no terreiro da casa grande. A casa grande é o Mercado, e o terreiro é a praça Jorge Amado. Estava acontecendo ali. Inclusive nós abrimos o festival com um terreiro de Tambor de Mina, que é uma religião de matriz africana, e abriu o festival. Então, nós fizemos macumba no terreiro da casa grande, entendeu? Macumba no sentido de tocar as músicas na abertura do Festival Afro-brasileiro. A apresentação do pessoal do terreiro é a primeira vez na história de Maringá que um terreiro de religião africana sobe em um palco, entendeu? Para fazer a abertura de um evento público do município. A primeira vez na história da cidade. Então a gente propicia isso, o pessoal está ali, também pode estar ali (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

Os atores sociais são afetados pela hegemonia capitalista (Honorato & Saraiva, 2016; Ipiranga, 2010; Viegas & Saraiva, 2015), e ao serem afetados, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação. No caso do Festival Afro-brasileiro, os atores sociais, afetados pelas (i)materialidades, conscientizaram-se em apropriar e permanecer na Travessa Jorge Amado. Resistindo à ocupação do Mercado, e mostrando para os seus que é possível que também estejam ali. Visto isso, o território precisa ser entendido na multiplicidade de poderes relacionais nele incorporados pelos agentes sociais envolvidos (Haesbaert, 2005), na medida em que a Travessa é palco de diferentes ocupações, na multiplicidade de poderes e resistências dos atores sociais, que buscam territorializá-la.

Haesbaert (2009) argumenta que a maior parte dos processos de territorialização privilegiam a sociedade do espetáculo e do consumo, repleto de materialidades e simbolismos, onde os grupos interessados se aliam para controlar outros grupos sociais através de um domínio

politicamente estruturado (Haesbaert, 2012). Especificamente na Travessa Jorge Amado, identificou-se uma parceria entre o Mercado e os flanelinhas, numa relação de ajuda mútua.

O Mercado objetiva transmitir uma imagem de segurança e isso acontece também através dos flanelinhas, e em troca, os flanelinhas possuem acesso à comida, banheiro e ‘autorização’ para trabalharem ali. É como se os flanelinhas fossem uma extensão do Mercado, e utilizam isso como uma estratégia de trabalho e sobrevivência.

Guma conta que o Mercado é um bom ponto, porque ganha mais que os outros lugares. Segundo ele, no Mercado só vai a nata da cidade, a galera da grana que quer tirar um lazer, e por isso, ele recebe mais. Ele relatou que é bem tratado pelos clientes já que os trata com simpatia. “Não sou drogado, fedido, mal-vestido...tenho a tática de não ser invasivo e, por isso, os clientes gostam de mim” (Guma, Flanelinha). Sua fala demonstra a preocupação que tem em trabalhar conforme as demandas de seu público. Ele está preocupado em estar bem-vestido e cheiroso para transmitir uma boa imagem para seus clientes e não causar estranheza.

Na entrevista contou que tem acesso ao Mercado. Ele pode usar os banheiros e ganha marmitta dos comerciantes e clientes. Guma conta que tudo isso é decorrente do fato dele ajudar a manter a segurança do local e evitar que assaltos aconteçam. Ele conhece os seguranças e os seguranças o conhecem, e qualquer sinal de perigo, ele os avisa. Guma relatou que trabalha ali há 8 anos, e nesse período, apenas um assalto aconteceu em sua presença. Alguns clientes inclusive até o conhecem pelo nome. Ele realmente foi muito simpático durante a entrevista.

Pedro Arcanjo, outro flanelinha, também foi muito receptivo. Contou que gosta de trabalhar ali porque as gorjetas são maiores. Fez questão de mostrar seu colete e identificação de flanelinha, também numa forma de transmitir uma boa imagem. Disse que é amigo dos seguranças e do pessoal do Mercado, e que sua presença ajuda na segurança do local. Nas suas palavras, eles são uma “espécie de extensão do Mercado” (Pedro Arcanjo, Flanelinha).

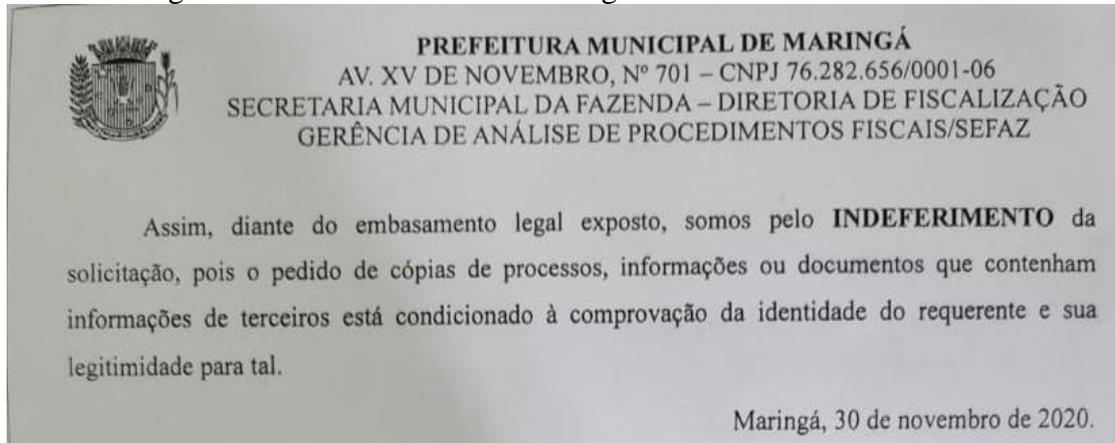
Nessa aliança entre os dois atores sociais se percebe os interesses frutos desse acordo. O Mercado expande seu domínio para além da Travessa, atingindo também os arredores por meio dos flanelinhas, garantindo a segurança para seus clientes. Em troca, os flanelinhas possuem acesso a estrutura do Mercado, e mais do que isso, tem acesso a um lugar de trabalho que lhes rende maiores remunerações. Para isso, se caracterizam conforme a demanda de seu público, se arrumando, sendo educados e com boa aparência.

Um outro ator social importante na dinâmica socioespacial da Travessa Jorge Amado é a Prefeitura Municipal. Foi ela quem concedeu autorização para o Mercado alongar sua área lateral e utilizar parte da Travessa Jorge Amado em troca de revitalizações. Buscou-se nesta

pesquisa ter acesso ao documento legal que autoriza essa utilização, no entanto sem sucesso. Por diversas vezes a Prefeitura Municipal foi acionada a fim de se conseguir acesso às informações, mas os solicitados sempre responderam com certa resistência e até mesmo desconhecimento. Os decretos emitidos pela Prefeitura também foram consultados, mas nada relacionado à utilização lateral do Mercado na Travessa Jorge Amado foi identificado.

O pesquisador também fez uma requisição formal de acesso ao documento através de protocolo. Solicitou-se ter acesso aos processos de licença para colocação de mesas e cadeiras dos estabelecimentos localizados na Travessa Jorge Amado. O que foi respondido pela Prefeitura que o pesquisador não demonstra por meio dos documentos comprobatórios a legitimidade para obtenção das informações solicitadas. Apesar da Travessa Jorge Amado ser um espaço público e ter sido esclarecido através de documentos que a informação seria utilizada unicamente para fins acadêmicos, ainda assim, a Prefeitura não forneceu permissão. A Figura 18 traz a resposta dada pela Prefeitura.

Figura 18. Resposta da Prefeitura à solicitação de acesso ao documento de concessão da Travessa Jorge Amado ao Mercado de Maringá



Fonte: Acervo do autor (2020).

Mesmo sem ter acesso ao documento, fica evidente a parceria entre o Mercado de Maringá e a Prefeitura Municipal. Além da liberação de utilização lateral na Travessa Jorge Amado, o Mercado faz parte do guia turístico da cidade e, mesmo sendo um empreendimento privado, é considerado o Mercado Municipal de Maringá. Nilo Argolo conta que nunca houve algo em que o poder público não o ajudou. Para ele, o Mercado faz um trabalho que vai ao encontro da melhoria da cidade, e por isso, não tem porque o poder público não o ajudar.

Nós estamos agora, não vamos falar desse próximo mandado do Ulisses [atual prefeito], mas a gente já está trabalhando, praticamente é o terceiro prefeito que a gente trabalha, sendo que o Silvio [ex-prefeito], que foi o primeiro que a gente iniciou, ele teve 8 anos, depois trabalhamos com o Pupin [ex-prefeito], e depois nós trabalhamos o primeiro do Ulisses, e agora vamos para o segundo. Nós nunca tivemos nenhum tipo de coisa que o poder público não nos ajudou, porque também a gente faz uma coisa que vem ao encontro da melhoria da cidade. Então, eu também estou fazendo um ambiente bem bacana para a cidade. Então não tem porque o poder público também não me auxiliar. Sempre eles viram o Mercado com bons olhos. Porque é uma ideia que não é difícil de você gostar. É uma ideia democrática, uma ideia gostosa (Nilo Argolo, Mercado).

Professor Josué, atual representante da Prefeitura Municipal e que na época da inauguração do Mercado foi um dos responsáveis pelo desenho arquitetônico da estrutura, não soube dizer a ordem legal da utilização da área externa. Por diversas vezes na entrevista reafirmou não ter conhecimento entre as partes legais, e que como está na Prefeitura a pouco tempo não tem conhecimento já que a autorização para utilização do espaço é de gestões anteriores.

Segundo ele, “a Travessa é pública...na época teve conversas de boca entre o então prefeito e o Mercado para urbanizar aquela área, por isso, como é das gestões passadas, não sei dizer se o proprietário assinou alguma coisa” (Professor Josué, Prefeitura). Alega que o espaço da Travessa Jorge Amado pode ser utilizado por todos. Quem tiver interesse deve fazer um pedido formal na Prefeitura Municipal que eles liberam a utilização. No entanto, também contou que “na Travessa havia um espaço utilizado para as feiras de artesanato, motoqueiros, mas que aos poucos o Mercado foi fazendo reformas e tomando conta, acampando” (Professor Josué, Prefeitura).

Quando questionado sobre a revitalização e manutenção da Travessa diz que: “sei que quem dá manutenção é o Mercado...não tem sentido a Prefeitura arrumar o jardim para o bem do Mercado, agora, ceder o espaço sim. Mas como é público não pode ter exclusividade” (Professor Josué, Prefeitura).

Ao mesmo tempo que a Prefeitura favorece a territorialização do Mercado na Travessa Jorge Amado, ela também beneficia a ocorrência dos eventos populares. A FLIM e o Festival Afro-brasileiro são exemplos de eventos apoiados pela Prefeitura que acontecem na Travessa. Baldo conta que não há nenhum impedimento para realização do Festival Afro-brasileiro na Travessa. “É um evento público, não teve nenhum impedimento não. É público e nós somos da gestão, é um evento da prefeitura. Já aconteceu eventos lá de particulares, que fizeram lá também, então não tem nenhum impedimento de usar ali” (Baldo, Festival Afro-Brasileiro).

Julie, representante da Prefeitura, defende que não se pode negar que o Mercado trouxe dinamismo e circulação de pessoas para a Travessa Jorge Amado. Para ela, antes disso, o espaço não era utilizado e era perigoso. E ao passo que a Prefeitura passou a levar eventos populares para a Travessa, houve sim, uma resistência do Mercado. Por exemplo na utilização de banheiros. Segundo ela, mesmo assim a Prefeitura manteve os eventos ali, mostrando para a população que aquele espaço pode ser usado. Se pode pelo privado, o público também pode.

Ela relata uma discrepância entre os públicos. Diz que de um lado ficam os ‘heterotop’ e do outro lado os LGBTs, negros. Conta que nos eventos populares as pessoas sentavam na grama, levavam suas cadeiras e as barracas e os palcos eram provisórios. Por isso, defendeu a revitalização do Eixo Monumental. Para ela, a revitalização vem para organizar tudo isso, afirmando o espaço da Travessa Jorge Amado como público e trazendo estrutura para os eventos que ali acontecem. Professor Josué também defendeu a revitalização do Eixo Monumental e apontou que quando as obras passarem pela Travessa, vai ter que haver uma compatibilização, em que o Mercado precisará se adaptar ao projeto arquitetônico.

A Prefeitura, desta forma, atua favorecendo as diferentes territorializações na Travessa Jorge Amado. Ela possui uma parceria com o Mercado, o qual nunca foi incomodado, já que revitaliza a Travessa deixando-a sempre bonita, o que tem a ver com a lógica da cidade bonita e que precisa ser vendida. Mas também tem uma boa relação com os eventos populares, que também são eventos da Prefeitura. Apesar de haver uma força de resistência por parte do Mercado para impedir que estes eventos aconteçam, eles ali estão.

O Mercado cria práticas socioespaciais como demonstração de poder e controle do seu espaço, por meio das cercas, pulseiras, seguranças, vasos, fazendo questão de separar os públicos. Uma dessas estratégias é o perfil dos bares e restaurantes. Os estabelecimentos da área externa do Mercado são de qualidade, requintados, gourmets, e são postos como forma de poder.

Gabriela acredita que “os melhores restaurantes estão no Mercado” (Gabriela, frequentadora Mercado). Francisco fala que “é um Mercado meio gourmet, diferente. É um lugar mais requintado, com restaurantes mais classudos. Mais elitizado pelo pessoal que frequenta, os restaurantes são chics” (Francisco, frequentador Mercado).

Para Coronel Coriolano, dono de um desses estabelecimentos, “Maringá é diferente das demais cidades. O cliente não aceita qualquer coisa, quer ser bem atendido, e é isso que o Mercado oferece” (Coronel Coriolano, Mercado). Nilo Argolo defende que:

A gente tem bares e restaurantes aqui que são referências na cidade...que foge até dos padrões da cidade, mas com alta gastronomia e com alta categoria até diria. É um restaurante de alto nível e, conseqüentemente, como ele tem um nível acima, ele cobra também um pouco mais. Porque você tem produtos mais elaborados e uma série de coisas que faz que o cardápio...não seja um cardápio tão barato. E para essa finalidade, ele também tem um público praticamente classe A. A pessoa que vai ali pensando em comer uma comida japonesa e olha o cardápio, e não entende o que é o negócio, ele levanta e vai embora. Porque ele fala que é absurdo, que é caro. Já, no entanto, a gente tem clientes...que são assíduos...Ele consegue ter o público dele, que sabe que está pagando um pouco mais, mas que aceita pela qualidade e pelos atrativos que tem...ele se colocou num patamar acima. Você comeria em outro restaurante a cinquenta, sessenta reais, e aqui você vai pagar R\$110, R\$ 120. Mas, por que você está pagando? Porque você entendeu que ali é bom...Outra coisa...hoje nós somos grandes vendedores de bebida, principalmente vinho...conseguiram fazer vinhos competitivos, cartas competitivas de uma forma tal em que você não se sentisse ferido em vir tomar uma garrafa que custa uma fortuna...a pessoa toma um vinho numa sequência de um monte de outras coisas. Mas quando você olha a carta e você vê que o preço é bastante convidativo, ou seja, você pagaria aquele vinho e com mais R\$40 está tomando o mesmo no restaurante, você começa a ver que é barato o vinho (Nilo Argolo, Mercadão).

Toda essa oferta de produtos de qualidade faz com que o Mercadão cobre valores mais altos pelos produtos. Isso seleciona o público que consegue consumir ali, e diz sobre os clientes de classe alta que o Mercadão atende. Do outro lado, ao contrário, nos eventos populares, os produtos são gratuitos e de acesso para toda a população. Os pais estão ali brincando com seus filhos. Ou seja, os diferentes atores sociais territorializam a Travessa de diferentes formas.

Mesmo sendo um lugar mais caro, os frequentadores do Mercadão gostam do local, por considerar que cobram pela qualidade e sensação que oferecem. Como já dito aqui, estando ali, os frequentadores se sentem bem, mesmo estando numa área externa, seguros, entre os iguais, consumindo produtos de qualidade com os amigos. Isso, segundo eles, permite que o Mercadão cobre um valor agregado por seus produtos. Para Teodoro Madureira:

[Os preços] são acima da média do que a gente encontra fora do Mercadão...o Mercadão tem uma tabela de preços um pouco mais alta...O valor é um pouco mais alto, mas assim, o ambiente paga essa diferença. É um lugar que tem um padrão muito alto (Teodoro Madureira, frequentador Mercadão).

Lívia acredita que o Mercadão “é um lugar mais caro, com certeza. Acho que tudo isso que ele traz agrega valor e eles cobram por isso. Claro, tem toda uma estrutura e tem todo um valor agregado ali também” (Lívia, frequentadora Mercadão). No entanto, o preço caro dos

produtos acaba selecionando quem tem condições de estar ali e quem não, o que confirma a demonstração de domínio por meio dos produtos que ali são oferecidos. Baldo argumenta que:

O quem pode é questão financeira mesmo...porque existem alguns tipos de ações de comércio que eles restringem. Não que proíbam você de estar lá, mas as condições, as maneiras como os preços são praticados, a maneira com que aquele comércio age, as pessoas que não tem condições não vão estar lá. Elas se sentem discriminadas...não têm condições, ela não vai lá. Como ela vai consumir ali? Mais fácil você consumir um cachorrão na esquina, ou na pizzaria do bairro, você não vai estar ali por causa disso, mas ela tem que saber que se ela quiser ela pode estar (Baldo, Festival Afro-Brasileiro).

Dessa forma, o processo de territorialização do Mercado de Maringá na Travessa envolve a fonte de recursos e o controle dos fluxos e mercadorias (Haesbaert, 2005, 2007a). O Mercado Municipal tem uma homogeneidade dos preços e produtos, todos de custo elevado e requintados, que são consequência do critério por parte do Mercado no ingresso de lojistas. Nilo Argolo conta que:

A gente é muito criterioso no ingresso de lojista aqui...nós, aqui no Mercado, temos esse critério na hora de ingressar porque a gente precisa que os parceiros, na medida do possível, combinem... A gente quer ser um centro de entretenimento e de gastronomia. Ou seja, você pode pensar em comida e pensar no Mercado. Você pensar em diversão, você pensar no Mercado. Você pensar em encontrar com alguém e pensar em querer marcar no Mercado. Esse é o nosso objetivo final. Então, para isso, evidentemente que nós temos que ter lojistas que tenham essa mentalidade, para receber esse público nessa mesma situação (Nilo Argolo, Mercado).

Esse ordenamento e disciplinarização através do espaço não se dá apenas no estilo dos restaurantes. O Mercado além de territorializar a Travessa para fonte de recursos, controlar e disciplinar através do espaço e controlar os fluxos e mercadorias, também age buscando a identificação dos grupos nos referenciais espaciais (Haesbaert, 2005, 2007a). Para isso, se utiliza da decoração, das cercas, dos vasos, cadeiras, luzes, mesas, tudo para transmitir uma identidade de local elegante, bonito e imponente. Com isso os frequentadores se identificam com esses referenciais espaciais, os quais formam fronteiras (i)materiais numa representação simbólica, que também faz parte do processo de territorialização do Mercado na Travessa Jorge Amado.

A decoração do local diz respeito à imagem que o Mercado quer transmitir para territorializar o espaço. Decoração que representa para os clientes acolhimento, casa, conforto.

Além disso, o Mercado também usa desses elementos materiais para delimitar seu território e conter os demais, o que também está relacionado com os afetos dos seus frequentadores.

Assim, as grades, os vasos, as mesas e a cobertura demarcam materialmente o espaço pertencente ao Mercado. Para Teodoro Madureira: “tem uma separação com uma cerca para separar quem está dentro e quem está fora do Mercado” (Teodoro Madureira, frequentador Mercado). Francisco, mesmo sendo frequentador do Mercado, acredita que isso acaba intimidando certas pessoas de estarem ali:

Porque é público, e eles meio que restringem né? Eles colocam ali, se você reparar o jeito que está e que tem umas divisões, nem que seja os vasos ali, as coisas que eles colocam que meio que restringe o espaço deles. Não é de acesso livre, e querendo ou não, aquilo ali é uma passagem de acesso do cidadão...Acho que a pessoa até se sente intimidada, se tiver que passar pelo meio, não vai querer passar (Francisco, frequentador Mercado).

Arminda é uma trabalhadora que transpassa pela Travessa. Ela defende a existência dos elementos materiais da Travessa pois ajudam a limitar o espaço do Mercado.

Tem que ter limitação. Se você não colocar um limite o povo vai entrando, sai, então provavelmente é uma questão de segurança dos donos dos pares. Para mim não incomoda não, os vasos, tudo decorado, cobertura, agora colocaram essa estrutura nova, ficou legal, tudo enfeitado (Arminda, Transeunte).

Ao contrário de Arminda, Caboclo Raimundo acredita que os elementos materiais atrapalham a circulação das pessoas pela Travessa, mesmo considerando a cobertura de toldo essencial para a realização das atividades do Mercado:

O Mercado usa a Travessa aqui para as mesas, e a gente sabe, a população no geral conhece a história da Travessa, e sabe que é público. Então o Mercado vem acompanhando as mesas e de certa forma ocupando esse espaço. E quando usam a cobertura, que eu acho essencial, porque realmente para o trabalho que eles fazem sem cobertura fica bem ruim, mas a cobertura também trouxe todas as travessas de metal que eu daqui mesmo já vi alguns baterem a cabeça. E muitos clientes já reclamaram da passagem ter ficado limitada com a invasão das mesas (Caboclo Raimundo, Transeunte).

São através dessas ações que o Mercado territorializa a Travessa Jorge Amado. A forma como pratica os preços, os tipos de produtos comercializados, a decoração, os elementos materiais, são maneiras de o Mercado exercer seu domínio. São práticas socioespaciais que demonstram o poder de resistência do Mercado para novas formas de ocupação. No entanto,

como defendeu Haesbaert (1994), os aspectos de dominação e apropriação do território precisam ser entendidos numa abordagem integradora entre dimensões materiais e idealistas. Sendo assim, esse domínio material está repleto de simbolismo. Assim como falado na seção anterior, poder consumir os produtos do Mercado, ter acesso ao espaço, estar ali arrumado, gastando, é sinônimo de status e distinção social. E são através desses elementos que o Mercado territorializa a Travessa Jorge Amado.

Por outro lado, a Travessa Jorge Amado também é palco da territorialização dos eventos populares. Esse grupo deseja realizar mais eventos na Travessa para ocupar o espaço e dar acesso para a população usar. Ao contrário do Mercado, os eventos populares são gratuitos e buscam, segundo seus representantes, misturar os públicos. Baldo conta que:

Tinha que ter mais eventos, mais ações populares mesmo, para a população realmente usar, frequentar ali...no nosso caso, o festival afro, a semana do hip...a feira literária, são coisas assim que...mistura os públicos...e eu acho positivo apesar de ter muito atrito, como foi o carnaval. O primeiro carnaval que teve ali, ele devia ter continuado, eu acho que, no meu ponto de vista, ele podia ter continuado...as arestas se aparam dos dois lados, mas eu acho que a população tinha que ter usado, ela é pública [a Travessa], é da cidade, você não tem que pegar e jogar o pessoal lá longe, tem que estar ali...o espaço é bom, confortável (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

Caboclo Raimundo acredita que a Travessa poderia ser utilizada para receber feiras e exposições, a fim de trazer turistas e pessoas das cidades vizinhas para o local.

Seria bem bacana se utilizassem esse espaço para isso, para mais feiras e algumas exposições. Alguns eventos que trouxessem um público também de turistas, sabendo que tem essa feira, acho que o pessoal das cidades vizinhas ou de qualquer outro evento já viriam como um ponto a mais para visitar (Caboclo Raimundo, Transeunte).

Pedro Bala defende que a Travessa precisa ser palco de eventos de manifestação cultural. Para ele, já que o privado está ocupando um espaço público, deve também as pessoas utilizarem aquele espaço:

Outros eventos que podem ser feitos...shows gratuitos, festivais, qualquer tipo de atividade de manifestação cultural, artística pode ser feita ali sim. Primeiro que é um espaço público...sinceramente, não sei como funciona isso, porque o Mercado usa uma parte...agora, dá para fazer tudo isso. E meu, vamos conviver juntos, já que não tem como, já que eles estão ocupando parte de um espaço

público, meu, deixa as pessoas também usarem um espaço público...é muito importante esse tipo de ocupação (Pedro Bala, FLIM).

São respostas que demonstram o interesse desses atores sociais em trazer novas formas de ocupação para a Travessa Jorge Amado. Como foi visto, esse grupo considera o Mercado um local restrito e seletivo, logo, a realização de mais eventos populares na Travessa são territorializações que permitirão que outras pessoas ocupem aquele espaço.

Em contrapartida, quando questionados sobre a realização de novas atividades na Travessa, os frequentadores sugeriram o aumento da área externa dos bares, deixar do jeito que está, ou até mesmo a realização de festas. Vadinho sugere: “poderia ser bar também igual ao Mercado. Acho que teria tanto sucesso quanto o Mercado” (Vadinho, frequentador Mercado). Para Dona Flor deveria ocorrer um “um *sunset*...acho que seria bem legal...acho que tem a ver com o público do Mercado” (Dona Flor, frequentadora Mercado).

Para Francisco, o Mercado deveria “aumentar [a parte externa] para ter mais espaço e ficar mais tranquilo, até porque muitas vezes que a gente vai lá não tem mesa” (Francisco, frequentador Mercado). A frequentadora Mara argumenta que na Travessa caberia um evento: “trazer mais shows que poderiam ser executados ali...poderiam aproveitar de uma melhor forma. Ampliar aquela área externa, trazer um pouco mais para o meio daquele jardim que eles possuem que é tão extenso...um festival de degustação, um festival de cerveja” (Mara, frequentadora do Mercado).

Diferentemente dos eventos populares e dos frequentadores, as mães e pais que circulam com seus filhos para brincar, desejam que a Travessa continue como está, aberta, para que seus filhos se divirtam com segurança. Maria Clara defende que:

É uma Travessa, e algumas famílias vêm aqui porque tem espaço para a criança brincar, caminhar com segurança, não passa carro, bicicleta quase não passa...já tem o outro lado lá, então eu acho que tem que deixar esse espaço livre mesmo, do jeito que está. Vem um pessoal com filho, é um lugar tranquilo. Do outro lado que é o estádio, por exemplo, tem um espaço grande, mas aí já tem carro, já tem outros brinquedos. Aqui não, como é uma Travessa, as pessoas ficam paradas brincando, eles ficam um pouquinho e já vão...um espaço livre, de liberdade (Maria Clara, Transeunte).

Rufino contou, enquanto seus filhos andavam de bicicleta pela Travessa, que:

A gente vem mais para aproveitar o espaço para as crianças poderem brincar. O espaço é bacana. Eu acho que deixando vago assim, eu estou vendo que está construindo um outro mercado, não sei como vai ficar aqui, mas Maringá, eu

acho, é deficiente nessa parte de espaço para molecada brincar à vontade. Às vezes a gente vai aqui no estádio, mas entra muito carro. Então a gente não tem essa liberdade de deixar a molecada andando à vontade. Eu não sei se valeria a pena colocar algum tipo de brinquedo aqui, porque já iria tampar nosso espaço...Então aqui a gente fica à vontade, deixa eles brincarem e é um espaço bacana, acho que está legal. Eu sempre que venho aqui, o pessoal está andando com criança, ou passeando com o cachorrinho, a gente vê o pessoal aqui sempre passeando (Rufino, Transeunte).

Se percebe os diferentes interesses dos diversos atores que territorializam aquele espaço. A Travessa apresenta uma utilidade para cada ator social, os quais buscam territorializá-la conforme seus interesses. Enquanto os populares querem diversificar a ocupação trazendo a periferia para o local por meio de eventos culturais, os frequentadores do Mercado desejam aumentar suas fronteiras de domínio. Ainda, os transeuntes que ali estão, num fluxo que também territorializa a Travessa, desejam manter o espaço aberto para que possam continuar a circular tranquilamente.

Por isso, nesta pesquisa, considerou-se não somente os frequentadores do Mercado de Maringá, mas todos os atores que territorializam a Travessa Jorge Amado e de alguma forma participam da produção daquele território. Como defendeu Raffestin (1993), os atores sociais possuem estratégias de produção territorial, que se chocam com as estratégias dos outros atores sociais, através dos poderes relacionais. Neste caso, cada grupo de ator social deseja territorializar a Travessa conforme seus referenciais espaciais.

A Travessa se apresentou como um campo de poder, um território de lutas, resultante dos poderes espaciais advindo das relações sociais (Raffestin, 1993). E é por meio dessas ações espaciais (territorializações) que os grupos garantem o exercício provisório e instável do poder territorial (Ambrozio, 2013). Dessa forma, o exercício de poder relacional depende diretamente da organização espacial, ou seja, as relações espaciais de poder também são produtoras de identidade e de alguma forma classifica, separa, controla e distingue os grupos sociais (Haesbaert, 2004a; Souza, 1995).

Nesses processos de territorialização existe um caráter (des)territorializador dos fluxos e das redes de circulação que possibilitam novas formas de ocupação (Haesbaert, 2012). A territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes. Essa ação segrega e divide aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, segregando o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (CARLOS, 2007a). Tem-se como exemplo os processos de higienização e revitalização, que se dão com

extrema violência e segregam tudo o que não combina com os interesses hegemônicos (SOUZA, 2010).

As cidades passam a ter verdadeiros territórios, sustentados pelas relações de poder entre os atores sociais e através dos espaços citadinos que são apropriados concreta e simbolicamente pelos agentes (HAESBAERT, 2009). Há uma espécie de homogeneidade à primeira vista, porém, o espaço não é homogêneo, mas cheio de antíteses, diferenças, contradições e segregações. Na Travessa isso não é diferente. Num primeiro momento parece tudo numa única dinâmica, mas depois percebe-se que ela está dividida em dois lados, os quais são ocupados por públicos distintos e contraditórios. As contradições das relações sociais se materializam em segregação territorial na Travessa Jorge Amado por meio dos poderes e resistências entre os atores sociais. Ação que divide o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais. Portanto, a próxima seção discute os aspectos de segregação e contradição na Travessa Jorge Amado, frutos de sua territorialização pelos atores sociais.

4.3.3 SEGREGAÇÃO E CONTRADIÇÃO

A partir das problemáticas envolvidas nos processos de territorialização que se pode entender os dilemas em que o território é empreendido (Haesbaert, 2009). A territorialização dos espaços urbanos reforça a segregação da cidade, criando espaços de dominação impostos pela constante vigilância e controle por meio dos valores e comportamentos (Carlos, 2015a).

Fruto dessas territorializações, a cidade passa a ter uma fragmentação material repleta de significados e simbolismos. Existe o bairro das mansões, dos bares, o industrial, o proletariado, os condomínios fechados, os espaços de resistência (Rolnik, 1995), os quais dizem muito sobre os território da diferença, do antagonismo entre as comunidades, na multiplicidades de territórios dentro da cidade (Haesbaert, 2007a).

A Travessa Jorge Amado é palco desse processo. Ela está dividida em dois lados, os quais são territorializados pelos atores sociais de forma distinta. São os diferentes territórios da Travessa Jorge Amado. De um lado o Mercado na sua proposta gastronômica requintada e paga, e do outro uma ocupação mais popular gratuita. São territorializações na Travessa Jorge Amado que acontecem simultaneamente, numa fronteira material através das cercas, vasos, jardins, mas também numa fronteira imaterial por meio da identidade dos atores sociais e da representação desses elementos materiais.

Gonzales acredita que é como se na Travessa existissem dois mundos opostos, de um lado é a área do Mercado e do outro a área que não é do Mercado.

Até quem passa sabe que ali é a área do Mercado, ali não é a área do Mercado. Essa divisão tem sim. Mas é legal né cara...foi o ano passado que eu estava lá, que teve aquelas paradas gay, que teve aquele monte de coisa na rua, e eu estava por lá. Um dia que o inferno estava tão grande, que eles já se atentaram naquilo, contrataram um monte de segurança e cercaram tudo. Só permitiam entrar quem estava com pulseira. Eu acho um pouco pesado para quem não está dentro, tanto que assim, nesse dia mesmo, tive que visualizar alguém para depois conseguir entrar, para depois conseguir pulseira, eu já sabia os códigos, então fiquei na minha...mas a cara da galera fora é muito estranho, parece dois mundo mesmos...é onde você vê essa distinção, de mundos mesmo (Gonzalez, Mercado).

Como defende Gonzales, as pessoas já sabem da divisão da Travessa. Tem-se de um lado o Mercado de estrutura permanente e fixa, frequentado por pessoas de maior poder aquisitivo. Do outro lado, as territorializações são itinerantes, no caso do relato de Gonzales feita por frequentadores da parada gay, que ocupam a Travessa Jorge Amado numa força contrária ao do Mercado. Desta forma, cada ator social realiza diferentes ocupações na Travessa e a acessa conforme a inserção de seu grupo. De um lado estão o Mercado e seus frequentadores, e do outro os eventos populares, seus frequentadores, os transeuntes e trabalhadores.

O lado do Mercado está composto por vários bares e restaurantes que são dispostos para atender os diferentes gostos dos clientes. Entre eles estão o restaurante de comida japonesa, o das massas, o de comidas de boteco, o de cervejas artesanais. São restaurantes que variam no tipo de produtos oferecidos, mas não variam no requinte e no preço. Conforme relatos dos frequentadores abaixo, essa variedade agrada aos clientes, pois podem desfrutar de opções diversificadas em um mesmo local:

O Mercado quando abriu, quando montaram, veio com um conceito diferente dos outros bares da cidade, por essa integração de restaurantes. Então aqui você tem várias possibilidades em um mesmo local e ao mesmo tempo um ambiente descontraído, um ambiente a céu aberto, que tem poucos aqui em Maringá também. Então ele conseguiu integrar tudo isso...o que mais me atrai aqui é em relação aos restaurantes e bares mesmo, com essas opções diversificadas em um mesmo local (Lívia, frequentadora Mercado).

Um lugar bem arrumado que tem bastante opções para escolher, então é mais fácil você levar alguém lá porque com certeza alguém vai tomar um chopp, ou beber uma água, ou comer uma massa, um hambúrguer, vai ter lá...Acho que

esse é o diferencial...as opções. Às vezes você ter o lugar com mais opções te favorece a ir a vários ambientes. E favorece a pessoa estar lá. E também assim, pode pedir uma comida de outro lugar, lá é permitido isso aí, então lá, favorece a pessoa estar lá (Mestre Manuel, frequentador Mercado).

Ali tem mais opção de escolha. Eu vejo que ali, por exemplo, se eu chegar ali e quiser comer uma massa eu tenho opção. Se eu quiser uma porção eu tenho opção em outro local. Então, é um lugar que ele atende vários gostos. É um local que tem vários bares, então é um bar do lado do outro. Galera acaba se encontrando mais ali...é um local com vários bares um do lado do outro, onde você tem um acesso central para chegar nesses bares, um lugar com música ao vivo, animado (Vadinho, frequentador Mercado).

Toda essa variedade de restaurantes e bares requintados fazem parte do processo de territorialização na Travessa Jorge Amado. O Mercado é um lugar frequentado por uma elite social com maior poder econômico e por isso, ter ali bares sofisticados com preços elevados é uma forma de atender esse público a fim de garantir o domínio e apropriação da Travessa.

Nacib acredita que o Mercado “tem um público selecionado. O cara que vai no Mercado não vai no bandejão do lado, e o contrário é verdade. É elitizado...uma porção...para cinco pessoas custa R\$120,00, quanto custa no Mercado? O que você faz no Mercado com R\$120,00?” (Nacib, frequentador Mercado). Arminda também tem a mesma visão. Para ela “o Mercado é frequentado por patrões. As pessoas gastam R\$400,00 em uma sentada e depois ainda vão para outras baladas” (Arminda, transeunte). Gonzales, prestador de serviço do Mercado, gosta de trabalhar para o empreendimento devido ao perfil de público que eles atendem, o que acaba se tornando uma boa divulgação de trabalho:

Desde a primeira vez eu sempre aceitei trabalhar ali com eles, eu sempre quis trabalhar com eles é bem pelo perfil do público...porque ali eles acabam trabalhando com o público AA, e para mim você tem dois públicos distintos lá. você tem o adulto, família, que vai lá para comer, ele visualiza como mercado, para fazer compra e para comer...e você tem a moçada. Na verdade, eu acabo ficando um pouco na ponte de qual é o meu interesse em termos de público, meu interesse também é o adulto que na verdade se torna os pais dessa moçada...Então, esse é o meu pensamento quando eu acabo trabalhando com o pessoal do mercado. Visualizando eles como público AAA, que tem bom gosto, que tem bom gosto tanto da parte da comida, quanto da parte da música, que daí fica mais fácil a linha de pensamento...e acaba se tornando uma divulgação também...a gente sempre brinca que é uma troca. O que a gente faz com eles é mais uma troca de trabalho, do que a prestação de serviço propriamente disso (Gonzales, Mercado).

Caboclo Raimundo sente falta do lado mais popular no Mercado. Para ele, há uma frequência maior de pessoas mais elitizadas, mas que um diferencial poderia ser o lado mais popular de Mercado Municipal:

Tem uma frequência muito bacana, pessoal mais elitizado eu acho é que, o diferencial que talvez pudesse ter a mais é aquele lado popular de mercado municipal. há poucos dias passaram três rapazes aqui na frente e voltando do mercado, e eu ouvi o comentário deles, pô não acho um pão com mortadela no mercado, não acho um pastel para eu comer e não gastar mais que 30 reais, então, assim, eu acho que é algo que falta no Mercado esse lado mais popular (Caboclo Raimundo, transeunte).

São relatos que apresentam o processo de territorialização do Mercado e seus frequentadores na Travessa Jorge Amado. O lado da Travessa Jorge Amado apropriado e dominado pelo Mercado é frequentado por uma classe social de maior poder aquisitivo, que se aproveita do conjunto das coisas caras, da decoração, dos elementos materiais, para exercer seu domínio e segregar o espaço da Travessa. De um lado os ricos e do outro os populares. Numa disputa, divisão e contradição.

O espaço da cidade passa a ser segregado como reflexo da estrutura social (Corrêa, 2002). Começam a surgir as hierarquizações de espaço: os locais da classe alta, os comerciais, o dos pobres e marginais, e quanto maior o domínio do espaço urbano pelo pensamento do capital, maior será a segregação da cidade em territórios, porque apenas os detentores da riqueza poderão pagar e usufruir dos benefícios dos locais privilegiados (Lefebvre, 2000, 2001).

De um lado estão os ricos e proprietários dos bens e do dinheiro resguardados nas suas casas e territórios íntimos e exclusivos, já que a rua é terra de ninguém, perigosa, numa mistura de classes, sexos, idades, funções, e do outro os vendedores de sua força de trabalho, livres e despossuídos (Rolnik, 1995).

O que Pedro Bala acredita ser contraditório é a Travessa ser chamada de Jorge Amado. Ele problematiza o fato de Jorge Amado ter escrito sobre uma Bahia não elitizada, sobre os populares, negros, pobres, numa literatura para todos consumirem, e que o Mercado, que está na Travessa, não é um lugar para todos. Mas que ainda assim, a Travessa Jorge Amado tem sido um lugar muito significativo, como um território em disputa, já que de um lado existe o Mercado com pessoas brancas e com dinheiro, e do outro, existe os eventos populares com pessoas periféricas consumindo e produzindo arte negra.

O que eu acho contraditório, chama-se Travessa Jorge Amado, e então o Jorge Amado talvez seja um dos principais escritores populares do Brasil, aquela Bahia dele não é uma Bahia elitizada, é a Bahia dos pretos, pobres e as putas, os três “p” e é uma literatura feita para todo mundo consumir, e o Mercado que fica na Travessa Jorge Amado não. Existe toda uma separação. E como é uma zona de território em disputa como sempre. Uma das coisas que eu acho mais interessantes é que no ano passado, ou no ano retrasado, o Festival Afro-brasileiro aconteceu lá [na Travessa]. E de um lado [do Mercado] tinha gente branca, rica, com grana, obviamente que eu estou exagerando né, tem pessoas que não tem poder aquisitivo tão alto, mas ainda assim consomem lá, mas de modo geral é isso, e do outro pessoas periféricas, de cidades periféricas, consumindo e produzindo arte negra...então, eu acho que tem sido um local muito significativo...o que eu acho muito significativo, muito simbólico, é a população periférica ocupando aqueles espaços...é uma disputa de narrativas, território...mas o resistências [tema da FLIM] foi uma das ideias que a gente sugeriu, foi aprovada...e por vários sentidos né, e as coisas como que elas extrapolam...o fato de você colocar uma programação gratuita, chamando pessoas, que talvez não frequentem o ambiente, a região da Travessa Jorge Amado, para assistir um show, um bom show né, Arnaldo Antunes. É uma resistência. Gente, tudo isso aqui é pago, você tem que pagar tudo, mas esse espaço aqui é um espaço para as pessoas que estão sem dinheiro e só querem se divertir ouvindo Arnaldo Antunes...Então isso para mim é muito significativo. Isso diz muito sobre essas pessoas. Porque embora a gente tenha temas em comum [participantes da FLIM] ...a gente gosta de literatura ou não sei o que, em algum momento a gente tem essas diferenças, e essas diferenças estão aí. E tipo, a cor da pele, o cargo que ocupa, a classe social, e aí essas pessoas frequentam o mercado. Então eu acho muito simbólico isso também. Enquanto as pessoas mais próximas a minha faixa salarial, ou minha realidade...a gente frequenta os mesmos botecos baratos, assim, e está tudo bem também (Pedro Bala, FLIM).

A segregação se torna o produto e ao mesmo tempo a produtora das contradições e conflitos sociais. Os atores se segregam porque a mistura é conflituosa, mas quando mais se separam, mais evidente é a diferença e mais acirrado é o confronto (Rolnik, 1995). Para além de objetos, a cidade está enraizada num sistema de valores e modelos de comportamentos que formalizam as relações sociais, o que coloca a cidade num patamar dialético e contraditório. Na Figura 19 apresenta-se o palco montado pelo Festival Afro-brasileiro para realização dos shows gratuitos na Travessa Jorge Amado durante o evento.

Figura 19. Palco do 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa



Fonte: Acervo do autor (2019).

O 11º Festival Afro-brasileiro contou com oficinas, shows, danças, artesanato, dentre outras atividades que exaltavam a origem africana e o Dia Nacional da Consciência Negra. Foi um espaço de manifestação religiosa e cultural na luta contra o racismo e o preconceito. A pluralidade de formas e de diferenças marcavam uma ocupação diferente da do Mercado. O mesmo ocorreu com a mostra “UEM na praça”. O evento reuniu estudantes e professores da universidade para compartilhar com a comunidade um pouco da produção científica e projetos que a UEM desenvolve. Havia também um ônibus estacionado na Travessa. Ele era todo pintado e adaptável e formava uma espécie de palco onde artistas se apresentavam para o público. São eventos populares que acontecem de forma contraditória da ocupação do Mercado e que apresentam uma segregação na Travessa através das diferentes ocupações dos atores sociais. A Figura 20 traz o pórtico de entrada do 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa.

Figura 20. Pórtico de entrada do 11º Festival Afro-brasileiro na Travessa



Fonte: Acervo do autor (2019).

Os grupos dominantes de um território buscam garantir a coesão das práticas e das identidades. Quando um ator social territorializa um espaço, ele busca promover o consumo através das alianças para controlar o espaço e também outros grupos sociais (Haesbaert, 2009, 2012). O que resulta na segregação da cidade e escancara suas contradições. Como já se falou aqui, no espaço dominado pelo Mercadão, as pessoas estão sempre elegantes, bem arrumadas e com acessórios. Contrário a isso, nas ocupações populares, as pessoas não estão tão preocupadas em transmitir essa imagem. Além disso, há uma contradição não apenas no estilo das pessoas, mas também na organização material. Enquanto o Mercadão transmite uma imagem imponente por meio da decoração, nos eventos populares a estrutura é improvisada com barracas. A Figura 21 traz a realização da mostra “UEM na praça”. Ao fundo pode-se perceber o ônibus que servia de palco para apresentação dos artistas.

Figura 21. Mostra UEM na praça



Fonte: Acervo do autor (2019).

Na Travessa Jorge Amado criou-se uma fronteira imaginária para dividir os territórios. Os públicos não se misturam e não interagem entre si, o que acentua a segregação na Travessa. Baldo afirma que o interesse do festival Afro-brasileiro é estar ali para criar uma convivência entre os públicos e aparar as arestas existentes, mas que o público do Mercado acaba cortando volta e frequentando apenas o Mercado. Ou seja, não há interação entre os públicos, o que confirma a segregação da Travessa em dois lados.

As pessoas ficam na dela, não tem aquela coisa de olhar com simpatia...as pessoas olham, tem essa questão de não ter curiosidade, não tem interesse...não é algo que chame atenção...então a gente tinha um público que vinha das camadas sociais mais baixas, vinham participar do festival, sempre vieram, parte da educação, professores, mas aquele outro público não...os moradores da região mesmo, pessoal que mora ali em volta, os prédios, esse pessoal não entra, não passa...frequenta o mercado, só o mercado mesmo, não há curiosidade de olhar o que está acontecendo ali...o pessoal, o público do mercado realmente não olha, eles cortam volta. Nosso espaço é um evento que você poderia passar por dentro ali para poder circular, então as pessoas passavam por fora, não entravam, então, as pessoas se afastam, não querem estar muito ligadas...você percebe essa coisa assim...cada um na sua...é que a cidade, o espaço urbano é um lugar para conviver todos que habitam nele, coabitam ali dentro, e só coexistindo ali que eles vão ter que desenvolver essa relação. Porque quando você começa a segregar vai gerar conflito, vai se afastando e quando se encontra dá conflito...então, acredito que é o processo de convivência realmente, as pessoas das duas classes têm que conviver, se divertir junto, viver, porque é o dia a dia, elas trabalham junto, convivem junto, produzem junto, elas tem que saber

conviver na hora da diversão também. E aí os atritos tem que ser aparados...então, é importante que tenha sim [eventos populares na Travessa], eu acho que quando você tira dali você acaba fortalecendo isso, essa divisão. Faz com que as pessoas, não, é assim que tem que ficar, não pode misturar, e não. Tem que estar ali sim. Acho que ali é um lugar que realmente a comunidade artística da cidade tem que apropriar, se apropriar sim. Tem que conquistar, porque é um espaço bom, é acessível, e que tem que utilizar sim (Baldo, Festival Afro-brasileiro).

É como se a Travessa Jorge Amado possuísse fronteiras imaginárias que demarcam o lugar de cada coisa e de cada um, numa espécie de quebra-cabeças em que cada peça detém seu lugar e se sente estranha nos demais. Essa fronteira pode ser o jardim, as grades, os vasos, a decoração, os bares e restaurantes, e até mesmo a identificação das pessoas entre si. São os muros visíveis e invisíveis, essenciais na organização do espaço urbano (Rolnik, 1995). Na Figura 22 percebe-se a divisão espacial da Travessa Jorge Amado, quando da realização do Festival Afro-brasileiro na Travessa em 2019. É notória a diferença entre os espaços e a não interação entre eles. De um lado o Mercado, com vasos, jardinagem, bancos e decoração natalina voltados para o seu espaço. Do outro, o Festival Afro-brasileiro, cercado por toldos e barracas.

Figura 22. Divisão espacial da Travessa: Mercado e eventos populares



Fonte: Acervo do autor (2019).

Sendo assim, a cidade é composta por múltiplos territórios através das territorializações dos atores sociais nos espaços citadinos (Haesbaert, 2009). Tudo isso segrega e exclui os menos afortunados para espaços distantes dos centros urbanos, restando a estes, a resistência em ocupar territórios alternativos (Paulo, 2019). A territorialização dos eventos populares e do Mercado na Travessa Jorge Amado são significativos processos de territorialização porque materializam o embate dos atores nas disputas socioespaciais. Há uma espécie de homogeneidade à primeira vista, mas o espaço não é homogêneo, e sim cheio de antíteses, contradições e diferenças (Lefebvre, 1991).

Por exemplo, os flanelinhas possuem uma estratégia de atuação para poderem estar ali. Essa lógica do Mercado de lugar elegante transpassa o próprio mercado e chega até os flanelinhas, numa atuação de parceria e sobrevivência. Esses dois agentes aliados numa ajuda mútua para garantir o controle daquele território, num primeiro momento, aparentam uma homogeneidade, mas ao mesmo tempo também são contraditórios e diferentes.

A Travessa Jorge Amado era palco de uma famosa feira de artesanato que acontecia na cidade, no entanto, a feira acabou sendo retirada dali e passou a ocupar outros espaços da cidade. O Professor Silva Virajá, que atualmente é catador de latinhas, vendia doces e salgados na feira de artesanato. Ele conta que o Mercado solicitou a retirada para a Prefeitura, e a feira deixou de acontecer ali. Com isso, precisou parar de vender seus produtos e passou a recolher recicláveis pela cidade. Ele conta que mesmo com tudo isso, a situação atual é melhor, pois consegue arrecadar mais dinheiro com os recicláveis do que com a venda de doces e salgados.

Atrapalha [o Mercado]. Atrapalha. Fez o negócio errado. Está vendo essas marquinhos aqui [indica o chão], era da feirinha. Tinha feira de artesanato e de alimentação, e estragou. Atrapalha todo mundo [o Mercado]. Eles pediram para tirar o artesanato. O artesanato era aqui e alimentação era ali. Olha onde eu estou agora [aponta para as latas] ...isso aqui é melhor. Tiro mais de 2 mil. Dá mais dinheiro entendeu? (Professor Silva Virajá, transeunte).

Como defendeu Souza (2012), os territórios são construídos e desconstruídos pelos indivíduos ao apropriá-los por meio do poder. O que pode ocorrer em uma cidade e até mesmo nas ruas, trechos de uma rua, um prédio ocupado, uma prisão, parcelas de uma arquibancada, e nas mais diversas escalas e temporalidades (Souza, 2006). Seria a escala dos oprimidos e suas táticas de resistência cotidiana expressas espacialmente (Souza, 2009). Apesar de sofrer com a desterritorialização, o Professor Silva Virajá se reterritorializou e hoje encontrou novas formas de ocupar os espaços.

Dona Flor conta que sua mãe era artesã e participava da feira de artesanato, mas que com o tempo, a feira passou a ser realizada em outro local. Ela relata que:

Minha mãe é artesã e ela até tinha bastante feiras de artesanato ali [na Travessa] ...naquele espaço aberto ali do lado...eles começaram a dar uma brecada ali. Não sei se foi a Prefeitura ou o Mercado, entendeu? Tinha feira de artesanato, juntava um monte de artesãos da cidade e faziam uma feira naquele espaço. Uma semana, todo mundo junto, barraquinha, tudo muito bem organizado, de acordo, com tudo certinho...e aí começaram a dar uma barrada. Mas eu não sei se foi o mercado ou se foi a prefeitura... Não sei se foi o próprio Mercado que deu uma barrada, ou se foi a prefeitura que colocou em volta do parque do Ingá e daí não liberou mais ali em volta do mercado. Podem ter sido os dois, porque querendo ou não a gente sabe que no mercado os cara tem grana, então vão priorizar o deles (Dona Flor, frequentadora Mercado).

Maria Machado argumenta que existe um interesse da Prefeitura em fazer outra feira de artesanato na Travessa Jorge Amado na ocasião de alguma data comemorativa. Ela considera a Travessa Jorge Amado um local de sucesso para realização desse tipo de ação:

Nós estamos para fazer outra ali. Assim que tiver mais tranquilo, nós vamos colocar lá. Quando tem alguma data comemorativa, uma semana do turismo, semana da crocheteira, então daí a gente monta as barracas lá...A Travessa é um sucesso, aquela travessia. Quando tinha outro diretor de turismo a gente fazia todos nossos eventos ali na Travessa Jorge Amado, era um espetáculo, nós tínhamos o tour, levava para fazer degustação de cerveja, então a gente tinha o palco (Maria Machado, Prefeitura).

Nacib argumenta que a feira de artesanato não combina com o Mercado. Para ele, um estraga o negócio do outro, e que isso segrega o espaço da cidade, já que quem vai na feira não vai no Mercado, e quem vai no Mercado não vai na feira: “Quem vai no Mercado não vai pro role hippie...o Mercado estraga o negócio dos hippie, e o negócio dos hippie estraga o Mercado (Nacib, frequentador do Mercado).

Ao territorializar os espaços, os atores sociais desejam coesão de práticas e identidades, porém, esse processo abre margem para novas formas de ocupação dos espaços urbanos. A cidade passa a ser um campo de lutas, disputas e resistências, onde os agentes sociais atuam por meio de práticas socioespaciais conforme seus interesses. As cidades passam a ter verdadeiros territórios, em diferentes escalas, através da apropriação e dominação dos espaços urbanos. Num domínio que envolve fronteiras não necessariamente materiais, mas representativas e identitárias.

Pode-se compreender os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado por meio da contradição e da segregação daquele espaço. Os acessos e inserções dos atores sociais, os diferentes territórios e ocupações na Travessa Jorge Amado são compreendidos através da organização (i)material e espacial daquele território.

A territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes. Essa ação segrega e divide aqueles que podem e aqueles que não podem frequentar determinados territórios, segregando o espaço através das diferenciações econômicas, políticas e sociais (Carlos, 2007). Percebe-se então, as hierarquias, fragmentações e divisões do território. É possível, assim, perceber e identificar as coesões e as fissuras da Travessa Jorge Amado, os valores, aparências, comportamentos, classes, cores, gêneros, sempre como forma contraditória de controle, separação, segregação.

Deste modo, as chaves teóricas do afeto, poder, resistência, segregação e contradição foram utilizadas para intermediar as discussões desta pesquisa, a fim de compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado em Maringá, Paraná. Os atores sociais que permeiam a Travessa ao serem afetados pelas (i)materialidades, a territorializam. O Mercadão e os frequentadores realizam uma ocupação voltada ao consumo para manter o local privativo e seguro, ao passo que os eventos populares desejam uma ocupação livre e gratuita.

Dentro desse processo, nessa constante relação de poder entre os atores sociais, o Mercadão e seus frequentadores resistem às novas formas de ocupação para garantir a sua hegemonia. Já os rejeitados resistem às tentativas de dominação e controle neles impostas, criando práticas subversivas e encontrando vertedouros para conceder novas finalidades a Travessa Jorge Amado. Portanto, os processos de territorialização dos atores nos espaços urbanos refletem as contradições e os conflitos das relações sociais. Relações que são marcadas pelas relações assimétricas de poder, nas lutas e disputas entre os atores sociais para apropriar e dominar os espaços da cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação foi compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado em Maringá, Paraná. Para seu alcance foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2020, entrevistas com os frequentadores do Mercado, os transeuntes, os flanelinhas, os vendedores ambulantes, os representantes da Prefeitura Municipal, do Mercado e dos eventos populares, os quais são os atores sociais envolvidos nos processos de territorialização na Travessa Jorge Amado. Com a pesquisa pode-se perceber que os diferentes grupos territorializam a Travessa Jorge Amado de formas distintas. A Travessa se mostrou um palco de lutas, onde os atores sociais dominam e apropriam o espaço conforme seus interesses.

O objetivo geral se desmembrou em três objetivos específicos. O primeiro deles foi apresentar uma constituição histórica dos espaços urbanos de Maringá, com destaque para a Travessa Jorge Amado e o Mercado Municipal de Maringá. Por meio de fontes bibliográficas, documentos, artigos, imagens e reportagens pode-se compreender que a formação dos espaços urbanos de Maringá busca a valorização imobiliária, promovendo a imagem de uma cidade bonita, elegante e boa para se viver. Essa lógica se reflete na Travessa Jorge Amado e no Mercado de Maringá, os quais são estrategicamente decorados numa congruência com a cidade de Maringá.

O segundo objetivo específico foi debater os aspectos de dominação e apropriação pelos atores sociais na Travessa Jorge Amado. Ela está organizada por elementos físicos repletos de significados que contribuem para as diferentes territorializações. Identificou-se uma apropriação e dominação do Mercado e seus frequentadores em parte da Travessa, no entanto, também se percebeu uma territorialização dos eventos populares e dos transeuntes, que buscam manifestar ali uma utilização diferente e contrária da do Mercado.

Por último, o terceiro objetivo específico analisou as representações, poderes, contradições, afetos, resistências e segregações no território da Travessa Jorge Amado. As discussões possibilitaram compreender que os frequentadores do Mercado se identificam com a proposta do mercado de lugar requintado, elegante e privativo. Por outro lado, os frequentadores dos eventos populares desejam promover um território que possa ser utilizado por todos, gratuito e acessível. Fruto desses afetos, acontecem disputas e resistências.

O Mercado exerce poder para garantir seu domínio na Travessa. Por meio de alianças e elementos materiais como vasos, cercas, seguranças, decoração e faixa de preço, busca

controlar e conter os acessos de seu território. Já os transeuntes e populares resistem a essas imposições e encontram vertedouros para também territorializar a Travessa Jorge Amado através de shows gratuitos, eventos da cultura afro e festa literária. Assim, a Travessa passa a ter diferentes ocupações, segregada em diferentes territórios contraditórios entre si. De um lado o Mercado, lugar caro com seus frequentadores arrumados e elegantes, e do outro os populares numa ocupação livre.

Nesse sentido, por meio desse trabalho pode-se entender o território estabelecido pelas relações de poder entre os atores sociais, constituído de dimensões materiais e simbólicas. Foi possível construir uma argumentação de que os atores sociais, ao serem afetados pelas (i)materialidades do território, sistematizam esses afetos em poder, resistência e segregação, num processo contraditório.

Assim, ao propor um debate intermediado pelas chaves teóricas do afeto, poder, segregação, resistência e contradição, este trabalho contribui para o campo dos Estudos Organizacionais ao ampliar possibilidades de novos olhares sobre a organização e gestão das cidades ao discutir as antíteses e contradições da cidade em sua dinâmica territorial, através das territorializações e das territorialidades.

Os atores sociais territorializam os espaços da cidade para concedê-los às finalidades de seu interesse. Os grupos hegemônicos buscam (re)produzir seu domínio numa cidade que não é para todos, enquanto os hegemonzados apropriam os espaços da cidade para resistir às exclusões impostas. Por isso, a contribuição deste trabalho para os Estudos Organizacionais é, ao trazer uma sistematização do conceito de território amplamente difundido na Geografia, aprimorar a análise da organização-cidade, numa contribuição que ultrapassa o dualismo e atinge as complexidades das relações sociais dentro da dinâmica cidadina.

Os aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais do território se conectam às chaves teóricas desta pesquisa e se evidenciam explícita ou implicitamente na argumentação. Os atores sociais são afetados pelas (i)materialidades dos territórios. Afetos que são postos como forma de poder representativo a fim de garantir a dominação sobre os espaços, quando, por exemplo, se domestica a natureza em jardins decorativos para transmitir uma imagem de espaço bonito, decorado, higienizado e revitalizado. Afetos que são reflexos da classe social, da cor, do gênero dos atores sociais, e, portanto, são sistematizados de diferentes formas por cada agente. Assim, as formas como a cidade afeta cada ator social diz respeito às relações contraditórias da (re)produção do capital. Enquanto a identificação com a cidade para alguns é

segurança, beleza, aconchego e conforto, para outros o afeto remete a insegurança, inibição, risco e constrangimento.

Tudo isso marca as relações sociais de poder. Os atores sociais estão a todo momento disputando os territórios, numa resistência entre os atores que marca a contradição das relações sociais e confirma a segregação espacial. A organização-cidade é fragmentada, conflituosa, contraditória, e ao estudá-la sob a luz dos conceitos de território, se apresentam possibilidades de análise da(s) dinâmica(s) territorial(is) das cidades a partir das chaves teóricas, o que poderá servir de apoio para análises empíricas de trabalhos futuros que tomem como base o conceito de território.

Ao desenvolver um estudo em uma organização-cidade, sustentado pelo conceito de território, este trabalho avança nas contribuições para os Estudos Organizacionais ao desvelar que as relações socioespaciais são (i)materializadas nas transformações dos espaços urbanos em territórios. Transformações essas que envolvem uma apropriação privada as quais nem sempre abrangem o atendimento coletivo. Os espaços urbanos transformados em territórios passam a respeitar a lógica de mercado buscando valorização para os investidores, mesmo que isso selecione quem pode e quem não pode acessar esses espaços.

Estudar os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado contribui às discussões sobre quem está nos territórios e quem não está, quem apropria e domina os espaços da cidade. Desta forma, ao compreender os processos de territorialização permite-se entender a cidade segregada em verdadeiros territórios, em diferentes escalas, através da apropriação e dominação dos espaços urbanos. Num domínio que envolve fronteiras não somente materiais, mas representativas e identitárias. Esta pesquisa evidenciou que para além da materialidade, também há um controle simbólico que determina as fronteiras de acesso ao território. Para alguns a materialidade da Travessa Jorge Amado representa aconchego e segurança, para outros a materialidade reprime e mostra que não são bem-vindos. Ainda assim, estes mostram seu poder de resistência e territorializam a Travessa concedendo-a novas finalidades.

A Travessa Jorge Amado é um espaço territorializado por diferentes atores sociais dentro da dinâmica hegemônica da cidade de Maringá, Paraná, deste modo, a abordagem territorial é um caminho para se compreender os conflitos e as relações de poder travadas entre os atores sociais que compõem as cidades. Essas relações sociais são complexas e superam o dualismo, por isso, o trabalho também contribui ao debater as relações sociais de poder dos atores sociais com assimetrias, através das múltiplas e heterogêneas relações sociais. Para

entender os conflitos e contradições fruto dos processos de territorialização dos espaços urbanos, o trabalho tomou como sujeitos da pesquisa não só o Mercado e seus frequentadores, mas todos os atores sociais que permeiam a Travessa Jorge Amado e estão envolvidos na sua territorialização.

Isso permitiu analisar a organização-cidade dentro dos Estudos Organizacionais incluindo também as pessoas que nela habitam, suas relações sociais, os simbolismos, as interações, as relações de poder, a dinâmica, as resistências, os conflitos e a historicidade, mostrando que a cidade é ocupada por todos e que todos os atores sociais demonstram suas práticas socioespaciais de poder e resistência na dinâmica cidadina, e portanto, também devem ser estudados.

O trabalho traz para os Estudos Organizacionais um caminho significativo para problematização das cidades em seus aspectos materiais e representativos. Ele abre espaço para as discussões sobre as práticas socioespaciais dos atores sociais na cidade, que apropriam e dominam os espaços urbanos transformando-os em verdadeiros territórios. Como resultado dos processos de territorialização, as cidades passam a ter fronteiras materiais e imaginárias, muros visíveis e invisíveis, que demarcam o lugar de cada coisa e de cada um e refletem as contradições das relações sociais. Assim, estudar a cidade sob o prisma dos Estudos Organizacionais aprofunda o entendimento de sua separação territorial não unicamente material, mas simbólica e representativa, fruto das relações de poder entre os atores sociais.

A Travessa Jorge Amado se mostrou um importante espaço na cidade de Maringá, Paraná. Nela está o Mercado Municipal da cidade, o qual é um local repleto de representações, identidades, história e traz consigo um reflexo da produção territorial o que o torna um importante objeto de investigação. A Travessa também recebe eventos significativos da cidade que manifestam as crenças e significados por meio das culturas populares, africanas, da literatura e da pesquisa científica. Além disso, é um espaço de deslocamento estratégico para as pessoas que a utilizam para atravessar de um lado para o outro, concedendo fluxo e movimento para o local.

Portanto, ao estudar os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado esse estudo contribui empiricamente ao aprofundar a análise deste importante espaço da cidade, mostrando que ele poder ser ocupado pelos diferentes, que ele pode ser palco de múltiplas manifestações culturais, que ele pode ser um espaço de convivência social. Contribui-se incentivando que mais ações sejam feitas ali, a fim de trazer as pessoas para o

centro, para que todos usufruam dos espaços da cidade, e que não apenas um ou outro grupo desfrute daquele local.

A cidade como objeto de estudo da Administração, entendida como organização-cidade, é complexa, diversa, plural, conflituosa, repleta de aspectos estruturais e simbólicos e, portanto, o papel dos Estudos Organizacionais é investigar os processos de intervenção urbana, questionando os conflitos e contradições que são postos no processo de (re)produção das relações socioespaciais. Foi o que se tentou fazer neste trabalho, ao compreender como ocorrem os processos de territorialização dos atores sociais na Travessa Jorge Amado em Maringá, Paraná.

REFERÊNCIAS

- Abe, Tatiana K., Schmitzhaus, Aline M., & Chagas, Priscilla Borgonhoni. (2015). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Maringá: uma análise preliminar e crítica das prioridades de investimento. *Caderno de Administração*, 23(2).
- Alcadipani, R., & Almeida, A. O. (2000). O feitiço incluiu o feiticeiro: uma análise sobre a implementação de um escritório aberto. In: *Anais do Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 24. Florianópolis: ANPAD.
- Almeida, D. R. (2014, junho). Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. *Revista Formadores: vivências e estudos*, Cachoeira-BA. 7(1), 74-77.
- Alves, Lidiane Aparecida., & Ribeiro, Vitor. (2011, setembro). Os mercados públicos e a cidade: as transformações do Mercado Municipal de Uberlândia (MG). *Caminhos da Geografia*, 12(39), 209-225.
- Ambrozio, J. (2013). O conceito de território como campo de poder microfísico. *Revista de geografia*. 3(2), 1-10.
- Andrade, C. R. M. de.; & Cordovil, F. C. de S. (2008). A cidade de Maringá: o plano inicial e as requalificações urbanas. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona. Universidad de Barcelona.
- Andrade, M. C. (1998). Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: Santos, M. Souza, M. A. A. & Silveira, M. L. (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. 213-220.
- Araújo, M. C. A (2010). cidade de Maringá: a constituição de um espaço urbano planejado e segregado. In: Rodrigues, N. A; Tonella, C. (Orgs). *Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas*. Maringá: Eduem, 165-191.
- Associação Comercial de Maringá. (2017, setembro 19). *Muito mais que calçada e estacionamento* [site]. Recuperado de <https://www.acim.com.br/2017/09/19/muito-mais-quecalçada-e-estacionamento/>
- Baltazar, Ana Paula. (2019). As cidades nos Estudos Organizacionais como resistência e reação sócio-Espaciais. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 05-20.
- Bauer, M. W.; & Aarts, B. (2008). A construção do corpus: um princípio para coleta de dados qualitativos. In: Bauer, M. & Gaskell, G (Orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (7ª ed.). Petrópolis: Vozes, 39-63.
- Bernardo, P.; & Ichikawa, E. Y. (2019). Multiterritorialidades e relações de poder nas cidades. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 105-134.

Bitar, Nina Pinheiro. (2014, agosto). Patrimônio, trabalho e tempo: o novo Mercado Municipal do Rio de Janeiro. *Iluminuras*, 15(36), 80-114.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Editora Porto.

Borges, William Antonio. (2004) *A periferia decorrente da mobilidade centrada no trabalho: a questão do aglomerado urbano de Maringá* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR. Brasil.

Borges, William Antonio., & Sela, Vilma Meurer. (2013, setembro). Cooperação intergovernamental e produção do espaço urbano: o alinhamento entre mercado, financiamento público, política eleitoral e obras públicas na cidade de Maringá/PR. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 37.

Botelho, T.R. (2005, agosto). Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luiz. *Revista Eure*, 31(91), 53-71.

Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Bógus, Lucia., & Ribeiro, Luiz César de Q. (2006, janeiro. Junho). Apresentação. *Cadernos Metrópole*, 15, 9–11.

Brenner, N. (2015). Is tactical urbanismo an alternative to neoliberal urbanismo? In: Brenner, N. (Org). *Critique of urbanization: selected essays*. Berlim: Bauverlag. 112-121.

Bretas, P. F. F. & Saraiva, L. A. S. (2013, maio, setembro). Práticas de controle e territorialidades: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão.Org*. Recife, PE, Brasil. 11(2), 247-270.

Brulon, V. & Peci, A. (2018). Quando processos de organizar se chocam: hibridismo no espaço social de favelas. *Revista Eletrônica Organizações e Sociedade*. (25), 68-86.

_____. (2019). Sobre favelas enquanto campos de poder e a (des)organização do espaço social. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 135-178.

Cara, R. B. (1998). Territorialidade e identidade regional no Sul da Província de Buenos Aires. In: Santos. M; Souza, M. A. A. & Silveira, M. L, (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec. 261-269.

Cardoso, Isabel Cristina da Costa. (2011, agosto. dezembro). O espaço urbano e a re-produção das relações sociais no pensamento de Henri Lefebvre: contribuições à teoria social crítica. *Revista Libertas*, 11(2), 1–23.

Carlos, Ana Fani Alessandri (2007a). *A cidade*. (8ª ed). São Paulo: Contexto.

_____. (2007b). *O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade* (1ª ed). São Paulo: FFLCH.

_____. (2013). Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.

_____. (2015a) A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In: *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto.

_____. (2015b) A tragédia urbana. IN: Carlos, A. F. A; Volochko, D; Alvarez; I. P. *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto.

_____. (2019, dezembro). Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. *Geosp – Espaço e Tempo* (online). 23(3), 458-477.

Castells, Manuel. (1983). *A questão Urbana*. Trad. de Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Castilhos, Rodrigo Bisognin., & Cavedon, Neusa Rolita. (2004). Mercado público de Porto Alegre: um espaço organizacional dividido entre o sagrado e o profano. *Revista Eletrônica de Administração* (37ª ed.). 10(1).

Cavedon, Neusa Rolita. (2004, janeiro/abril). “Pode chegar freguês”: a cultura organizacional do Mercado Público de Porto Alegre. *O&S*, 11(29).

Cavedon, N.R., Fantinel, L.D., Ávila, L.R., & Valadão, V.M. (2010, jul/dez). O mate amargo e o doce de leite: entrecruzando as culturas regionais, locais e organizacionais nos mercados públicos de Porto Alegre e Uberlândia. *Revista Gestão e Planejamento*, 11(2), 157-175.

CBN. (2020, maio 21). *Devido à Covid-19, Eixo Monumental está em “stand by, diz presitende do Ipplam*. [site]. Recuperado de <https://www.cbnmaringa.com.br/noticia/devido-a-covid-19-eixo-monumental-fica-de-lado-em-maringa>

Chagas, P. B.; Carvalho, C.A.; & Marquesan, F. F. S. (2015). Desenvolvimento e dependência no brasil nas contradições do Programa de Aceleração do Crecimento. *Organizações e Sociedade* (online). (22). 269-290.

Coelho, K. da Silva. (2012). *A resistência à nova proposta de Plano Diretor apresentada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma análise das práticas alternativas de organizar*. 358f. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Coimbra, K. E. R., & Saraiva, L. A. S. (2013, maio, agosto). Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul. *Gestão & Regionalidade*. 29 (86), 34-46.

Cordovil, F. C. S. (2010). *A aventura planejada: Engenharia e urbanismo em Maringá, PR, 1947 a 1982*. (Tese de doutorado) Instituto de Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP, BR.

Correia, G. F. A., Colares, A. F. V., & Saraiva, L. A. S. (2017, maio-agosto). Onde Termina o público e começa o privado? Análise da privatização da cultura na Praça da Liberdade em Belo Horizonte. *Acta Scientiarum, Humam and Social Sciences*, Maringá, 39(2), 109-120.

Correia, G. F. A.; Santos, J. V. P. dos.; & Carrieri, A. de Pádua. (2020). Futebol como tradição ou invenção? A prática de representar a cidade no Museu Brasileiro de Futebol de Belo Horizonte. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.

Corrêa, Roberto Lobato. (2002). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

_____. (2004). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

_____. (2012). Espaço, um conceito chave da geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas* (15ª ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2013). Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Orgs). *A produção do espaço urbano: agentes e processos; escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.

Creswell, John. W. (2007). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Luciana de Oliveira Rocha. (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Deslandes, S. F. (1996). *A construção do projeto de pesquisa: pesquisa social, teoria método e criatividade* (5ª ed). Petrópolis, RJ: Vozes.

Duarte, F., & Czaikowski Júnior, S. (2006). Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. *Revista de Administração pública*, 41(2), 273-282.

Fantinel, L. D. (2020). O organizar multiespécie da cidade. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.

Fernandes, B. M. (2005, janeiro, junho). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Observatório social da América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 8(6). 273-284.

_____. (2009). Sobre a tipologia de territórios. In: Saquet, M.A & Sposito, E.S. (Orgs). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo. SP: Expressão popular. 197-216.

Ferreira, D. S. (2014, abril). Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. *Campo – Território*. 9(17), 111-135.

Fischer, G. N. (2010). Espaço, identidade e organização. In: *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. (2a ed.) São Paulo: Atlas.

Fischer, T. (1996). Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: Fischer, T. *Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Fischer, T. et al. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades, ressonâncias. In: Prestes Motta, F.C.; Caldas, M.P. *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas.

Fontana, A. & Frey, J.H. (2011). The interview: from neutral stance to political involvement. In: Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Orgs). *The sage handbook of qualitative research Thousand Oaks*. Sage.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. RJ. Graal.

Freitas, C.H. G.; Medeiros, C.R. de Oliveira.; & Junior, V.M.V. (2020). Cidades globais: uma perspectiva para o contexto urbano das organizações. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.

Gazeta do Povo. (2020, janeiro 10). *Revitalização do Eixo Monumental: Maringá reforça status de cidade planejada*. [site]. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/revitalizacao-do-eixo-monumental-maringa-reforca-status-de-cidade-planejada/>

Geiger, P. P. (2006). Desterritorialização e espacialização. In: Santos, M.; Souza, M.A. & Silveira, M. L. (Orgs). *Território: globalização e fragmentação*. (5ª ed.). São Paulo, HUCITEC/ANPUR.

GMC Online. (2019, março 01). *Prefeitura emite ordem de serviço para projeto do eixo monumental* [site]. Recuperado de <https://www.gmconline.com.br/noticias/cidade/prefeitura-emite-ordem-de-servico-para-obras-do-eixo-monumental>

_____. (2019, dezembro 13). *Maringá vai ganhar novo mercadão com foco em gastronomia e serviços* [site]. Recuperado de <https://www.gmconline.com.br/noticias/cidade/maringa-vai-ganhar-novo-mercadao-com-foco-em-gastronomia-e-servicos>

Godoy, A. M. G. (2009, janeiro/abril). Mercado imobiliário? Planejamento público? Qual a controvérsia na ocupação do solo urbano? *Textos de Economia*, Florianópolis, 12(1), 11-37.

Goulart, S. et al. (2010). Articulações em rede e acontecimentos no território: subsídios teóricos para a formação de políticas públicas para o desenvolvimento. *Cadernos EBAP.EBR*. Rio de Janeiro. 8(3). 388-403.

Guarnieri, F.; Chagas, P. B. & Vieira, F. G. D. (2018, janeiro/abril). A territorialização do cotidiano a partir de intervenções governamentais: o caso das academias da terceira idade (ATIS). *Alcance*. 25 (1). p. 61-78.

Haesbaert, R. (1994). O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do V congresso Brasileiro de geografia*. Curitiba: AGB, 206-214.

_____. (1997). *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói, Rio de Janeiro, EdUFF.

_____. (2004a). Des-Caminhos e perspectivas do território. In: Ribas A. D.; Sposito, E. S. & Saquet, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste. 87-119.

_____. (2004b). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2005). Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais X Encontro de Geógrafos da América Latina*. USP.

_____. (2007a). Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Santos, M. & Becker, Bertha K. (Orgs). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. (3ª ed.) Rio de Janeiro: Lamparina, 43-71.

_____. (2007b, março). Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*. Rio de Janeiro, 11(17), 19-44.

_____. (2009). Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, 95-120.

_____. (2012). Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, Iná E. de; Gomes, P. C. da C. & Corrêa, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. (15ª ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 165-205.

Haesbaert, R. & Limonad, E. (2007, agosto). *O território em tempos de globalização*. Etc...espaço, tempo e crítica. Rio de Janeiro. 1(2), 39-52.

Harvey, David. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaços e debates*, (39).

_____. (2015). A liberdade da cidade. In: Harvey et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial.

Honorato, B. E. F., & Saraiva, L. A. S. (2016, outubro, dezembro). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Revista Desenvolvimento em Questão*. 14(36), 158-186.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). [Site]. Recuperado de: <http://www.cidades.ibge.gov.br/>.

Ipiranga A, S. R. (2010, janeiro/fevereiro). A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, 11(1), 65-91.

Kvale, Steinar. (1995). The social construction of Validity. *Qualitative inq.* (1).

- Lefebvre, H. (1991) *A Vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Editora Ática.
- _____. (2000). *La production de l'espace* (4a ed.). Paris: Éditions Anthropos.
- _____. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- _____. (2003). *The urban revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- _____. (2008) *Espaço e política*. Belo Horizonte. UFMG, 2008.
- _____. (2014). *Critique of daily life*. London: Verso.
- Leitão, Gerônimo. (1999). *A construção do eldorado urbano: o plano diretor da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, 1970/1988*, Niterói: Eduff.
- Leite, R. P. (2008). Localizando o espaço público: gentrificação e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (83), 35-54.
- Lima, O. P.; Silva, A. N.; & Carrieri, A. de P. (2019). De mercado novo a mercado das borboletas, as metamorfoses de um edifício “fora do lugar” na região central de Belo Horizonte. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 179-242.
- Mac-allister, M. (2001). *Organização-cidade: uma contribuição para ampliar a abordagem do objeto cidade como objeto de estudo no campo dos estudos organizacionais*. (Tese de doutorado). Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- _____. (2003). Emergência do espaço organizacional para a gestão social. In: *Anais do colóquio internacional sobre poder local, 9*. Salvador: Escola de Administração – EAUFBA.
- _____. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*. Salvador. (11). 171-181.
- _____. (2019). Para além de organização-cidade: OrganiCidade. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 75-104.
- Manzini, E. J. (1991). A entrevista na pesquisa social. *Didática*. São Paulo, (26/27), 149-158.
- Maricato, E. (2013). É questão urbana, estúpido! In: Maricato, E. et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.
- Maringá Histórica (2019, maio 10). *Antes do Mercadão*. [youtube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=0O_aN3-gUnM

Maringá, PR. (13 maio 2020). *Google Maps*. Google. Consultado em https://www.google.com/maps/place/Mercad%C3%A3o+de+Maring%C3%A1/@-23.4161766,-51.9385809,15z/data=!4m2!3m1!1s0x0:0xbe811a6fa748ceec?sa=X&ved=2ahUKewjqPrOrb7pAhUPHbkGHcO2CmYQ_BIwE3oECBQQCA

_____. (13 maio 2020). *Google Earth*. Google.

Maringá.com. (2007, julho 11). *Hoje tem feira da seresta e artesanato na Travessa Jorge Amado*. [site]. Recuperado de <https://noticias.maringa.com/3560/hoje-tem-feira-da-seresta-e-artesanato-na-travessa-jorge-amado>

Maringápost (2018, agosto 30). *Flim 2018 muda de local de curadoria e já confirmou cinco nomes entre os quais Thalita Rebouças, Fabrício Carpinejar e Arnaldo Antunes* [site]. Recuperado de <https://maringapost.com.br/light/2018/08/30/flim-2018-muda-de-local-de-curadoria-e-ja-confirmou-cinco-nomes-entre-os-quais-thalita-reboucas-fabricio-carpinejar-e-arnaldo-antunes/>

Mattar, F. N. (1996). *Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento*. (3ª ed.) São Paulo: Atlas.

Medeiros, R. M. V. (2009). Território, espaço de identidade. In: Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (Orgs). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular. 217-227.

Mendes, L., & Cavedon, N.R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*. 4(1), 123-140.

Mercado Municipal de Maringá. (2018, novembro 21). *Flim começa hoje* [Site]. Recuperado de <http://mercadaomaringa.com.br/flim-comeca-hoje-e-segue-atedomingoprogramacao-inclui-apresentacoes-na-travessa-jorge-amado/>

_____. (2020, março 25). [Site]. Recuperado de <https://mercadaomaringa.com.br/nossa-historia/>

_____. (2020, março 25). [Site]. Recuperado de <https://mercadaomaringa.com.br/#lojas>

Merriam, S. B. (2002). *Case study research in education: a qualitative approach*. Jossey-Bass.

_____. (2009). *Case study research in education: a qualitative approach*. Jossey-Bass,

Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (14ª ed.) Petrópolis, Vozes.

_____. (2002). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. (21ª ed.) Petrópolis, Vozes.

Misoczky, M.C.; Camara, G.D.; Cerqueira, P.R.; & Coto, G.C. (2012, setembro, dezembro). Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do centro nova olaria – Porto Alegre. *Gestão e Sociedade*. Belo Horizonte. 6(15), 254-279.

Misoczky, M. C.; & Oliveira, C. M. de. (2018, novembro, dezembro). A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro 52(6). 1015-1031.

Misoczky, M. C.; Oliveira, C. M. de.; & Flores, R. K. (2019). Henri Lefebvre – marxista e humanista: traços de sua apropriação no planejamento urbano e nos estudos organizacionais. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 381-427.

Natureza Urbana. (2020). *Eixo Monumental de Maringá*. [site]. Recuperado de <https://naturezaurbana.net/Eixo-Monumental-de-Maringa>

O Diário. (2015, março 26). *Encontro de carros antigos será neste sábado no Mercado Municipal em Maringá* [Site]. Recuperado de <https://maringa.odiarario.com/maringa/2015/03/encontro-de-carros-antigos-sera-nessabado-mercadao-municipal-em-maringa/1294447/>

_____. (2018, agosto 11). *Uem promove ciência na praça* [Site]. Recuperado de <https://maringa.odiarario.com/maringa/2018/08/uem-promove-ciencia-na-praca/2510113/>

Oliveira, Adriano, Aparecido. (2016). *Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de aceleração do crescimento (pac): a Reterritorialização dos moradores do entorno da obra contorno Norte de Maringá-PR*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, Brasil.

Oliveira, A. A. & Chagas, P. B. (2016). Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de aceleração do crescimento (PAC): a reterritorialização, pelos moradores, do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR. *Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais*. Porto Alegre, RS, Brasil.

Oliveira, Josiane Silva de.; Mendes, Euna. & Lopes, Bárbara Franco. (2019, janeiro, março). Práticas de organizações na (re)organização da cidade: etnografando a procissão do fogaréu na cidade de Goiás. *Revista Pensamento & Realidade*. 34(1), 45, 67.

Oliveira, M. M. (2001). *Metodologia Interativa: um processo hermenêutico dialético*. Interfaces Brasil/Canadá, Porto Alegre. 1(1).

Oliveira, P. G. G. de; Machado, H. O.; & Carvalho, H. J. B. de. (2020). Cidades em movimento: auto-organização, emergência e insurgência cidadã. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.

Paulo, Carla F. de O. (2019). *(Des)(Re)Territorialização e produção do espaço urbano: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR* (Dissertação de mestrado) Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Pereira, D. C. & Carrieri, A. P. (2005, janeiro, julho). Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. *RAE Eletrônica*. 4(1).

Pereira, J. A.; Chagas, P. B. & Bánkuti, S. M. S. (2016). Perspectivas do território no sistema Agroalimentar local: o caso da uva no município de Marialva-PR. *Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 40. Mata São João, Rio de Janeiro: ANPAD.

Pesavento, S. J. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, 27(53), 11-23.

Picheth, Sara, Fernandes & Chagas, Priscilla Borgonhoni. (2018, outubro, dezembro). Interfaces entre territorialidade e identidade: analisando as vivências das mães do Grupo Maternati. *Cad. EBAPE.BR*. Rio de Janeiro. 16(4), 788-801.

Pintaudi, S.M. (2006). Os mercados públicos: metamorfoses de um escapo na história urbana. *Revista Cidades*, 3(5), 81-100.

Piveta, Aleson, Marcos. (2020). *O processo de (des)(re)territorialização dos moradores de Presidente Castelo Branco-PR com a duplicação da BR 376*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Prefeitura Municipal de Maringá. (2018, outubro 8). *Concurso nacional para eixo monumental*. [Site]. Recuperado de <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=89010569d65589&id=33816>

_____. (2018, outubro 23). [Site]. Recuperado de <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=f1b9c0c3f755f1&id=33879>

_____. (2019). Projeto Arquitetônico de revitalização do Eixo Monumental de Maringá.

_____. (2019, janeiro 03). [Site]. Recuperado de <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo/?cod=atrativos-turisticos/45/>

_____. (2019, abril 02). *Obras do Eixo Monumental vão começar pelo entorno do terminal*. [Site]. Recuperado de <http://www2.maringa.pr.gov.br/site/index.php?sessao=ca0814f8c955ca&id=34647>

Raffestin, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática.

Ratzel, F. (1990). *Ratzel*. Tradução de Antonio Carlos Robert de Moraes (1ª ed). São Paulo: Ática.

Record News. (2015, outubro 19). *Mercado Municipal preserva a história de Maringá* [Site]. Recuperado de <https://noticias.r7.com/record-news/record-news-rural/videos/mercadomunicipal-preserva-historia-de-maringa-pr-19102015>

- Reschilian, P. R., & Uehara, A.Y. (2012). Desafios à questão metropolitana: o processo de organização do espaço urbano e regional de Maringá. *Oculum Ensaios*, 15.
- Ribeiro, F. B. (2015). Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In: Carlos, A. F. a. (Org). *Crise Urbana*. São Paulo.
- Riceto, A. & Silva, V. P. (2008, dezembro). O território como categoria de análise de geografia. *Caminhos da Geografia*. Uberlândia, MG. 9(28). 146-152.
- Rodrigues, A. L. (2004). *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá* (Tese de doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP. Brasil.
- Rolnik, Raquel. (1995). *O que é cidade*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Editora Brasiliense.
- Rosato, Félix João. (2003). “*Ainda somos os mesmos e vivemos como nossos pais*”: o processo sucessório nas bancas do Mercado Público de Porto Alegre. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS. Brasil.
- Sack, R. (1986). *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge, Crambidge University Press.
- Sánchez, F. (2001). A reinvenção das cidades na virada do século: agentes, estratégias e escalas de ação política. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 16, 31-49.
- Santos, C. H. F.; & Mac-Allister, M. A. (2020). Prática de ciclismo utilitário em Fortaleza. In: Saraiva, L.A.S. & Ipiranga, A.S.R. (Orgs). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.
- Santos, L. dos. (2019). *O processo de (des)(re)territorialização das cooperativas de reciclagem de Maringá-PR: uma luta pela ocupação da cidade*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Saquet, M. A. (2003). *Os tempos e os territórios da colonização italiana*. Porto Alegre/RS: EST Edições.
- _____. (2004). O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: Sposito, E.; Saquet, M. A & Ribas, A. (Orgs). *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão, EduUnioeste. 121-147.
- _____. (2005). Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território. In: Sposito E. (Org). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente, SP: FCT, UNESP, GAsPERR, 35-51.
- _____. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. (4ª ed). São Paulo: Brasiliense.

_____. (2007) *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2009). Por uma abordagem territorial. In: Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 73-94.

_____. (2010). *Abordagens e concepções de território*. (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2013). As relações de poder e os significados do conceito de território. In: Saquet, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras Expressões. 27-35.

_____. (2015). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Outras Expressões.

Saquet, M. A. & Briskievicz, M. (2009). Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*. 1(31), 3-16.

Saquet, M. A. & Flavio, L. C. (2015, janeiro, junho). Contribuições para o planejamento e a gestão urbana: a experiencia do projeto vida no bairro – Francisco Beltrão (PR). *Guaju – Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, Matinhos. 1(1). 123-141.

Saraiva, L.A.S. (2009). *Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural de Itabira, Minas Gerais*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Saraiva, L.A.S. (2019). Os Estudos Organizacionais e as cidades. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 21-74.

Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. P. (2010). Dinâmica simbólica nas organizações. In: Marchiori, M. *Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas*. São Caetano do Sul: Difusão.

_____. (2012, dezembro). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 46(2), 547-576.

Saraiva, Luiz Alex Silva., Carrieri, Alexandre de Pádua., & Soares, Ari de Souza. (2014, março/abril). Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), 97-126.

Saraiva, L.A.S.; & Enoque, A. G. (2019). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento.

Saraiva, L.A.S.; & Ipiranga, A. S. R. (2020). *Histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades*. Ituiutaba: Barlavento.

Sartor, P. (2010, maio 31). *Novo conceito de comprar e lazer* [blogspot]. Recuperado de <https://priscilasartor.blogspot.com/2010/05>

Schneider, S. (2004, janeiro, junho). A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas ligações externas. *Revista Sociologias*. 6(11). Porto Alegre. 88-125.

Shimada, N. E. (2015). *Trajetórias anônimas no cotidiano da cidade: a territorialização do Bairro Santa Felicidade pelos seus moradores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Shimada, N. E.; & Ichikawa, E. Y. (2019). A trama “bem-sucedida” de um projeto de bairro numa “cidade sem favelas”. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 179-242.

Silva, Alfredo Rodrigues Leite da. (2007). *As práticas sociais e o “fazer estratégia”, um estudo dos comerciantes de hortifrutícolas no mercado Vila Rubim*. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, Brasil.

Silva, B. F. e. (2015). *A recente produção imobiliária no aglomerado metropolitano Paiçandu-Maringá-Sarandi: novos arranjos, velha lógica*. (Tese de doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. SP. Brasil.

Souza, Marcelo Lopes de. (1995). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. El et al. (Org). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2000). *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2001). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. et al. *Geografia: conceitos e temas*. (3ª ed). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 77-116.

_____. (2006). *A prisão e a ágora*. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (2009). Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A. & Sposito, E. S. (Orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. 57-72.

_____. (2010). Com o estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Revista Cidades*. Presidente Prudente, SP. 7(11), 13-47.

_____. (2012). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná Elias de.; Gomes, Paulo Cesar da Costa. & Corrêa, Roberto Lobato. *Geografia: conceitos e temas*. (15 ed.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 77-116.

Stahlhoefer, J. M. C. & Rodrigues, A. L. (2010). (Des)articulações territoriais urbanas: a privatização de áreas públicas. In: Simpósio Paranaense de Estudos climáticos, 2. *Anais*. Universidade Estadual de Maringá., Maringá, Paraná, Brasil.

Teixeira, J.C.; Saraiva, L.A. & Carrieri, A.P. de. (2015). Os lugares das empregadas domésticas. *Organizações & Sociedade* (online). (22), 161-178.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vale, A.L.F.; Saquet, M.A. & Santos, R. A. dos. (2005, janeiro). O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. *Revista Faz Ciência*. Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 7(1), 11-26.

Viegas, G. C. F. S., & Saraiva, L. A. S. (2015, setembro, outubro). Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, 16(5), 68-94.

Wu, C.T. (2006). *Privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80*. São Paulo, SP: Boitempo.

Xavier, W. S. (2019). A cidade e o círculo privilegiado da cultura. In: Saraiva, L. A. S. & Enoque, A. G. (Orgs). *Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário*. Ituiutaba: Barlavento. 343-380.

Zanelli, J. C. (2002). Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas. *Estudos de psicologia*. (7), 79-88.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS FREQUENTADORES DO MERCADÃO DE MARINGÁ/PR

Identificação, Ocupação, Cidade em que reside (tempo/bairro), idade, sexo.

CATEGORIAS / PERGUNTAS:

1) AFETO

- Conte-se um pouco sobre a cidade de Maringá e sobre o Mercado (buscar entender o que o entrevistado pensa sobre Maringá e o Mercado – Relação Maringá X Mercado);
- O que é o Mercado de Maringá para você? Qual seu público?
- O que te chama a atenção (aspecto físico) no Mercado/Travessa? Qual sentimento isso te traz/remete (aspecto simbólico)?
- Como você se sente aqui? Como é “olhada/vista”?
- Você se identifica com as pessoas que frequentam/transitam aqui?
- Algo te impressiona/impacta?
- Porque frequenta o Mercado?
- Descreva a sua rotina no Mercado: Como escolhe o mercado, como se arruma (roupas, maquiagens, acessórios, cores), como chega (veículo, uber, carona, ônibus), como combina com os amigos?
- Para você, o que significa frequentar o mercado?

2) PODER/RESISTÊNCIA - ASPECTOS DE APROPRIAÇÃO/DOMINAÇÃO

- O que costuma fazer aqui? Eventos? Bares? Restaurantes?
- Com qual frequência você frequenta o Mercado de Maringá? Em quais dias da semana? Em quais horários?
- Conte-me um pouco sobre quando frequenta o Mercado, o que consome? Normalmente com quem se encontra? Por quê?
- Fale um pouco sobre a decoração, o jardim, o ambiente, a música? a organização das mesas, os restaurantes, a área externa, os vasos;
- Já postou ou costuma postar fotos/vídeos nas redes sociais quando está aqui?

3) SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO

- Como visualiza a divisão da Travessa Jorge Amado?
- Você já participou de algum evento realizado no Mercado? Se sim, qual era? Qual a sensação de participar deste evento?
- Qual tipo de evento você acredita que poderia ser realizado aqui? (festas, festivais, eventos culturais, etc).
- Para você o que significa para as pessoas frequentar o Mercado?
- Para você, quais são os principais frequentadores do mercado? Fale mais sobre isso;
- Gostaria de falar algo mais sobre o Mercado/Travessa?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS FLANELINHAS, FUNCIONÁRIOS E TRANSEUNTES DA TRAVESSA JORGE AMADO

Identificação, Ocupação, Cidade em que reside (tempo/bairro), idade, sexo.

CATEGORIAS / PERGUNTAS:

1) AFETO

- Conte-se um pouco sobre a cidade de Maringá e sobre o Mercado (introdutório – buscar entender o que o entrevistado pensa sobre Maringá e o Mercado – Relação Maringá X Mercado);
- O que é o Mercado de Maringá? Qual seu público?
- O que te chama a atenção (aspecto físico) no Mercado/Travessa? Qual sentimento isso te traz/remete (aspecto simbólico)?
- Como você se sente aqui? Como é “olhada/vista”?
- Você se identifica com as pessoas que frequentam/transitam aqui?
- Algo te impressiona/impacta?
- Descreva a sua rotina na Travessa/Mercado: Porque passa/está aqui, como se arruma (roupas, maquiagens, acessórios, cores), como chega (veículo, uber, carona, ônibus);

2) PODER/RESISTÊNCIA - ASPECTOS DE APROPRIAÇÃO/DOMINAÇÃO

- O que costuma fazer aqui?
- Com qual frequência você está/passa por aqui? Em quais dias da semana? Em quais horários?
- Conte-me um pouco sobre quando está aqui, o que você faz? Com quem se encontra? Por quê?
- Fale um pouco sobre a decoração, o jardim, o ambiente, a música? a organização das mesas, os restaurantes, a área externa, os vasos;
- Como você se relaciona com os clientes? Como aborda, se cumprimentam, como conversam? e entre vocês?

3) SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO

- Como visualiza a divisão da Travessa Jorge Amado?
- Você já frequenta ou já frequentou o Mercado? se sim, o que achou? Se não, por qual motivo?
- Qual tipo de evento você acredita que poderiam ser realizados aqui? (festas, festivais, eventos culturais, etc); quais produtos poderiam ser vendidos?
- Quando está na Travessa por onde transita? Por quê? Há alguma imposição por parte do mercado (seguranças)?
- Para você o que significa para as pessoas frequentar o Mercado
- Para você, quais são os principais frequentadores do mercado? Fale mais sobre isso;
- Gostaria de falar algo mais sobre o Mercado/Travessa?

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS REPRESENTANTES DO MERCADÃO E DA PREFEITURA MUNICIPAL

Identificação, Ocupação, Cidade em que reside (tempo/bairro), idade, sexo.

CATEGORIAS / PERGUNTAS:

1) AFETO / TOMADA DE CONSCIÊNCIA

- Conte-me sobre a história da cidade e a história do Mercado;
- O que é o Mercado de Maringá? Qual seu público?
- Como se deu a concessão e implantação da Travessa Jorge Amado ao Mercado? Como foi a participação da Prefeitura nesse processo?
- Houve alguma consulta pública pela concessão da Travessa Jorge Amado?
- O Mercado paga algum tipo de imposto para Prefeitura por utilizar esse espaço? Qual a negociação entre a Prefeitura e o Mercado? Existe algum contrato? Qual a relação institucional entre a prefeitura e o mercado?
- Quem é o responsável pela manutenção da Travessa Jorge Amado?

2) PODER/RESISTÊNCIA - ASPECTOS DE APROPRIAÇÃO/DOMINAÇÃO

- Quais os prós e os contras com a utilização da Travessa pelo Mercado?
- Qual o interesse do Mercado e da Prefeitura na Travessa?
- Quais preocupações (sociais, econômicas, ambientais) foram/são consideradas na utilização da Travessa Jorge Amado?

3) SEGREGAÇÃO/CONTRADIÇÃO

- Como visualiza a divisão da Travessa Jorge Amado?
- Em sua opinião, quais reflexos a utilização da Travessa Jorge Amado pelo Mercado causa no cotidiano das pessoas?
- Qual tipo de evento você acredita que poderia ser realizado aqui? (festas, festivais, eventos culturais, etc); quais produtos poderiam ser vendidos?
- Para você o que significa para as pessoas frequentar o Mercado?
- Para você, quais são os principais frequentadores do mercado? Fale mais sobre isso;
- Quando está na Travessa por onde transita? Por quê? (Moradores)
- Você já frequenta ou já frequentou o Mercado? se sim, o que achou? Se não, por qual motivo? (Moradores)
- O que costuma fazer aqui? Descreve sua rotina. (Frequência, motivos, dias, horários) (Moradores).
- Fale um pouco sobre a decoração, o jardim, o ambiente, a música? a organização das mesas, os restaurantes, a área externa, os vasos; (Moradores)
- Gostaria de falar algo mais sobre o Mercado/Travessa?

APÊNDICE D

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE

01. Quem são os atores sociais do local? Como estão representados? Como se relacionam entre si? Qual espaço ocupam da Travessa? Quem está na Travessa? Em qual parte dela? Como transitam?
02. Como é a Organização material e espacial da Travessa? Extensão, localização, componentes.
03. Quais horários de funcionamento, qual horário de maior movimento.
04. Quantos restaurantes/bares na área externa? O que costumam servir? Levantamento e descrição dos estabelecimentos; existe música? Qual o volume?
05. Quais as características dos atores sociais? Como se portam, que roupas vestem, o que consomem, cores, acessórios, fotografias. Existe um padrão entre eles?
06. Quais os costumes, aparências, comportamentos, classes, gêneros, raça dos atores sociais;
07. Como os atores sociais interagem entre eles? Clientes com os garçons/funcionários, clientes com os flanelinhas.
08. Qual o preço médio dos produtos consumidos?
09. Quantas pessoas chegam juntas? Qual a quantidade de pessoas por mesa?
10. Como é o entorno da Travessa Jorge Amado?

APÊNDICE E

TERMO DE CONSENTIMENTO

Prezado(a) Sr.(a),

Venho por intermédio desta, solicitar de V. Sa. sua autorização para uma entrevista. Sou Mestrando em Administração da Universidade Estadual de Maringá, e estou coletando dados para a minha pesquisa de mestrado.

Suas percepções são muito importantes para o alcance dos objetivos da pesquisa. Caso não queira participar da pesquisa, ou ainda se durante a entrevista, V.Sa. quiser interromper sua participação, isso não acarretará em nenhum ônus ou prejuízo para a sua pessoa.

Ressalto a confidencialidade dos dados coletados, que serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e solicito sua autorização para a gravação da entrevista. Caso V.Sa. não queira gravar sua fala, solicitamos que me autorize então a fazer apontamentos de sua narrativa. Garanto que em qualquer publicação dos resultados da pesquisa que venha a ocorrer, a identificação das pessoas entrevistadas será preservada.

Caso V.Sa. aceite em contribuir com o projeto ora em questão, solicito que assine o termo a seguir. Desde já agradeço a acolhida e me coloco à inteira disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Mateus Pires Martins
Universidade Estadual de Maringá

APÊNDICE F**TERMO DE CONSENTIMENTO**

Eu, _____, após ter lido e entendido as informações, e esclarecido todas as minhas dúvidas referentes ao estudo de mestrado de Mateus Pires Martins, concordo voluntariamente em conceder uma entrevista.

Data: ___/___/___

Assinatura do sujeito de pesquisa

Eu, **Mateus Pires Martins**, declaro que forneci todas as informações do projeto para os sujeitos da pesquisa.

Mateus Pires Martins